

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

AMANDA TEIXEIRA SILVEIRA

**FORA DO EIXO, DENTRO DA LÓGICA DO CAPITAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS  
RELAÇÕES DE TRABALHO DO CIRCUITO CULTURAL FORA DO EIXO**

VITÓRIA  
2019

AMANDA TEIXEIRA SILVEIRA

**FORA DO EIXO, DENTRO DA LÓGICA DO CAPITAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS  
RELAÇÕES DE TRABALHO DO CIRCUITO CULTURAL FORA DO EIXO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lívia de Cássia Godoi Moraes.

VITÓRIA  
2019

**AMANDA TEIXEIRA SILVEIRA**

**FORA DO EIXO, DENTRO DA LÓGICA DO CAPITAL: UMA  
ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO DO  
CIRCUITO CULTURAL FORA DO EIXO**

*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do  
Programa de Pós-Graduação em Política Social da  
Universidade Federal do Espírito Santo como requisito  
parcial para obtenção do Grau de Mestre em Política  
Social.*

**Aprovada em 22 de agosto de 2019.**

COMISSÃO EXAMINADORA



**Professora Doutora Livia de Cássia Godoi Moraes  
Orientadora/Universidade Federal do Espírito Santo**



**Professor Doutor Rafael Vieira Teixeira  
Universidade Federal do Espírito Santo**



**Professor Doutor Rafael Bellan Rodrigues de Souza  
Universidade Federal do Espírito Santo**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de  
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

S587f Silveira, Amanda Teixeira, 1990-  
Fora do eixo, dentro da lógica do capital : uma análise sobre  
as relações de trabalho do circuito cultural Fora do Eixo / Amanda  
Teixeira Silveira. - 2019.  
150 f. : il.

Orientadora: Livia de Cássia Godoi Moraes.  
Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e  
Econômicas.

1. Fora do Eixo. 2. ; Economia Solidária. 3. ; Indústria  
Cultural. 4. ; Capitalismo. I. Moraes, Livia de Cássia Godoi. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências  
Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

---

Dedico esta dissertação à minha mãe Teresinha, meu pai Aduino e minha irmã Márcia, que me apoiaram durante todo o tempo que estive desenvolvendo este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

*“Segure a barra, re quente  
o caldo da sopa fria  
vá cultivando a semente  
até que um dia arrebente  
o saco cheio de sol”.*

(Cátia de França)

Muitas pessoas foram generosas comigo para a construção deste texto. Os incentivos foram fundamentais para que realizasse tamanha peripécia de continuar a cursar a segunda graduação junto ao mestrado. Confesso que não foi fácil e, por muitas vezes, “segurei a barra” em me manter firme neste caminho. Mas não estive sozinha e compartilhei momentos de muito aprendizado até a conclusão deste trabalho. Inclusive, foram nesses momentos coletivos que pude compreender melhor sobre os anseios a respeito da pesquisa. Por isso, não poderia deixar de registrar os meus agradecimentos a todos que contribuíram na construção deste texto.

Inicialmente, agradeço aos meus pais, Teresinha e Adauto, pela compreensão diária e a torcida para que tudo ocorresse como planejado. Pelo amor e carinho durante este processo que foi de extrema importância, pois cooperaram para que os meus dias fossem mais leves. À minha querida irmã Márcia, que sempre me estimulou aos estudos sendo ela a minha maior inspiração, pois desde muito nova a vejo em uma dedicação intensa no campo do saber. Ao meu cunhado Leo, pelos conselhos que me forneceram boas reflexões. Ao meu namorado Raphael, pelo companheirismo nesta trajetória e que, ao longo desse período, compartilhou comigo suas experiências na pós-graduação. À minha família que, mesmo distante, me enviaram felicitações sobre minhas escolhas.

Agradeço a minha orientadora profa. Dra. Livia de Cássia Godoi Moraes que, sempre afetuosa, acompanhou o meu desenvolvimento acadêmico com sugestões preciosas e o encorajamento para que não desistisse diante das adversidades enfrentadas. Pelo acolhimento em momentos difíceis que me colocaram em meio a tantos questionamentos e que, por fim, foram essenciais para que respeitasse os limites e avanços possíveis na pós-graduação. Aos momentos de reuniões que reforçavam a importância desta pesquisa na medida em que desvendávamos os caminhos para a sua concretização. Também sou grata pelas risadas compartilhadas e por toda a inspiração proporcionada neste processo. Certamente, sem a sua orientação o caminho teria sido muito mais árduo. Obrigada!

Ao Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis (GPTP), pelas reuniões que foram enriquecedoras e que contribuíram para o aprimoramento da pesquisa, com as considerações dos colegas. Aos momentos alegres partilhados na sala do grupo, entre o preparo do café.

À Fafi, a qual sou grata por todas as nossas conversas reflexivas. À Bruna, por nossas conversas animadoras regadas com muito café. À Jéssica que, sempre carinhosa e preocupada, me perguntava sobre o andamento da pós-graduação. À Nayara, Felipe e Raquel pela amizade de tantos anos. Aos colegas da graduação que me abordavam com falas motivadoras. Agradeço também a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram com este trabalho com conversas sobre o tema e questionamentos que foram relevantes para que eu conseguisse desvendar os mistérios desta pesquisa.

Também agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES que proporcionou aulas incríveis. Aos colegas de turma que foram essenciais nos debates em sala de aula e também pelos bons momentos no intervalo.

À profa. Franciani Bernardes e ao prof. Rafael Souza pelas orientações na banca de qualificação. À Adriana que, sempre atenciosa, me recebia na secretaria da pós com um sorriso acolhedor que fazia, por instantes, as pendências burocráticas parecerem fáceis de resolver. À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), pelo apoio com a bolsa de estudos.

Às professoras do curso de Serviço Social da UFES, pois tiveram compreensão sobre esta fase durante minhas aulas no curso. À Profa. Dra. Cenira Andrade de Oliveira, que foi minha supervisora de estágio na Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UNAPI), e que muito me ensinou com suas falas apaixonadas pelo núcleo e projeto de extensão. À profa. Roberta que, em meio ao processo mais conturbado e cansativo, se solidarizou e me proferiu palavras de ânimo para que eu pudesse continuar.

E, por fim, agradeço a todos aqueles que passaram em minha vida durante o mestrado e me destinaram os melhores incentivos para que eu finalizasse esta pesquisa.

*“Porque a cabeça da gente é uma só,  
e as coisas que há e que estão para  
haver são demais de muitas, muito  
maiores diferentes, e a gente tem de  
necessitar de aumentar a cabeça,  
para o total”.*

*(Guimarães Rosa)*

## RESUMO

A consolidação do neoliberalismo no Brasil, na década de 1990, acentuou as condições para o aumento do desemprego e, neste contexto de crise econômica, houve também o crescimento de experiências baseadas na solidariedade, na autogestão e no autoemprego. É neste cenário que surge o Circuito Fora do Eixo, em 2005, como uma rede de coletivos, pautada nos princípios da economia solidária, cuja proposta se funda em ultrapassar os velhos formatos de produção cultural. O cenário de produção e reprodução de mercadorias culturais passou por um processo de adaptação após a queda da indústria fonográfica, devido aos avanços tecnológicos. Esta pesquisa tem por objetivo analisar as relações de trabalho da rede de coletivos Fora do Eixo, bem como a utilização da economia solidária para a composição do circuito. Ao percorremos os caminhos da investigação com a análise teórica, pesquisa qualitativa e a análise documental, procuramos mostrar as contradições entre o capital e o trabalho acerca do modo de organização do trabalho aderido pelo Fora do Eixo, que apresenta precarização e intensificação do trabalho nas suas relações.

**Palavras-chave:** Fora do Eixo; Economia Solidária; Indústria Cultural; Capitalismo.

## **ABSTRACT**

The consolidation of neoliberalism in Brazil in the 1990s accentuated the conditions for increasing unemployment and, in this context of economic crisis, there was also the growth of experiences based on solidarity, self-management and self-employment. And it is in this scenario that the Out of Axis Circuit emerges in 2005 as a network of collectives, based on the principles of solidarity economy, whose proposal is based on overcoming the old formats of cultural production. The scenario of production and reproduction of cultural goods underwent a process of adaptation after the fall of the music industry, due to the technological advances. This research aims at analyzing the work relations of the collective network of the Outside Axis, as well as the use of solidarity economy for the composition of the circuit. When we go through research with theoretical analysis, qualitative research and documentary analysis, we try to show the contradictions between capital and work about the way the work of the Out of Axis is organized, which presents precariousness and intensification of the work in its relations.

**Keywords:** Off-Axis; Solidarity economy; Cultural Industry; Capitalism.

## LISTA DE SIGLAS

ABRAFIN	Associação Brasileira de Festivais Independentes
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	Associação Nacional de Empresas de Autogestão
ASPROGIC	Associação de Produtores e Gestores Independentes do Cubo Card
BM	Banco Mundial
CF	Constituição Federal
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNIC	Conselho Nacional de Incentivo à Cultura
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CRESOL	Cooperativas de Crédito com Interação Solidária Ltda
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EC	Emenda Constitucional
ECAD	Escritório de Arrecadação dos Direitos Autorais
EMBRAFILME	Empresa Brasileira de Filmes
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBDC	Fórum Brasileiro pelos Direitos Culturais
FDE	Fora do Eixo
FIB	Felicidade Interno Bruta
FICART	Fundo Nacional de Investimento Cultural e Artístico
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNC	Fundo Nacional de Cultura
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes Cênicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCPS	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MINC	Ministério da Cultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NINJA	Narrativas Independentes, Jornalismo Ação

ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PACC	Programa Avançado de Cultura Contemporânea
PACs	Projetos alternativos comunitários
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCULT	Partido da Cultura
PIS	Programa de Integração Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNDA	Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar
PP	Ponto Parceiro
PPA	Plano Plurianual
PRN	Partido Reconstrução Nacional
PROCULTURA	Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SFC	Sistema Federal de Cultura
SID	Lei de Divulgação da Presidência da República
SNC	Sistema Nacional de Cultura
TECA	Tecnoarte
TECs	Tecnologias Sociais
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNICUT	Universidade da Cultura
UNIFDE	Universidade Fora do Eixo
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil
UPC	Universidade Popular Comunitária

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1.</b> Modo de Organização Estrutural do Fora do Eixo.....	30
<b>Figura 2.</b> Modo de Organização Política do Fora do Eixo.....	34
<b>Figura 3.</b> Modo de Organização da Universidade Livre Fora do Eixo.....	39

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Entidades de representação e/ou assessoria a Empreendimentos Econômicos Solidários.....	74
<b>Quadro 2.</b> Passo a Passo Clube de Trocas do Fora do Eixo.....	85
<b>Quadro 3.</b> Modelo do Fora do Eixo “Card” para o dia a dia.....	86

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1. O PERCURSO INTRODUTÓRIO E METODOLÓGICO DO FORA DO EIXO.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 2. A GÊNESE DA REDE DE COLETIVOS FORA DO EIXO.....</b>	<b>26</b>
2.1 NASCIMENTO DA REDE DE COLETIVOS FORA DO EIXO.....	26
2.1.1 Fora do Eixo e o Cultura Viva.....	42
2.2 A INDÚSTRIA CULTURAL NO BRASIL E SEU IMPACTO NO CONSUMO DE CULTURA E O FORA DO EIXO.....	45
2.2.1 A indústria cultural e a lógica capitalista do mercado.....	55
2.3 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA NO BRASIL A PARTIR DO MARCO REGULATÓRIO E SUA PERSPECTIVA DE LEIS DE INCENTIVO FISCAL À CULTURA.....	58
<b>CAPÍTULO 3. RELAÇÃO ENTRE O FORA DO EIXO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>	<b>67</b>
3.1 NEOLIBERALISMO: ANÁLISE ESTRUTURAL E CONJUNTURAL NO BRASIL....	67
3.2 O SOCIALISMO UTÓPICO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	72
3.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	74
3.3.1 Do discurso à prática: o fora do eixo utilizou a economia solidária para impulsionar sua proposta?.....	80
3.4 A CRÍTICA À ECONOMIA SOLIDÁRIA E O FORA DO EIXO.....	92
<b>CAPÍTULO 4. DOSSIÊ FORA DO EIXO: A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO.....</b>	<b>103</b>
4.1 O DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) E O FORA DO EIXO.....	104
4.1.1 Reestruturação produtiva e a rede de coletivos Fora do Eixo.....	107
4.2 A CENTRALIDADE DO TRABALHO E A QUESTÃO DO TRABALHO IMATERIAL.....	112
4.3 AS RELAÇÕES DE TRABALHO DA REDE DE COLETIVOS FORA DO EIXO.....	124
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>138</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>142</b>

## CAPÍTULO 1.

### O PERCURSO INTRODUTÓRIO E METODOLÓGICO DO FORA DO EIXO

*Vamos trabalhar sem fazer alarde  
Pra pisar com força o chão da cidade  
A vida não tem segredo  
Quem sentado espera a morte é covarde  
Mas quem faz a sorte é que é de verdade  
É só acordar mais cedo*

*(Paulo Cesar Pinheiro)*

O Fora do Eixo surge em 2005 com a iniciativa de ampliar o acesso à cultura para regiões distantes do circuito dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. A proposta descrita em sua carta de princípios<sup>1</sup> estabelece que o Fora do Eixo trata-se de uma “rede colaborativa e descentralizada de trabalho constituída por coletivos de cultura pautados nos princípios da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo” (FORA DO EIXO, 2009). Esta rede de coletivos não existe juridicamente, no entanto, possui CNPJ’s registrados de vários coletivos associados à rede, sendo as principais, de acordo com o Portal Transparência: a Associação Caminho das Artes, com sede em São Carlos (SP) e a Associação de Produtores e Gestores Independentes do Cubo Card (Asprogic), de Cuiabá (MT) (FORA DO EIXO, 2013). Com isto, esta rede recebeu incentivo fiscal por meio de editais autorizados pelo Ministério da Cultura (MINC), além de arrecadações privadas. O Fora do Eixo estabelece novas forma de remuneração para os seus integrantes e participantes temporários, ou seja, há o pagamento equivalente ao serviço trabalho pela via da moeda social. Segundo o Portal Transparência do Fora do Eixo, são aproximadamente 600 moradores das casas e um total de 2 mil integrantes, no período de 2013. Sendo que os moradores das casas participam do caixa coletivo e os demais colaboradores, estabelecem algum tipo de acordo sobre a remuneração sendo ela em real ou com o pagamento de moedas sociais, conhecida como “Cubo Card”.

A utilização do “caixa coletivo” serve para cobrir as necessidades de cada morador das casas e neste espaço todos os membros disponibilizam os seus pertences assim que se integram a rede. Neste “caixa coletivo” são colocados os recursos extraídos pelos incentivos financeiros públicos e privados (SAVAZONI, 2014). Também utilizava-se o “Cubo Card”,

---

<sup>1</sup>O Fora do Eixo segue um regimento interno aprovado no segundo Congresso do Fora do Eixo, realizado em 2009, em Rio Branco, no Acre, que estabeleceu uma série de condutas a serem seguidas por meio da carta de princípios (FORA DO EIXO, 2015).

que se constitui um modelo financeiro baseado no “clube de trocas” e inspirado na economia solidária. E, com isto, a premissa era fomentar o escambo de serviços ao invés de pagar cachês em reais aos artistas ligados ao coletivo.

Como a rede de coletivos Fora do Eixo segue os princípios da economia solidária, aqui a referimos, segundo Barbosa (2007), como incluída num campo de investigação das suas práticas sociais, principalmente sob o agravamento da “questão social”<sup>2</sup> no cotidiano capitalista, o que traz a ideia de acirramento da luta de classes, somado à precarização do emprego e a sua diminuição, com salários baixos, condições de trabalho deploráveis e sem a proteção social.

Notam-se, desde o início de 1990, diversos projetos inseridos, como políticas públicas<sup>3</sup>, com a pretensão de “frear” ou “acabar” com o desemprego no país diante de um cenário comum de trabalhos voluntários, flexibilizados, terceirizados que, segundo o discurso vigente, podem contribuir para a experiência do trabalhador. Na verdade, servem de força de trabalho barata ou até mesmo gratuita (BARBOSA, 2007). A economia solidária é um desses projetos instalados no Brasil já com a experiência do cooperativismo e de associações que teve início em 1980 (SINGER, 2002). Da década de 1990 em diante, projetos de várias áreas foram inseridos como “alternativa” ao mercado capitalista, além de incentivar ações que se baseavam nos princípios da economia solidária, como a autogestão e a colaboração.

É interessante observar que, no mesmo período em que surgem iniciativas como a do Fora do Eixo, a economia solidária também aumentou o seu número de empreendimentos de maneira expressiva, como aponta o mapeamento do IPEA<sup>4</sup>, entre 2009 e 2013, considerando que a rede de coletivos segue os princípios deste projeto. Há a defesa, por parte de estudiosos

---

<sup>2</sup>“A questão social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTTO, 1998, p. 27).

<sup>3</sup>“As políticas públicas são consideradas como diretrizes das ações governamentais que expressam as formas de relacionamento do Estado com a sociedade civil. Ou, melhor dizendo, se constituem como mediações entre ambos. Mediações permeadas por relações de poder que se constituem num campo de forças e contradições, portanto pode haver embates vinculados a diferentes interesses e intenções de ambos os lados, tanto na definição quanto nos objetivos que as Políticas Públicas se destinam. O próprio termo já expressa: políticas públicas – são atividades políticas; é a política colocada em prática, pressupõem decisões políticas, estratégias, táticas para o alcance dos objetivos propostos” (ORTH; CONTÓIA; TORRES, 2017, p. 157-158). Já as políticas sociais e os direitos sociais podem ser compreendidos com suas bases desde o período das leis fabris no século XIX, tendo neste processo histórico a influência bismarckiana, do relatório de Beveridge, no final do século XIX, a experiência trabalhista e social-democrata, cujo são destacados como os “anos de ouro”, entre o período de 1945 a 1970. Deste percurso até chegar ao neoliberalismo, em 1980, o qual rompe com os direitos conquistados até então, como as políticas de pleno emprego, por exemplo. Lembrando que no Brasil o neoliberalismo se instala em 1990, e o projeto de pleno emprego Keynesiano não foi efetuado no país, o que ocorreu foi a implantação de políticas contrarreformistas neoliberais (BEHRING, 2008).

<sup>4</sup> IPEA, 2014.

sobre o tema, como Paul Singer, de que este projeto social se configura como “anti-capitalista” e “anti-neoliberal” ao se realizar como um modo diferente de organizar a produção, a distribuição e o consumo, apoiado na cooperação, na solidariedade e a autogestão. Apresenta-se, portanto, um modo alternativo às práticas do sistema capitalista e sua premissa de exploração do trabalho para o acúmulo de riquezas. De acordo com Paul Singer, partindo desta perspectiva, o *status* de empregado só depende da autonomia do sujeito em conseguir realizar no mercado o seu próprio sucesso (SINGER, 2002).

No entanto, para Barbosa (2007), este pensamento, na verdade, configura-se com uma cultura do autoemprego. Ainda que se destaque a autonomia e independência dos sujeitos para a sobrevivência, a pressão sobre o desemprego está presente. Observa-se o esforço em se adaptar as modificações com a inserção de novas tecnologias e com a reestruturação produtiva que traz a compreensão de que o trabalho assalariado diminuiu e cresceu ao mesmo tempo os trabalhos autônomos e flexibilizados (ANTUNES, 2000). Assim, propostas pautadas nos princípios da economia solidária, como o Fora do Eixo, estão no bojo de iniciativas que destacam a autogestão, a autonomia, a independência, a solidariedade e o voluntariado como forma de saída para o desemprego.

Tendo em vista que o século XXI apresenta um cenário de falta de empregos formais e a formalização dos empregos informais e, portanto, uma quantidade enorme de pessoas que se encontram como superpopulação relativa<sup>5</sup> (MARX, 1984), a motivação para se inserir em projetos ou trabalhos voluntários por meio do discurso de empreendedorismo é alta. Com isto, aceitar empregos com baixa remuneração ou nenhuma, tem se tornado cada vez mais comum no Brasil (MONTAÑO, 2014).

Para o campo da comunicação em específico, em 1990, houve uma grande precarização das relações de trabalho, principalmente pelas mudanças tecnológicas que trouxeram para este trabalhador a insegurança sobre a profissão, no qual tem cada vez mais perdido o seu espaço para contratações precárias e com baixa remuneração (SOUZA, 2017).

Assim, propostas sobre o empreendedorismo, o autoemprego, o trabalho autônomo e a economia solidária são disseminadas como formas de “saída” para a condição que o desempregado se encontra. Não é à toa que a tendência é regulamentar esses formatos flexíveis de trabalho na atualidade. O trabalho não pode mais ser visto, como em tempos

---

<sup>5</sup>“A superpopulação existe em todas as matizes possíveis. Todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente” (MARX, 1984, p. 206).

remotos, em que havia o sonho de um emprego estável e com garantias de direitos trabalhistas, o que, na realidade, adequa-se há um formato individual no Brasil.

Neste sentido, é interessante observar que, em meio ao crescimento de projetos, como a economia solidária, também foi consolidado no Brasil o neoliberalismo no período do governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), com fortes recessões, no que se refere às privatizações em massa e a forte desestatização, etc. (BEHRING, 2008). O país passou por um momento de severo ajuste fiscal que atingiu todas as áreas. Dentre as várias modificações, no campo da cultura, Collor promulgou a Lei Rouanet<sup>6</sup>, nº 8.313, de dezembro de 1991, que ganhou atenção durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, sob gestão de Francisco Wefortt (1995-2002), no Ministério da Cultura (MINC, 2013). Wefortt cortou os incentivos públicos e transferiu para a iniciativa privada a responsabilidade sobre a cultura no país. Porém, os recursos da renúncia fiscal prevista pela lei são públicos e fazem parte do imposto de renda das empresas ao governo. Com a Lei Rouanet, o setor privado teve, então, autonomia para decidir onde esses recursos seriam destinados. Geralmente, os projetos selecionados atendiam apenas propostas que pudesse beneficiar a empresa, como uma propaganda ou o *marketing* cultural. Ou seja, esses projetos eram financiados com recursos públicos, porém, quem os determinava eram as iniciativas privadas (MINC, 2013).

Após a troca do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), as políticas públicas para a promoção da cultura no país receberam maior atenção. Durante o governo Lula uma série de programas de incentivo à cultura foram lançados com a intenção de realizar, em seu mandato, a inserção da participação social na gestão pública, principalmente na área da cultura.

No Brasil a política de incentivos fiscais teve grande repercussão, pois dava continuidade à participação privada no apoio dos projetos culturais, sendo por meio de incentivos diretos ou pela tendência do mercado investidor. Em 2001, o Ministério da Cultura (MINC) redistribuía os recursos captados para as grandes capitais como o Rio de Janeiro e São Paulo, onde estavam localizadas as grandes empresas, o que levantou um questionamento sobre a distribuição de recursos para outras regiões do país (MINC, 2013).

De 2003 a 2008 Gilberto Gil assumiu o Ministério da Cultura com auxílio de Juca Ferreira, que foi nomeado como ministro, em 2008. Na gestão anterior, os recursos eram reduzidos e, por isso, houve a preocupação de aumentar este repasse. A Lei Rouanet passou por uma revisão, além da discussão sobre o Projeto de Lei que criou o Programa Nacional de

---

<sup>6</sup> MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017.

Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), que descreve a intenção de aumentar a participação das empresas com os patrocínios das produções culturais, a fim de ampliar a possibilidade de aplicação de recursos, que estavam, à época, concentrados em estados da região sudeste. Assim, com a nova legislação, foram determinados critérios regionais para a distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Cultura. Segundo o MinC, até 2008, 80% dos recursos eram captados pelo eixo Rio de Janeiro e São Paulo (MINC, 2005).

Em 2004, foi criado o Programa Arte Cultura e Cidadania - Cultura Viva (MINC, 2017), que articula a parceria da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com a sociedade civil, no campo da cultura. Este programa nasceu com a intenção de aumentar o acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural por meio do fomento e parceria com entidades, grupos, coletivos artísticos e de outros campos da expressão cultural.

A partir do Programa Cultura Viva também foram criados os Pontos de Cultura<sup>7</sup>, com intuito de fomentar um circuito cultural no país. E é neste período de ampliação dos incentivos à cultura, que também surge, em 2005, o Circuito Fora do Eixo, como citamos acima. O que nos leva ao questionamento sobre a rede de coletivos de cultura que possui uma filosofia independente: será que o circuito nasce vinculado ao programa de fomento à cultura proposto pelo governo sob a gestão do ex-presidente Lula? Segundo Rodrigo Savazoni (2014), o crescimento do Fora do Eixo ocorreu entre os anos de 2008 e 2013, em que houve a sua consolidação, período este em que projetos pautados na economia solidária cresceram, especialmente durante o governo Lula (2003-2010).

Outros questionamentos surgiram. Como esses trabalhadores arcam com os gastos da subsistência? Quem se responsabiliza por essa sobrevivência dos seres sociais nas casas Fora do Eixo?

Assim, podemos apontar para um caminho de que o indivíduo que se compromete a participar deste coletivo tende a se autorresponsabilizar, por exemplo, por sua vida. Isto, tendo em vista que a vida humana não pode ser compreendida apenas no aqui e agora, mas sim num

---

<sup>7</sup> “É a entidade cultural ou coletivo cultural certificado pelo Ministério da Cultura. É fundamental que o Estado promova uma agenda de diálogos e de participação. Neste sentido os Pontos de Cultura são uma base social capilarizada e com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis. Trata-se de uma política cultural que, ao ganhar escala e articulação com programas sociais do governo e de outros ministérios, pode partir da Cultura para fazer a disputa simbólica e econômica na base da sociedade. Esta base social também se amplia para outros segmentos sociais, alcançando os setores médios, em especial a juventude urbana, periférica, universitária, jovens artistas, novos arranjos econômicos e produtivos, toda uma nova economia que vem sendo inventada e experimentada daqueles que encontram no fazer cultural uma alternativa de trabalho, vida e inserção social” (MINC, 2013).

processo contínuo e futuro, onde o indivíduo deve ter ciência da organicidade e o amadurecimento do corpo que dificulta ainda mais a colocação no mercado de trabalho.

Desta forma, há a preocupação de compreender como ocorre a estruturação da relação de trabalho da rede de coletivos Fora do Eixo para entender a que ponto se estabelece o trabalho prestado pelos envolvidos. Foi então observada algumas publicações em jornais, sites e revistas online sobre a postura da rede em relação ao seu modo de operacionalizar suas atividades.

Em 2013, segundo Felipe Néri (2013), pelo portal de notícias G1, o líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes (SP), solicitou abertura de protocolo no plenário do Senado, no qual pediu esclarecimento aos ministros da Fazenda, Guido Mantega, de Minas e Energia, Edison Lobão, e da Cultura, Marta Suplicy, sobre repasse de recursos Federais para o grupo de coletivos culturais Fora do Eixo. Também requereu explicações sobre as verbas destinadas ao Fora do Eixo pela Petrobrás, pelo Banco do Brasil e pelo Ministério da Cultura. No ano de 2013, também foi direcionado à rede de coletivos Fora do Eixo, uma série de denúncias. E isto ocorreu após a edição do programa Roda Viva, intitulado de “Mídia Ninja” com as entrevistas com os representantes Fora Do Eixo, Pablo Capilé e do Mídia Ninja, Bruno Torturra, sobre as relações de trabalho e ao sistema financeiro “Cubo Card”, no que permeia a “não remuneração” dos participantes da rede, o não acesso a propriedade intelectual e a hierarquização da rede (MÍDIA NINJA, 2013). Neste período também alguns ex-integrantes divulgaram via *Facebook* algumas denúncias depoimentos sobre a organização da rede de coletivos, segundo o jornal online Folha de São Paulo, por Fabiano Maiossonave (2013). O que gerou muita repercussão, pois despertou o interesse em desmistificar como o Fora do Eixo se estrutura e mantém o funcionamento, com uma perspectiva alternativa, porém que utiliza de vários recursos que estão arraigados à lógica do capital.

Também houve, além dessas críticas, a publicação do “Manifesto: Fora do Eixo e uma reflexão das mulheres contra o patriarcalismo”, pelo Blog “Feministas Pela Cultura” (2013), que elenca sete pontos sobre a reprodução patriarcal e a relação de poder dentro das Casas. Neste manifesto estão relatadas questões de gênero que, de acordo com o Blog “Feministas pela Cultura” (2013), estavam presentes dentro do modo de produção estabelecido nas casas. O relato é de ex-participantes das casas Fora do Eixo de Anápolis, Minas, Nordeste, São Carlos e São Paulo. As denúncias geravam em torno de: Homens, e membros de coletivos, reconheceram a veracidade desses fatos. Sendo eles: 1. Como o sexismo se apresenta nas relações de trabalho e tarefas; 2. Arranjos sexistas: clube das luluzinhas e clube dos bolinhas;

3. “Catar e Cooptar”: o uso político do sexo no Fora do Eixo; 4. “Quem pega mulher feia ganha mais lastro”; 5. Como é tratada a autonomia da mulher: “ela está na sua conta agora”; 6. Como são vistos e tratados os relacionamentos entre casais na rede: “formação de bancadas”; e 7. Assédio moral, opressão, culpabilização e pedagogia do medo (FEMINISTAS PELA CULTURA, 2013). Portanto, a divisão de trabalho era realizada por gênero e mulheres eram encaminhadas para a sistematização dentro das casas, já os homens ficavam com as tarefas externas de articulação política, por exemplo.

O que demonstra, segundo essas denúncias acima, que o Circuito Fora do Eixo apresenta uma relação muito semelhante com as que são comuns no mercado capitalista. Portanto, observamos a relevância de investigar as relações de trabalho da rede para compreensão de como ela se utiliza da dinâmica dos projetos de economia solidária, já que alega, em seu portal da transparência, que a rede segue seus princípios.

Dito isto, tínhamos por hipótese que: 1) Ainda que o discurso da rede de coletivos Fora do Eixo seja baseado nas diretrizes da economia solidária, a rede está submetida ao modo de produção capitalista e, portanto, não se configura como economia solidária; 2) O que o discurso diz ser economia solidária não corresponde à realidade. Então, o Fora do Eixo configura a economia solidária apenas no discurso e não na prática.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as relações de trabalho no interior dos coletivos Fora do Eixo, a fim de verificar se se configuram enquanto relações próprias da economia solidária. Deste modo, esta pesquisa visou realizar os seguintes objetivos específicos: 1 - Dissertar sobre os impactos do neoliberalismo e as políticas de cultura nos anos de 1990 e 2000; 2 - Compreender sobre a relação do Fora do Eixo com a Economia Solidária; 3 - Investigar as relações de trabalho no interior do Fora do Eixo.

A relevância social deste projeto de pesquisa verifica-se no sentido de contribuir para o entendimento da relação contraditória entre o discurso da rede de coletivos Fora do Eixo e suas práticas, no que tange ao trabalho. A rede possui um padrão de convivência dos integrantes do coletivo que, aparentemente, vai além do trabalho (tempo livre), pois eles moram nas casas e se dispõem 24 horas a serviço do Fora do Eixo. A rede é apresentada como uma “alternativa” para o cenário cultural e para o sistema capitalista, porém utilizam as formas de arrecadação de recursos financeiros por meio de editais de cultura públicos e também via recursos privados.

Neste sentido, encontramos algumas pesquisas sobre o circuito e, por se tratar de uma rede que desempenha um papel na produção cultural no país, não há muitas análises críticas a

respeito da organização de trabalho deste coletivo. De acordo com o levantamento realizado no período de 2018, identificamos três teses, nove dissertações, vinte artigos, uma monografia e um livro publicado sobre a rede de coletivos. Ainda que essas obras levantem questões sobre a rede de coletivos, as pesquisas não permeiam a análise crítica das relações de trabalho a qual está estruturado, isto é, nos moldes que propomos nesta dissertação.

Para tanto, destacamos nesta pesquisa o livro *“Os Novos Bárbaros: a aventura política do Fora do Eixo”*, o *“Portal Transparência do Fora do Eixo”*, o Blog do Rovai com a entrevista *“Torturra e Beatriz Seigner: textos de uma polêmica em rede sobre o Fora do Eixo”*, a matéria da Carta Capital *“Ex-Integrantes da entidade controladora do Mídia Ninja falam com exclusividade para a Carta Capital e condenam práticas da organização”*, o Dossiê Fora do Eixo criado por um site intitulado *“Dossiê Fora do Eixo, porque ‘noix’ faz também”*, com uma série de denúncias de sujeitos que estiveram ligadas ao circuito e o Blog Rock em Geral que apresentou algumas matérias polêmicas do Fora do Eixo, como o *“Racha na ABRAFIN: festivais não se sentiam representados”*.

Deste modo, justifica-se a relevância acadêmica deste projeto que teve intuito de compreender as relações de trabalho da rede de coletivos Fora do Eixo, a fim de verificar se se configura enquanto relações próprias da economia solidária.

O desemprego se apresenta como uma das expressões da “questão social”, e a economia solidária como política pública, que visa gerar emprego e renda (BARBOSA, 2007), é o pilar que orienta a rede que escamoteia as formas de remuneração dos participantes. Logo, há uma inquietação, pois os integrantes deste coletivo, em sua maioria, são trabalhadores que, enquanto exército industrial de reserva, estão sujeitos a qualquer tipo de trabalho disponível (MARX, 2001).

Portanto, destacamos a relevância pessoal neste projeto com base nos impactos sofridos pelos movimentos culturais surgidos, nos anos 1990, e nos anos 2000, com a mudança de governos e também no desmonte da indústria fonográfica (SAVAZONI, 2014). Os trabalhadores enfrentaram e enfrentam, portanto, o desemprego estrutural e as condições precárias do trabalho informal. Assim, justifica-se a relevância de investigação documental para a compreensão dessas questões implícitas pelo Fora do Eixo.

Desta forma, realizamos a pesquisa em três momentos de análise de conteúdo. No primeiro momento buscamos compreender em qual contexto nasceu o circuito Fora do Eixo. No segundo, tratamos de compreender a economia solidária enquanto teoria desenvolvida por Paul Singer e quais categorias perpassam esta proposta. E, no último momento, buscamos

analisar a essência as relações de trabalho na rede de coletivos Fora do Eixo, no que tange ao entendimento de que a própria rede se alega como seguidora dos princípios da economia solidária.

Para tanto, a análise teórico-bibliográfica teve início pelos estudos de cunho crítico à economia solidária fundamentada pelos teóricos com perspectiva marxista. Foi apresentada nesta pesquisa uma breve introdução de como surge a economia solidária no Brasil com base em Paul Singer (2002). A partir deste ponto, pretendeu-se analisar o debate crítico acerca da economia solidária de acordo com a pesquisa de Henrique Wellen (2012) e enquanto política pública de autoemprego, por Rosângela Barbosa (2007) E, por fim, indentificamos, a partir deste referencial, como a rede de coletivos Fora do Eixo configura esta relação de captação de recursos, no que tange o sistema financeiro alternativo, o qual a rede se organiza, com Rodrigo Savazoni (2014). Também analisamos sob à luz de outros autores, que ao longo da pesquisa nos proporcionaram base teórica para compreensão do objeto de pesquisa proposto. Em todos os momentos da pesquisa, objetivamos traçar a construção teórica com base na sociologia do trabalho para o entendimento das transformações neste campo que são determinantes para o surgimento de políticas de renda e emprego, como a economia solidária.

Desta forma, seguiremos os três polos cronológicos para a experimentação da análise de conteúdo, segundo Bardin (2011): a) a pré-análise; b) a exploração do material; c) e o tratamento dos resultados, a interferência e a interpretação.

Utilizamos, como análise, a pesquisa qualitativa que, mediante as informações do problema em questão, apontou ao estudo de caso seguido por uma análise de conteúdo. Para Minayo (1999), a pesquisa qualitativa esclarece as questões particulares, tendo em vista a ocupação nas Ciências Sociais para a obtenção de respostas de acordo com o problema investigado.

Outra etapa do método de conteúdo abordou o tratamento de documentos via a tecnologia informatizada (FONZECA JR., 2006). Esta etapa nos possibilitou a realização de pesquisas online para obtenção de dados como, registros, depoimentos dos participantes das casas Fora do Eixo, livros, artigos, dissertações e teses que relatavam sobre a rede de coletivos Fora do Eixo. Esta coleta de informações teve como intuito responder as lacunas que outros meios de arrecadação de documentos não supriram.

Para dar conta do objeto proposto, no primeiro capítulo deste trabalho, apresentamos uma análise estrutural e conjuntural, a qual o Circuito Fora do Eixo está inserido, com intuito de compreender os fatores que propiciaram a construção desta rede de coletivos. No segundo

capítulo abordamos sobre a economia solidária e suas influências para o desenvolvimento do discurso do trabalho sustentado pela autogestão, autonomia e empreendedorismo. O terceiro capítulo expusemos a análise das relações de trabalho do Circuito Fora do Eixo bem como a sua proposta pautada na economia solidária.

## CAPÍTULO 2. A GÊNESE E O “SER” DO FORA DO EIXO

*Não é música de carnaval  
Não é tema de nenhum especial  
Não é música para entender  
Só serve pra dançar*

*Não é hino de uma geração  
Nem a mais pedida na voz do Brasil  
Sem discurso  
Sem intenção  
Só serve pra dançar*

*Não é música de procissão  
Nem melodia pra tocar o coração  
Sem festival para canção popular  
Só serve pra dançar*

*Não é música para dormir  
Não é samba-enredo na Sapucaí  
Não é música para cantar  
Só serve pra dançar*

*(China)*

### 2.1 NASCIMENTO DA REDE DE COLETIVOS FORA DO EIXO

A Rede de Coletivos Fora do Eixo nasceu no período em que várias mudanças tecnológicas estavam em desenvolvimento e que refletiram no formato de distribuição e compartilhamento das músicas produzidas por artistas independentes no Brasil. Os anos 2000 foram marcados pelas crises da indústria fonográfica, no qual por um lado surgiu a queda do velho formato de compartilhamento de músicas, mas por outro trouxe o início de uma democratização pela via da internet. No Brasil, as gravadoras tiveram de se adequar à falta de previsibilidade da economia, em que foi expressiva a aproximação da mídia livre diante de um cenário múltiplo de acessos e de resistência contra a hegemonia das grandes gravadoras brasileira. Desta forma, passou-se do formato de CD'S para o formato de compartilhamento via *mainstream* (MARCHI, 2006).

A ditadura militar entre os anos de 1964-1985<sup>8</sup> deixou marcas no cenário cultural do país que, além de ter sido dominado pelas empresas estrangeiras, passou pelo efeito do “milagre econômico” e sob uma dura vigilância da cultura. No entanto, contraditoriamente, há destaques de que neste período ocorreu o desenvolvimento da indústria fonográfica, com a expansão de políticas públicas de incentivo à produção nacional, como a criação da Lei de Benefício Fiscal da Música Brasileira, em 1967, e também a reformulação do sistema de arrecadação e distribuição dos direitos autorais com a criação do Escritório de Arrecadação dos Direitos Autorais (ECAD), que passou a incentivar a produção de artistas nacionais e organizar a arrecadação dos direitos sobre as obras (MARCHI, 2006).

A crise econômica no Brasil do período de 1980 a 1990 contribuiu para que houvesse a oscilação no mercado fonográfico, principalmente com o crescimento do comércio informal e com a chegada das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), o qual proporcionou a queda do comércio de gravações sonoras. Marchi (2006) apresenta que, embora os empresários independentes tenham ganhado evidência com o crescimento desta nova proposta, isso ocorre devido à flexibilização das grandes gravadoras juntamente a alta da inflação. Já nos períodos entre 2000 a 2007 diante de um cenário favorável para os produtores e músicos independentes, o aumento deste novo mercado foi consideravelmente notável.

Nesse momento, rompia-se o monopólio de gravação sonora das gravadoras presentes no eixo Rio-São Paulo. Esse cenário de fragmentação da produção fonográfica acarretou o ressurgimento e a consolidação de gravadoras independentes de capital nacional, como Trama, Biscoito Fino, Deck Disc, Indie Records e Atração Fonográfica, entre outras, que passam a desempenhar um papel relevante na descoberta de novos artistas e até mesmo na continuidade da carreira de nomes consagrados, como Chico Buarque, Milton Nascimento, Rita Lee e Maria Bethânia (VICENTE; MARCHI, 2014, p. 25).

Em meio a este panorama político e de mudanças no formato da indústria fonográfica, buscavam-se alternativas, no que tange a produção, a circulação e a divulgação de artistas do ramo da música independente no Brasil.

Diante deste cenário, em 2002, Pablo Capilé, ativista político e produtor cultural, junto a mais duas comunicadoras, Lenissa Lenza e Mariele Ramires, fundaram o Espaço Cubo em Cuiabá, no Mato Grosso, também conhecido como o Cubo Mágico. Este coletivo criou uma moeda social<sup>9</sup> para dar suporte aos gastos denominado de “Cubo Card”, com base na

---

<sup>8</sup> O salto entre os períodos mencionados tange a necessidade de ressaltar este contexto acima.

<sup>9</sup> Este tipo de moeda é muito utilizada pela economia solidária. Representa um formato que não depende da moeda Real. Iremos esclarecer melhor ao longo do texto.

economia solidária (SAVAZONI, 2014). Essa organização teve início a partir de uma república, em que a prática da troca foi desenvolvida como modelo econômico para sobrevivência. Com a posse de um estúdio, resolveram criar as trocas de serviços, assim o Cubo Mágico cedia o espaço e vários músicos eram convidados a tocarem e produzirem seus álbuns no estúdio e, em troca, os músicos se apresentaria gratuitamente nas festas do Cubo Mágico (SAVAZONI, 2014). Este modelo foi inspirado no clube de trocas muito utilizado pela economia solidária como forma alternativa ao crescimento do desemprego, sendo assim, não se utilizava a mediação do real para a troca, mas sim a troca pelas próprias mercadorias, serviços, etc.

Para Savazoni (2014, p. 71), a partir da iniciativa do Cubo Mágico, com “a ideia de que os independentes deveriam ser capazes de deter meios próprios de gravação, distribuição, gerenciamento financeiro e de comunicação e circulação”, foi que houve a “constituição de uma rede nacional não-comercial para a música jovem brasileira”.

Essa rede é baseada em quatro processos simultâneos que se consolidaram nesse período: (1) a criação e crescimento do Festival Grito Rock; (2) a criação da Associação Brasileira dos Festivais Independentes (Abrafin), hoje Rede Brasil de Festivais Independentes (3) a criação da plataforma online Toque no Brasil; (4) o modelo de financiamento, baseado em moedas sociais (SAVAZONI, 2014, p. 71).

Com base neste modelo, várias outras trocas foram feitas no Cubo Mágico com materiais gráficos e concepções visuais. Após estes acontecimentos houve a necessidade de ampliar e sistematizar este tipo de troca, em que mais tarde se tornou a moeda “Cubo Card”, que se configura como central na dinâmica do grupo (SAVAZONI, 2014). Ela é caracterizada, como uma:

Moeda complementar que sistematiza as trocas de conhecimentos, tecnologias, serviços e produtos correntes no Fora do Eixo. Pautado nos princípios da Economia Solidária, este sistema movimenta o mercado de trabalho dos grupos envolvidos, fomentando o desenvolvimento de novas alternativas para a sustentabilidade coletiva. Sua circulação beneficia a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade. Cada FdE\$ 1,00 equivale a R\$1,00 (FORA DO EIXO, 2009).

O aprimoramento desse tipo de troca entre os artistas se tornou um investimento fundamental para a articulação e o surgimento do Fora do Eixo. A rede de coletivos só iniciou o seu percurso oficialmente em 2005 com a proposta de conectar cenas culturais de cidades de

médio porte e capitais afastadas do dito “eixo produtor da cultura nacional”, no qual são visionados os estados: Rio de Janeiro e São Paulo (SAVAZONI, 2014). E esta moeda utilizada pelos integrantes do Cubo Mágico, o qual foi inspirado pelo modelo do clube de trocas, foi também um dos modelos herdados pela rede de coletivos Fora do Eixo.

Portanto, juntamente ao processo de transformação do formato de distribuição de músicas e a consolidação de um nicho de mercado para os artistas independentes, o Fora do Eixo criou uma dinâmica inspirada nas moedas sociais e nos clubes de trocas para que conseguisse manter-se apenas com os recursos próprios e também fazer uso de outros serviços que a rede de coletivos necessitava para a concretização da sua proposta, que era fomentar a cultura no país por outro viés que saísse dos grandes centros, como os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Com isto, neste campo de adaptações realizadas pelo Fora do Eixo, também estava presente a relação de trabalho sem remuneração e baseada nas trocas pelos serviços ou em “Cubo Cards”. Ou seja, a rede trabalhava com um modelo solidário entre as relações, o qual visou seguir a premissa de um clube de trocas, sem remuneração direta com salários fixos aos trabalhadores, e há neste processo a divisão de todos os bens materiais dos moradores das casas.

Segundo o documento “Modo de Organização Circuito Fora do Eixo 2010/2011” a atuação inicialmente da rede Fora do Eixo foi por quatro coletivos nas cidades de Cuiabá (Mato Grosso), Uberlândia (Minas Gerais), Londrina (Paraná) e Rio Branco (Acre), com a finalidade de criar uma rede de trabalho “[...] por grupos e empreendimentos solidários atuantes na cadeia produtiva da cultura, o Circuito já surgiu pautado nos princípios de autogestão e colaboração” (FORA DO EIXO, 2010, p. 1).

O modo de organização estrutural utilizado nas casas Fora do Eixo e que é sugerido aos coletivos parceiros se baseia em quatro principais núcleos: o Banco Fora do Eixo, o Partido Fora do Eixo, a Mídia e a Universidade Fora do Eixo. Além desses, possui outras frentes temáticas, mediadoras ou simulacros e produtoras da rede. As três frentes constituem o modo de Organização do Fora do Eixo, e segundo a “Cartilha - Mapeamento do Balanço Anual Fora do Eixo 2012”, essa estrutura é construída a partir da experiência dos próprios agentes culturais, tendo como base a colaboração de maneira orgânica (FORA DO EIXO, 2013).

De acordo com o organograma do Fora do Eixo, em 2012, cada frente de trabalho e os quatro núcleos principais, os quais formam a base para os simulacros ou frentes mediadoras, estão organizados da seguinte forma.



para a produção cultural; a **Sede/Rescult**, sendo um espaço de produção; e **Eventos**, que compreende os festivais abertos para a participação de grupos musicais e artistas em geral.

Nos círculos maiores de cor laranja estão as frentes temáticas que reúnem os outros já citados, as frentes de Música, Nós Ambiente, Clube de Cinema Fora do Eixo (CDC), Palco Fora do Eixo, Fora do Eixo Letras, Fora do Eixo *Software* Livre.

Já nos círculos pretos estão localizados os quatro núcleos com os simulacros ou as frentes mediadoras: **Banco Fora do Eixo**, **Partido da Cultura (PCult)**, **Mídia e Universidade Fora do Eixo (UniFDE)**. Para compreender como ocorre este modelo criado pela rede, o site do Fora do Eixo expõe o que seriam essas frentes mediadoras ou simulacros.

Os simulacros ou frentes mediadoras tem o papel fundamental de gerar o fluxo entre as Frentes Temáticas e as Frentes Produtoras da rede. São elas que elaboram os mecanismos de sistematização, mapeamentos, pesquisa, concepção, execução, sustentabilidade e dinâmica entre os indivíduos e as frentes participantes do sistema solidário do Circuito, democratizando todas as tecnologias e decisões aprovadas pelos membros da organização, provocando a transversalidade entre todas as Frentes. As Frentes Mediadoras têm o papel fundamental de estar no suporte e preencher qualquer lacuna tanto nas Frentes Temáticas quanto das Frentes Produtoras da rede (FORA DO EIXO, 2013, não paginado).

A ideia da composição desses núcleos está estruturada na valorização da autonomia, tendo em vista a capacidade de produção e da construção de uma organização autônoma, solidária e colaborativa com a intenção de gerir o próprio sistema econômico. Cada núcleo possui uma funcionalidade, como, por exemplo, o Banco Fora do Eixo onde circula a moeda social adotada pela rede e também, quando necessário utiliza-se o real, segundo a Cartilha - Mapeamento do Balanço Anual Fora do Eixo (2013).

Tudo o que não foi garantido com dinheiro oficial, mas pelo trabalho, produtos, sendo investidos como apoio ou trocados para executar qualquer atividade foram investidos com o Card. Card é a moeda complementar que sistematiza as trocas de conhecimentos, tecnologias, serviços e produtos dentro do circuito Fora do Eixo. Pautado nos princípios da Economia Solidária, este sistema movimenta o mercado de trabalho dos grupos envolvidos, fomentando o desenvolvimento de novas alternativas para a sustentabilidade coletiva. Sua circulação beneficia a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade. Cada FdE\$ 1,00 equivale a R\$1,00 (FORA DO EIXO, 2013, não paginado).

No caso do partido, ainda que o nome nos remeta a questão política, o Fora do Eixo (2013) alega que não é com esta intenção que foi criado este núcleo. O intuito do partido se

configura com outras finalidades para o circuito (no entanto, existem várias evidências de que o FdE em alguns momentos de atuação esteve vinculado as instâncias políticas do país).

O PCult (Partido da Cultura) é uma mobilização nacional, de abrangência ampla e irrestrita a todo o movimento cultural. Não se trata da criação de um partido político, mas de, simbolicamente, utilizar-se da nomenclatura para promover ações estratégicas específicas para aprofundar o debate e o comprometimento com a temática cultural e com as demandas estratégicas da cultura no campo da gestão pública, tais como as matérias legais de interesse cultural em tramitação no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas Estaduais, dentre outros assuntos (FORA DO EIXO, 2013, não paginado).

Sendo um dos núcleos principais, a Mídia apresenta a proposta de atravessar o campo da comunicação em geral da rede de coletivos, com o modelo de posTV<sup>10</sup>. Este núcleo como pode notar, nos apresenta uma ideia de uma boa parte dos serviços que o Fora do Eixo oferece.

Núcleo que trabalha toda a comunicação da rede e no suporte dos Pontos Fora do Eixo desenvolvendo as redes de mídias independentes locais. A Comunicação FdE trabalha a Rede Social Fora do Eixo, a Rádio, TV, Redação, Assessoria, Design e Mídia FdE dos projetos institucionais da rede, além de incorporar em cada Ponto Fora do Eixo o mesmo método de trabalho para o desenvolvimento das ações locais, conectados ao cenário cultural (FORA DO EIXO, 2013, não paginado).

Já a Universidade Fora do Eixo é uma das representatividades dentro da lógica de organização da rede, que fica responsável na realização dos Congressos Fora do Eixo, tendo realizados alguns eventos desse porte cuja proposta é a promoção da troca de conhecimentos, ampliação do diálogo entre os produtores culturais e na composição do fortalecimento da rede em si com essas conexões entre moradores e participantes da casa de diversos coletivos do país inteiro. Além disso, é pautada no compartilhamento de conhecimentos vinculados a ideia de uso livre da mídia.

A Universidade Livre Fora do Eixo (UniFDE) surge a partir da necessidade de organização, sistematização e difusão do conhecimento produzido pelo Circuito Fora do Eixo, além da busca da conexão com grupos, parceiros e entidades, para a construção e a democratização de tecnologias sociais, conhecimentos teóricos e práticos mais sustentáveis ligados ao tema da cultura. Busca também estimular o debate e a geração de propostas para novas metodologias de formação, a partir da premissa de livre acesso ao conhecimento (FORA DO EIXO, 2013, não paginado).

---

<sup>10</sup> “A #posTV é um projeto nacional de *streaming* pioneiro e colaborativo, baseado na interatividade e na liberdade total de formatos e de expressão. Qualquer transmissão online realizada pelo coletivo: observatórios, debates, transmissão de shows, pode ser exibida pelo canal da Pos TV” (FORA DO EIXO, 2013, não paginado).

A Universidade Fora do Eixo também é uma das responsáveis pela realização dos Congressos Fora do Eixo, os quais foram neles que toda a estrutura do Fora do Eixo foi desenvolvida. Esses encontros ocorrem anualmente e, foi neste espaço, que ocorreu todas as avaliações, atualizações e tomadas de decisões da rede (CONGRESSO FORA DO EIXO, 2010).

O primeiro evento foi realizado em 2008, o qual recebeu o economista Paul Singer com a proposta de orientar a respeito da economia solidária que surge no Brasil em 1990 como estratégia para gerar empregos, junto ao ajuste neoliberal e contrarreformas (SAVAZONI, 2014). Este cenário de inserção de alternativas para o desemprego apareceu juntamente às lutas tradicionais do trabalho representado pelo novo cooperativismo, em que apresenta relevantes questionamentos às práticas cooperativas (BARBOSA, 2007).

Como precursor deste modelo no Brasil, Paul Singer (2000) destaca os princípios organizativos que caracterizam a economia solidária e que dão ênfase a produção de maneira diferenciada, que são:

- i) Posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir;
- ii) Gestão democrática da empresa ou por participação direta (quanto ao número de cooperadores não é demasiado) ou por representação;
- iii) Repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; e
- iv) Destinação do excedente anual (denominado de “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores (SINGER, 2000, p. 21-22).

Segundo o documento “Modo de Organização Circuito Fora do Eixo” a rede segue os seguintes princípios da economia solidária: a autogestão<sup>11</sup>, a colaboração<sup>12</sup> e o clube de trocas<sup>13</sup>. Neste documento apresentado sobre os anos 2010 e 2011, avalia-se que a rede conta com cinquenta coletivos situados em vinte e três estados brasileiros. Todos estes trabalhavam com esta perspectiva de autogestão e colaboração (FORA DO EIXO, 2013).

---

<sup>11</sup>A autogestão se configura como um conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão que propicia a autonomia de um coletivo. E um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independentemente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem internamente relações sociais mais horizontais (CATTANI, 2003).

<sup>12</sup> A colaboração destaca-se no sentido coletivo de cooperação com a equipe operando concomitantemente no trabalho comum (CATTANI, 2003).

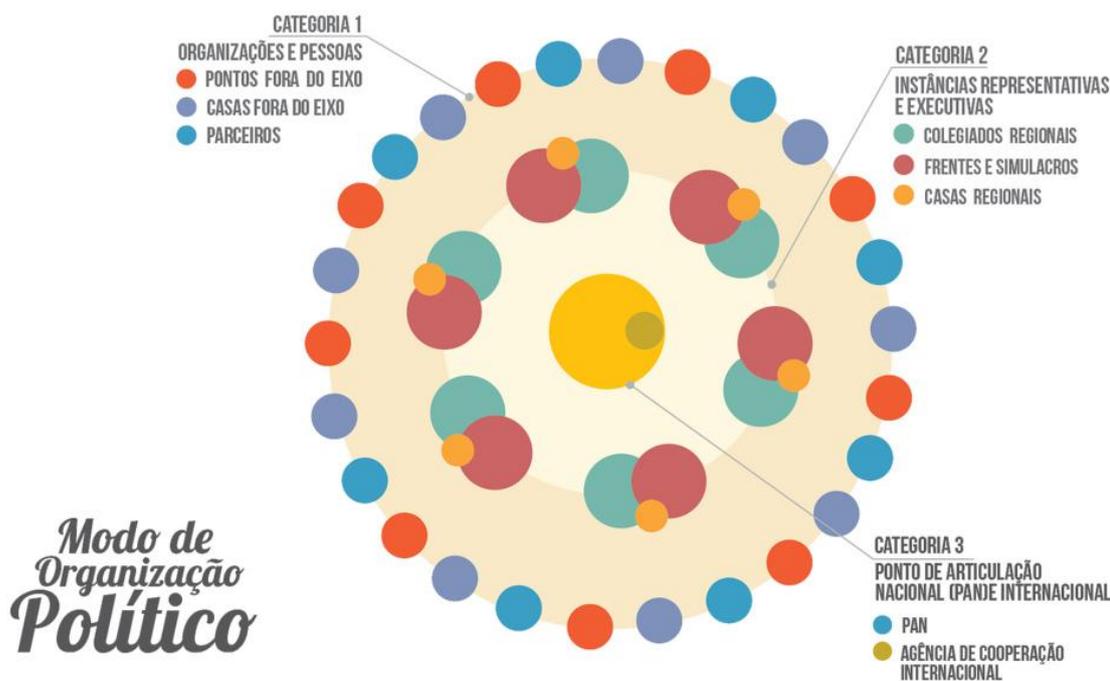
<sup>13</sup> “A troca como atividade social existe desde o princípio dos tempos e consiste numa atividade essencialmente baseada na negociação entre duas partes – pessoas ou grupos de pessoas – que chegam a um acordo acerca de que algo é equivalente a outro algo e passível de troca. Como tal, é dos intercâmbios, é a própria moeda que parece para tornar as trocas mais ágeis e convenientes para ambas as partes: com ela, torna-se dispensável completar a transação no momento, o que passa a ser feito de forma diferenciada, no tempo e no espaço (SINGER, 2000, p. 289).

No segundo Congresso Fora do Eixo, realizado, em 2009, no Rio Branco (AC), foi aprovada a Carta de Princípios com o Regimento Interno e o Organograma Geral. A Carta de Princípios foi desenvolvida neste congresso com o apoio do Prof. Dr. Ioshiaqui Shimbo que é referenciado pelos estudos sobre a economia solidária no país. Nesta carta, já no primeiro item está descrito que:

O Fora do Eixo é uma rede colaborativa e descentralizada de trabalho constituída por coletivos de cultura pautados nos princípios da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo, da divulgação, da formação e intercâmbio entre redes sociais, do respeito à diversidade, à pluralidade e às identidades culturais, do empoderamento dos sujeitos e alcance da autonomia quanto às formas de gestão e participação em processos sócio-culturais, do estímulo à autoralidade, à criatividade, à inovação e à renovação, da democratização quanto ao desenvolvimento, uso e compartilhamento de tecnologias livres aplicadas às expressões culturais e da sustentabilidade pautada no uso e desenvolvimento de tecnologias sociais (FORA DO EIXO, 2015).

No Regimento Interno que regula o funcionamento da rede Fora do Eixo, observa-se como ocorre a divisão dos espaços, tendo em vista toda a conexão com a estrutura. Desta forma, destaca-se o modo de organização Político do Fora do Eixo.

**Figura 2.** Modo de Organização Político do Fora do Eixo.



Fonte: Fora do Eixo, 2013.

Como é possível notar na figura, são três categorias que sustentam este modelo: Categoria 1. Organização e pessoas; Categoria 2. Instâncias representativas e executivas; Categoria 3. Ponto de Articulação Nacional (PAN) Internacional. A primeira categoria apresenta os Pontos Fora do Eixo, Casas Fora do Eixo, Ponto Parceiro (PP). A segunda já se organiza com os colegiados regionais, frentes e simulacro e casa regionais. No último item possui o PAN e a Agência de Cooperação Internacional (FORA DO EIXO, 2011). Sobre a estrutura política, o Ponto Fora do Eixo se estabelece por movimentos ou organizações formais ou não, porém sem fins lucrativos, que são responsáveis por mediar qualquer ação ligada ao Fora do Eixo na sua cidade. Assim também, o Ponto Parceiro (PP), fica responsável pelas organizações formais ou não de qualquer natureza jurídica que participe da Rede Local, Estadual, Nacional, e que podem se caracterizar como pontos de distribuição, mídia e pesquisa.

O segundo item do regimento interno se constitui nas instâncias deliberativas: reuniões virtuais, congressos Fora do Eixo, imersões Fora do Eixo. Sobre como ocorrem essas instâncias, o regimento do Fora do Eixo menciona que é realizado de acordo com o quórum, definição das pautas, deliberações, atas, participação de convidados e observadores (FORA DO EIXO, 2011).

As Casas Fora do Eixo que podem ser compreendidas, segundo as diretrizes da rede, como:

[...] instâncias executivas, caracterizadas como residências culturais, que funcionam como agência do Banco Fora do Eixo, campus da Universidade Livre Fora do Eixo, diretório do Partido da Cultura, Estação de Mídia, Ponto de Hospedagem Solidária e articuladores de redes. Além disso, trabalha com o sistema de gestão econômica pautada em caixa coletivo. Cada regional terá uma Casa Fora do Eixo, que será responsável por executar e acompanhar a operacionalização do Programa Fora do Eixo em cada um de seus respectivos territórios regionais, assim como pelo atendimento, assessoria e suporte aos pontos de sua região; pelo recebimento de pedidos de adesão e desadesão da rede; entre outras funções de gestão. As Casas Fora do Eixo devem atuar em consonância com os Colegiados Estaduais/Regionais. Além das Casas regionais, também podem existir Casas Fora do Eixo municipais e estaduais, responsáveis pela gestão das micro-regionais (FORA DO EIXO, 2015).

Os interessados em morar nas casas do Fora do Eixo, dividem tudo e *não possuem remuneração*, isto é, não recebem em moeda oficial pelo trabalho realizado, e sim são efetuadas trocas e a divisão de bens materiais. Segundo Savazoni (2014), os custos são bancados por um “caixa coletivo”. Os participantes do Fora do Eixo atuam como produtores

culturais, ou seja, que articulam as propostas para os eventos realizados pela rede de coletivos. Desta forma, o grupo utiliza o modelo de gestão financeira que se complementa com as moedas sociais que são os “cards”, descrito acima. O dinheiro social gera a troca de serviços entre os agentes, que passam a fazer uso do caixa coletivo e, portanto, estão integrados ao clube de troca.

A sistematização desse fluxo de caixa imaterial é feita pelo simulacro do Banco, que se incumbem de articular tanto formas de captação de recursos em moeda corrente, como quantificar e gerir as “reservas solidárias”. De acordo com dados da entidade, foram movimentados, em 2012, 62 milhões em cards. No caso do FdE, no entanto, esses valores não são conversíveis. Ou seja, não há uma paridade entre o “FdE Card” e os recursos correntes – a riqueza só existe como serviço partilhado. Essa se configura como a economia central da rede. Difere, portanto, dos tradicionais bancos comunitários que existem no país, os quais atualmente são 103, cada qual com uma moeda própria, mas têm lastro em real (SAVAZONI, 2014, p. 29).

Apesar de o Fora do Eixo declarar que a sua moeda possui lastro no real, seus “cards” não podem ser utilizados no comércio convencional onde a moeda Real circula. Para o economista Ladislau Dowbor, conhecido como especialista em novos modelos econômicos, o Fora do Eixo pode ser avaliado como:

O sistema de financiamento da rede Ninja e da rede Fora do Eixo não constitui nada de revolucionário, existe milhares de experiências pelo mundo afora e no Brasil, e consiste em reciprocidades baseadas em uma moeda contábil, ou simbólica, que pode ser representada por horas de trabalho. A diferença é que não se paga juros aos bancos, o que torna tudo mais barato, e facilita as trocas, ao se tirar os intermediários de cena. No caso mencionado no Roda Viva, trabalham com pouco dinheiro oficial (reais), e com muito dinheiro equivalente (cards), em que um grupo que realiza um show apoiado no esforço de organização de outro, por exemplo, passa a assegurar uma contribuição correspondente em reciprocidade em outro local ou cidade, expressa em cards, mas sem necessidade de dinheiro (DOWBOR apud SAVAZONI, 2014, p. 30).

Como os integrantes das casas Fora do Eixo compartilham tudo, de acordo com os princípios da rede, qualquer bem material que eles levam para as casas tem que ser disponibilizado para a utilização de todos. O “caixa coletivo” é o local de acesso a todos e nele fica o que os integrantes contribuem e os recursos financeiros em reais concedidos por meio de editais entres outros incentivos financeiros. Neste sentido, é importante destacar que o controle do dinheiro que circula na rede de coletivo fica nas mãos de poucas pessoas.

Os recursos em moeda corrente para o caixa vêm dos projetos empreendidos. Em geral, qualquer produção cultural, seja por meio de editais ou financiamento de leis de

incentivo, e prevê o pagamento da gestão administrativa e do trabalho efetuado. São esses valores que são recebidos por alguma das organizações que compõem o leque institucional do FdE, e são depositados no caixa comum e cobrem os custos essenciais.

Na dinâmica estabelecida para as casas Fora do Eixo, é interessante notar que uma pessoa ao entrar na casa com a posse de algum bem material, passa a disponibilizá-lo para que a casa toda faça o uso coletivo de um carro, por exemplo (SAVAZONI, 2014).

O sistema do Fora do Eixo, de acordo com Savazoni (2014), se apresenta como inédito para o ramo de produção cultural, porém veremos nos próximos capítulos que esse discurso pode ser refutado. A rede é toda interligada por esses novos sistemas que se assemelham com o que vivemos na sociedade.

Desde o início a rede se apresenta como uma organização que quer promover algo concreto no cenário cultural. O Fora do Eixo está “voltado a contribuir com a construção de políticas públicas, em especial no campo cultural” (SAVAZONI, 2014, p. 31). E, com isto, o intercâmbio da organização com os mecanismos institucionais de poder é permanente. Contudo, esta relação ocorre com a administração dentro da rede, de maneira a impulsionar os membros por meio do simulacro do Partido:

Que estimula que os coletivos destaquem seus membros para integrarem conselhos municipais, estaduais e o federal, que ocupem assentos em fóruns consultivos e deliberativos, que estabeleçam interlocução com vereadores, deputados estaduais e federais, para que sejam criadas bancadas parlamentares em defesa das políticas culturais (SAVAZONI, 2014, p. 31).

Também possui outras agendas em que os coletivos constituem proximidade com a juventude, o meio ambiente, os direitos humanos e a participação social. Há também a gestão política que passa por outras duas dimensões:

(1) a interlocução com a classe política tradicional, sem distinção partidária apriorística; (2) a articulação junto a outras organizações da sociedade civil, com especial atenção para os movimentos que se articulam simultaneamente nas redes sociais e nas ruas (no espaço público urbano) (SAVAZONI, 2014, p. 31-32).

Rodrigo Savazoni (2014) destaca que parte da força do Fora do Eixo está na sua capacidade de incidência nacional, ou seja, de causar encontros, com quadros políticos dedicados à tarefas de articulação em todos os coletivos pertencentes a rede. Neste caso, parte desta capacidade de uso intensivo da comunicação digital.

E é neste campo que o simulacro da mídia atua com as ações de mobilização em redes sociais, como *twitter* e também *facebook*. Criaram-se vários programas de TV pela internet, por meio da PosTV, com transmissões ao vivo e registros fotográficos de ações, de organizações parceiras e de protestos que fazem parte do chamado “cardápio” midiático desenvolvido pelo Fora do Eixo, que se organiza cada vez mais como uma plataforma de comunicação digital em rede a serviço de causas políticas diversas com as quais a rede tenha afinidade. Com isso, Savazoni (2014) ressalta que a frente multimidiática é a parte que aparece no Fora do Eixo. Ele cita o caso das manifestações de junho de 2013 em que a Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) foi incubada pelo Fora do Eixo.

Com a implantação do *software* livre, os agentes do FdE criaram soluções a partir da Tecnologias Sociais (TECs), que se configuraram como a metodologia inovadora de gestão política e cultural. A cultura no FdE é inspirada no *software* livre passando não só para os seus integrantes, mas também para a internet.

O Fora do Eixo estimula o uso de tecnologias livres em seu cotidiano, desenvolve seus sites valendo-se de ferramentas abertas, mas não impõe para seus integrantes a utilização de sistemas operacionais baseados em *software* livre como o *Linux*. É comum, por isso, que os membros da organização utilizem computadores e celulares da *Apple*, como *McBooks* e *Iphones* (SAVAZONI, 2014, p. 26).

O terceiro Congresso do Fora do Eixo, ocorreu em 2010, integrado ao Festival Jambolada, em Uberlândia (MG), neste evento a rede criou o Ponto de Articulação Nacional. Já quarto congresso foi realizado em São Paulo, na Casa Fora do Eixo SP, em 2011, um dos palcos para o 4ª Congresso Fora do Eixo, simultaneamente ao Festival Fora do Eixo.

Em 2011, também foi organizado pelo circuito o primeiro Congresso Fora do Eixo, na Argentina – Buenos Aires, a proposta foi compreender os rumos da música independente na América Latina.

Para compreender melhor como se organiza a Universidade Livre Fora do Eixo, segue abaixo sua estruturação de acordo com a imagem. Na composição da Universidade Livre Fora do Eixo identifica-se no centro o campus com as vivências, o corpo docente e a metodologia. Essas bases que estruturam a ideia da rede de coletivos abre um leque outras ramificações que estão destacadas na figura abaixo e que perpassam o modo de organização geral do Fora do Eixo.



empresários. Assim, além dos “cards”, que servem como uma forma de organizar os valores para a realização das trocas de serviços, a rede também trabalha com o “egocard”, que significa a valorização do ego e da autoestima de uma pessoa. Esta definição se encontra no Glossário do Fora do Eixo, como “endossar” que para eles significa: “apoiar, estar de acordo, auxiliar, defender, confiar a responsabilidade em alguém ou em um grupo” (FORA DO EIXO, 2015).

Assim, a rede não utiliza o discurso monetário e se baseia na perspectiva do “afeto”, preferiu-se empregar o termo “Felicidade Interna Bruta” para explicar a grande força que promove a prosperidade da rede. *Ou seja, para eles, a satisfação genuína de jovens trabalhando no que gostam em nome de uma causa que amam é a principal geradora de riqueza e explica a força da rede* (FONSECA, 2015, p. 110-111).

O “egocard” para Fonseca (2015) também pode ser considerado como uma moeda que agrega, pois ela é utilizada pela rede com a finalidade de atrair pessoas. A ideia é se relacionar com elogios para instigar uns aos outros a participarem do circuito. Assim, fala que:

Notamos que, na economia das trocas simbólicas do Fora do Eixo, o chamado egocard também se tornou uma moeda complementar empregada para seduzir, envolver e cooptar os integrantes e parceiros por meio de operações de lisonja e adulação. Através das mídias sociais e, sobretudo, nos momentos presenciais, os integrantes se dedicam a ações permanentes de autoelogio, excitando uns aos outros, celebrando constantemente as suas vidas nos coletivos e propagandeando cotidianamente, por meio de fotografias, cartazes digitais, vídeos e testemunhos, toda a delícia de participar da rede (FONSECA, 2015, p. 111).

Fonseca ainda ressalta que aqueles cuja rede acredita que são parceiros, passam a receber convites para compor as atividades e a contribuir com a reafirmação da filosofia do Fora do Eixo em várias palestras pelas regiões do país com o incentivo de recursos financeiros do grupo para custear as despesas das viagens. Fonseca diz que “[...] naturalmente toda essa dinâmica tende a reforçar vínculos de afeição, amizade e solidariedade” (FONSECA, 2015, p. 111).

A Universidade Fora do Eixo é a que cuida desta sistematização citada acima. Ela é responsável pela organização e oferta de conhecimento. A Universidade também prepara os encontros, vivências, colunas, imersões que compõem o chamado cardápio de “formação” para os integrantes da rede e para os parceiros que também estão vinculados a ela (SAVAZONI, 2014).

Segundo Savazoni (2014), há um “corpo docente” formado por professores universitários, estudantes universitários, artistas, jornalistas, ativistas, etc. Este corpo docente está encarregado de ajudar na articulação da Universidade da rede. O que demonstra o interesse de profissionais em contribuir com a ampliação da ideia criada pela rede. Muitos deles compreendem a rede como uma oportunidade de modificar os padrões já instituídos pelo velho formato de mídia.

Assim, a rede de coletivos segue um balaio de princípios e, além disso, aparece com a intenção de promover cultura, amparados na disputa por editais. A rede dedicou-se a criar um Banco de Editais e Concursos Culturais<sup>14</sup>, que funcionava por meio de um documento aberto pelo *Drive (Google)* apenas à visitação para não integrantes. Nele constavam os segmentos a serem preenchidos, como: o *deadline* de inscrições, nome do edital, organização e órgão realizador, abrangência (região), descrição, *link* de acesso, edital e projeto mapeado. Para concorrer aos editais, por exemplo, a rede de coletivos Fora do Eixo atuava com uma equipe de trabalhadores que apresenta que os integrantes não recebem salário. Neste Banco de Dados de editais há apenas o registro de vários links de editais para o ano de 2013.

O Fora do Eixo apresenta uma estrutura já conhecida nos moldes da sociedade, com a proposta de uma configuração alternativa ao sistema econômico vigente, e suas bases estruturais com a intenção de inserir nesta nova configuração do mercado de música. Logo uma dessas formas de sobrevivência foi a criação de uma organização, pelo coletivo, para que ganhasse editais públicos e privados de financiamento, a fim de conseguir crescer mais com a sua proposta.

Também é importante destacar que o representante do Fora do Eixo, Pablo Capilé, passou a agir no aparelho de Estado atuando para a eleição de vereadores de alguns estados, o qual posicionou secretários de cultura em alguns estados (PASSA PALAVRA, 2012). Assim, percebe-se que não se trata apenas de uma rede que concorre editais para a concessão de recursos financeiros, mas sim que atua como peça importante junto ao aparelho orgânico de atuação política.

Neste sentido, o Pablo Capilé apresenta dois projetos centrais para consolidar a estrutura do Fora do Eixo, cujo primeiro configura-se com a criação de uma Universidade Fora do Eixo (UniFDE), à qual ficou destinada a realização da sistematização e a formação do circuito; enquanto o segundo projeto teve a incumbência de consolidar o Partido da Cultura

---

<sup>14</sup> FORA DO EIXO, 2013.

(PCULT), que é descrito como um “um núcleo de contaminação constante de um processo de organização das políticas públicas desenvolvidas por esses coletivos” (CONEXÕES UNIVERSIDADE - PABLO CAPILÉ, 2011).

Com isto, é relevante ressaltar que a ideia de espontaneidade e solidariedade reforçam ainda mais o cenário crítico que se encontra no mundo do trabalho e são apoiadores da ideia de ampliar a cena cultural do país com a proposta de uma cultura de uma sociedade “pós-rancor”. Esta ideia de “pós-rancor” é muito difundida dentro das casas Fora do Eixo, com um discurso de retirar o rancor impregnado nos indivíduos pelas consequências dos avanços do capitalismo, principalmente no mundo do trabalho. Portanto, nos parece que esta premissa de “pós-rancor” trata-se de uma naturalização da barbárie instaurada no século XXI.

O pós-rancor para isso abdica da memória. Os choques do mundo moderno enfraqueceram a experiência, ficamos ricos em informação, e pobres em conhecimento. A perda da experiência e da memória transforma o homem em autômato. Destituído de toda sabedoria, é incapaz de contar, analisar, dar conselhos, aprender com o tempo. A experiência, para eles, é rancorosa. O pós-rancor é o não filisteu, filisteu. Por isto, o “pós-rancor” também abdica de qualquer crítica mais profunda, já que isto seria ressentimento, “parar na pista”, “não fazer o que tem de ser feito”, afinal, “a vida é muito alegre”, para pensarmos além da lógica do “sempre gozando, e tudo ficará bem”. [...] O objetivo é claro, e nada estranho aos mecanismos fetichistas: modernizar os movimentos sociais. Tirar deles o rancor, a indignação que vem da precariedade, da falta de democracia no processo produtivo, etc. (Z.M; PARRA; ORTELLADO; SILVIO RHATTO, 2013, p. 111-112).

Esta filosofia se assemelha com as teorias que debatem o “fim da luta de classes” e apoiada a um discurso de modernização dos processos que imbricam os movimentos sociais no Brasil. O que reflete diretamente na desmobilização dos trabalhadores, com a disseminação da consciência do voluntariado, da solidariedade, do empreendedorismo e do autoemprego.

### **2.1.1 Fora do Eixo e o Cultura Viva**

Em 2004 foi criado o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, pela Portaria nº 156, de 6 de julho de 2004, com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais culturais visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade (MINC, 2014). O texto da portaria que normatiza o Programa passou por várias alterações ao longo do

governo Lula, todas elas com intuito de reformulação de alguns pontos já existente no documento. E este programa apresenta grandes semelhanças com a estrutura do Fora do Eixo, embora o Pablo Capilé alegue que eles não são, por exemplo, um ponto de cultura, mas que apresentam uma trajetória muito próxima (MINC, 2011).

Ao observar a organização do Fora do Eixo percebe-se que a estrutura do Programa Cultura Viva apresenta grandes similaridades. Isto porque ao analisar as duas propostas identifica-se que o Programa Cultura Viva era constituído no início por cinco ações que lembram a composição da rede de coletivos: a) Pontos de Cultura (convênios) como espaço de sedimentação da rede Cultura Viva, de organização da cultura em nível local e de mediação na relação entre Estado e sociedade e entre os outros Pontos, constituindo redes por afinidade; b) Cultura Digital como um instrumento de aproximação entre os Pontos, que desencadeia um novo modo de pensar a tecnologia, envolvendo generosidade intelectual e trabalho colaborativo (*software* livre); c) Escola Viva como uma ação que integra o Ponto de Cultura à escola; d) Griôs que oferece bolsas para pessoas que possuem o conhecimento da cultura popular local para a organização de oficinas de quadrilhas, de folias de reis, congadeiros, artesãos, paneleiras, rendeiras, repentistas, rabequeiros, contadores de histórias, construtores de brinquedos, baianas do acarajé e mestres de capoeira. Cada um recebe um salário mínimo por mês para formar jovens aprendizes com intuito de dar sequência ao projeto; e) e os Agentes Cultura Viva: como protagonistas de um processo que integra inclusão social, econômica, cultural, digital e política na construção de uma cidadania emancipatória (MINC, 2005).

Essas atividades estão vinculadas aos Pontos de Cultura que é a principal ação do programa.

O Ponto de Cultura é a ação prioritária do Programa Cultura Viva e articula todas as suas demais ações. Ele é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras. Uma pequena marca, um sinal, um ponto sem gradação hierárquica, um ponto de apoio, uma alavanca para um novo processo social e cultural. Como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si. O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. Por comunidade entendemos não somente os agentes estritamente ligados à produção artística, como também usuários e agentes sociais em um sentido amplo (MINC, 2005, p. 20).

Para se tornar um Ponto de Cultura é necessário concorrer a um edital divulgado pelo Ministério da Cultura, enviar projeto que passa pela Comissão Nacional de Avaliação

composta por autoridades governamentais e personalidades culturais. Quando selecionado, o projeto recebe o convênio com o Ministério da Cultura (MINC, 2005).

Segundo o Ministério da Cultura, os Pontos de Cultura são aderidos de maneira voluntária, porém passam pelo processo de seleção via edital, como dito acima. É interessante observar como é estruturado um ponto de cultura, pois para a sua instalação é necessário que siga algumas exigências que mudam o modo de vida do sujeito participante do ponto de cultura.

O Ponto pode ser instalado em uma pequena casa, ou barracão, em um grande centro cultural, ou museu... basta que os agentes da cultura viva se apresentem e se ofereçam. A partir do Ponto, desencadeia-se um processo orgânico agregando novos agentes e parceiros e identificando novos pontos de apoio: a escola mais próxima que mantém suas instalações e recursos fechados à comunidade do entorno, o salão da igreja, a sede da sociedade amigos do bairro, a garagem de algum voluntário que sonhou com (e fez) uma biblioteca comunitária. Até – por que não? – a sombra de uma árvore. São inúmeras as possibilidades de combinação de ações a partir das disponibilidades vinculadas à dinâmica própria de cada comunidade (MINC, 2005, p. 20).

Essa era uma das exigências para a instalação dos Pontos, outra se constitui em definir cada eixo, como por exemplo, qual área da cultura o Ponto vai se responsabilizar em promover. Sendo que a premissa para essa iniciativa é que a classe de trabalhadores escolha qual será a melhor modalidade para a sua comunidade. Cada ponto, segundo o Ministério da Cultura (2005), recebia “até 185 mil reais, em parcelas semestrais, para investir no prazo de dois anos e meio, conforme projeto definido pelo próprio Ponto” (MINC, 2005, p. 21). Este incentivo parcelado deve respeitar algumas exigências para a estruturação física do espaço de cultura, como a compra de equipamentos de multimídia em *software* livre.

Também há nesta lógica, os Pontões, que se configuram quando uma localidade tem algum tipo de demanda de Pontos de Cultura. Os Pontões podem ser entendidos como espaços culturais que recebem recursos de até 500 mil reais por ano para a elaboração de uma programação integrada. O financiamento ocorre por meio de parcerias com empresas públicas e privadas e governos locais, e seu intuito era de constituir-se em espaços de articulação entre os Pontos (MINC, 2005).

Desta forma, nota-se, neste contexto de transições de governos, uma preocupação com a gestão do governo Lula sobre a ampliação das ações que envolvem comunidades que estavam fora da possibilidade de receber incentivos fiscais para a promoção da cultura. Percebe-se, então, um cenário de poucas oportunidades para os pequenos e médios projetos

que não interessam aos empresários, no caso da Lei Rouanet. Desta forma, fica clara a adesão do programa Cultura Viva neste sentido, pois envolvia o acesso aos recursos facilitadores da promoção da cultura.

Este cenário é reflexo de uma série de modificações nos formatos na produção cultural no mundo, cujas críticas de estudiosos somadas às mudanças tecnológicas possibilitaram ao avanço da chamada indústria cultural.

## **2.2 A INDÚSTRIA CULTURAL NO BRASIL E SEU IMPACTO NA ERA DO CONSUMO DE CULTURA**

Tendo em vista as diversas modificações no mundo do trabalho, no período de 1970, cuja crise do capitalismo e a financeirização estão postas, nota-se que a emergência da produção cultural aparece também acentuada. A indústria cultural neste período ganha destaque e se pauta em dois polos que foram separados pelo tempo e espaço. Os estudiosos da Escola de Frankfurt no período antecessor, nos anos 1960, tratavam sobre as transformações que o acesso midiático haveria de tomar, e seu impacto sobre o sujeito. Já nos anos 1970 e 1980, estes intelectuais observaram a mudança e uma maior participação do indivíduo nos processos, e isto se configura como algo que não aliena o sujeito, mas sim o transforma no conjunto. Nesse processo de modificação das tecnologias, o acesso se torna algo que impulsiona a produção cultural de maneira significativa.

No que tange as ideias dos estudiosos do século XX, como Theodor W. Adorno (1987), o pensamento era de que a massificação não seria interessante e tornaria um campo alienável pelo acesso às manifestações culturais (ADORNO, 1987). A indústria cultural ganhou destaque com a comercialização dos produtos culturais por meio da massificação e, portanto, apresentou certo grau de alienação que influenciou na formação dos indivíduos autônomos com discernimento para julgar algo (ADORNO, 1987). Todos estão sujeitos a essas influências do modo de distribuição em massa que vem no bojo das transformações tecnológicas.

Na obra clássica da filosofia contemporânea a “Dialética do Esclarecimento” dos autores Theodor Adorno e Marx Horkheimer, houve o debate que, apesar de ter sido escrito em 1947, apresenta temáticas atuais, como a destruição ambiental, a opressão das mulheres, o racismo e a estultificação das pessoas pelos meios de comunicação massiva. Neste sentido, o

tema das indústrias culturais é abordado com a conotação da ocorrência do processo de imbecilização da sociedade pela via das artes, campo este que buscamos compreender para chegar até as próximas mudanças do cenário musical, o qual o Fora do Eixo surge devido a estas rupturas com os modelos anteriores. Desta forma, observa-se a abordagem dos autores sobre assuntos que foram acentuados para as conclusões de suas obras, como a influência de Walter Benjamin, com a obra “Reprodutibilidade Técnica” e de Hebert Marcuse com a obra o “Caráter”. Os textos destes dois autores apresentaram a ênfase na dimensão ideológica da arte (DUARTE, 2002).

Marcuse (2006) aponta como parte das manifestações artísticas, a chamada “cultura afirmativa”. Destacou sua análise, em sua análise, o papel das obras de artes na sociedade como elemento ideológico de manutenção do *status quo* (DUARTE, 2002). Sobre este aspecto Marcuse diz que a:

Cultura afirmativa é aquela cultura pertencente à época burguesa que no curso de seu próprio desenvolvimento levaria a distinguir e elevar o mundo espiritual-anímico, nos termos de uma esfera de valores autônomos, em relação à civilização. Seu traço decisivo é a afirmação de um mundo mais valioso, universalmente obrigatório, incondicionalmente confirmado, eternamente melhor, que é essencialmente diferente do mundo de fato da luta diária pela existência, mas que qualquer indivíduo pode realizar para si "a partir do interior", sem transformar aquela realidade de fato. Somente nessa cultura as atividades e os objetos culturais adquirem sua solenidade elevada tanto acima do cotidiano: sua recepção se converte em ato de celebração e exaltação (MARCUSE, 2006, p. 95-96).

Para Marcuse (2006), a cultura afirmativa burguesa prenunciava a felicidade e a harmonia, porém somente no campo da imaginação. Desta forma, este autor destacava que era necessário ir além dessa cultura e, assim, realizar no concreto todas as promessas nelas incorporadas e modificar-se, deste modo, a arte em vida.

No caso de Benjamin, a contribuição mais significativa para a compreensão da diferença entre a arte convencional e a arte reprodutível, foi a criação do conceito de “aura” – sendo a característica que não se encontra na arte reproduzida, ainda que tenha sido feita uma réplica muito fiel da original. Para Benjamin, tratava-se de uma não legitimação da obra de arte ou até mesmo uma falsificação do original.

É uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja. [...] Cada dia fica mais irresistível a necessidade de possuir o objeto, de tão perto quanto possível, na imagem, ou antes, na sua cópia, na sua reprodução. Cada dia fica mais nítido a

diferença entre a reprodução, como ela nos é oferecida pelas revistas ilustradas e pelas atualidades cinematográficas e a imagem (BENJAMIN, 1994, p. 170).

Com a tecnologia de reprodução em massa das artes, segundo Benjamin (1994), seria impossível preservar o culto da obra. Assim, observa-se que, com o advento das possibilidades de multiplicação de alguma obra, seria também possível ampliar a quantidade de admiradores da mesma, o que retiraria o privilégio de poucas pessoas terem acesso a arte. Sobre essas alegações de Benjamin, Adorno deixa explícita sua oposição a este pensamento, que o levou, junto a Horkheimer, a escrever sobre a indústria cultural na obra "Dialética do Esclarecimento". Desta forma, tendo em vista que nesta pesquisa não nos cabe fazer a análise do texto completo, mas sim apontar sobre a questão explorada acerca da indústria cultural, cujo ponto fundamental para a compreensão deste conceito estudado pelos autores é o do esclarecimento que diz respeito a alienação dos homens em relação as coisas e a alienação do homem com ele mesmo, o que reflete sobre a ideia da cultura mercantilizada.

Assim, tendo em vista que o objeto estudado nesta pesquisa está situado no Brasil, partimos para uma compreensão do reflexo dessa massificação das artes, ou indústria cultural a fim de trazer para a realidade na qual o Fora do Eixo se insere. Para Duarte (2010), o Brasil foi um grande consumidor das mercadorias culturais dos Estados Unidos no século XX, juntamente com a economia cafeeira que também anunciava o processo de industrialização do país. A consolidação do rádio e também neste período a chegada do cinema de maneira um tanto quanto desordenada, refletem o marco da inserção de novas formas de disseminação de informação e cultura no país, porém está época apresenta um ponto interessante que, segundo Duarte, representa uma grande diferença no caso da chegada da indústria cultural no país.

É importante ressaltar que desde esses primórdios, em que quase tudo nas indústrias cinematográficas e radiofônica brasileiras era feito do modo mais improvisado que se puder imaginar, a indústria cultural no Brasil se profissionalizou enormemente, exportando atualmente filmes, tais como Central do Brasil e Cidade de Deus, dentre outros, para muitos países e ostentando várias redes de televisão que transmitem seu sinal via satélite para todo o país (e, em alguns casos, também para o exterior), sendo que algumas delas distribuem também telenovelas e outros produtos para os quatro cantos do mundo (DUARTE, 2010, p. 103).

Ainda que, com essa noção de como o Brasil se estabeleceu produtivamente com as mercadorias culturais reconhecidas internacionalmente, é relevante ressaltar que não foram todos os públicos que tiveram acesso a estes produtos culturais. Posto isto, é compreensível a motivação do Fora do Eixo em consolidar o projeto da rede de coletivos, devido à exclusão ao

acesso à cultura desde a chegada dos veículos de comunicação que contribuíram para a distribuição maçante de cultura.

A indústria fonográfica também adotou o mesmo rumo que os produtores cinematográficos, ainda que as expressões da “questão social” afetassem o acesso à cultura de modo geral. O rádio conseguiu, ainda assim, chegar a todos os cantos do país, o que, segundo Duarte (2010), se estabeleceu como um grande propagador das músicas, além de ser uma “grande vitrine para a venda de discos” (DUARTE, 2010, p. 108).

Temos, então, a clareza de que a chegada do rádio, do cinema e da indústria fonográfica contribuiu para a cultura de massa brasileira na sua primeira fase como uma espécie de “sistema”.

Nesse sentido, Duarte (2010) explica que diante deste entendimento do cenário de distribuição de cultura no país, não houve problemas em se referir como “indústria cultural”. Porém, se faz necessário analisar os cinco procedimentos apontados pela crítica de Horkheimer e Adorno na obra “Dialética do Esclarecimento”, que trata dos chamados operadores da indústria cultural, e verificar se estes podem ser analisados com o caso brasileiro. Ou seja, se podemos utilizar esta análise, tendo em vista que estamos tratando de outro país e contexto histórico.

Desta forma, o primeiro aspecto trata-se da “manipulação retroativa”, como produção das mercadorias culturais que conseguiam suprir as necessidades reais da população com características urbanas de um lado e massificadas por outro lado.

Os interessados inclinam-se a dar uma explicação tecnológica da indústria cultural. O fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais. O contraste técnico entre poucos centros de produção e uma recepção dispersa condicionaria a organização e o planejamento pela direção. Os padrões teriam resultado originalmente das necessidades dos consumidores: eis por que são aceitos sem resistência. De fato, o que o explica é o circuito da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma (ADORNO E HORKHEIMER, 1947, p. 160).

No que diz respeito ao Brasil, Duarte (2010) destaca o caráter manipulador dos produtos que estavam sob censura do DIP (Departamento da Imprensa e Propaganda) vigente na ditadura de Vargas, em 1937, pelo Estado Novo.

O aspecto de manipulação retroativa se destaca exatamente no fato de que a apresentação das mencionadas questões, de fato relevantes, é feita como se os problemas abordados caíssem do céu e não fossem decorrências de patologias específicas da fase monopolista do capitalismo tardio. Em virtude dessa estratégia, o conformismo das pessoas, que é um dos resultados almejados (ao lado da lucratividade) pela indústria cultural, é reduplicado, pois o telespectador ainda fica com a sensação de estar sensibilizado para um problema contemporâneo relevante, quando está comprando um “pacote”, que inclui não apenas a conformidade ao *status quo*, mas também a disposição para o consumo das mercadorias indicadas no *merchandising* furioso das telenovelas (DUARTE, 2010, p. 118).

Outro aspecto abordado é a usurpação do esquematismo que se debate sobre uma expropriação mais “universal” e outra mais “particular”. No primeiro caso diz respeito a uma visão extrínseca adotada pela massa e no segundo tipo de expropriação com a condução de uma visão mais específica. Adorno e Horkheimer (1947) influenciados por Kant, falam da razão como:

A unidade consiste na concordância. O princípio da contradição é o sistema *in nuce*. O conhecimento consiste na subsunção a princípios. Ele coincide com o juízo que se inscreve no sistema. Um pensamento que não se oriente para o sistema é sem direção ou autoritário. A razão fornece apenas a ideia de unidade sistemática, os elementos formais de uma sólida conexão conceitual. Todo objetivo a que se refiram os homens como um discernimento da razão é, no sentido rigoroso do esclarecimento, desvario, mentira, "racionalidade", mesmo que os filósofos dediquem seus melhores esforços para evitar essa consequência e desviar a atenção para o sentimento filantrópico (HORKHEIMER E ADORNO, 1947, p. 112).

Duarte (2010) chama a atenção sobre o papel da televisão e das telenovelas que chegaram ao Brasil, na década de 1950, com impactos significantes até mesmo quando era disseminada pelo rádio. Seu poder de persuasão foi grande e acompanhado pelo telejornal, o qual completou um pacote de entretenimento da mídia televisiva que conseguia atingir boa parte da população brasileira.

É interessante observar que telenovela e telejornal – gêneros que, não obstante a enorme diferença de objetivos, são cada vez mais próximos um do outro em termos de conteúdo – apresentam uma espécie de movimento pendular na retratação dos aspectos arcaico e moderno da vida brasileira (DUARTE, 2010, p. 119).

No caso da domesticação do estilo, configura-se como um perfil disseminado no período de Getúlio Vargas carregado de discursos e considerações de caráter nacionalista, que dizia respeito ao privilégio de ser brasileiro ainda que boa parte da população passasse por extrema miséria.

O renome dos especialistas, onde às vezes ainda vem se refugiar um último resquício de autonomia temática, entra em conflito com a política comercial da igreja ou da corporação que produz a mercadoria cultural. Mas o tema já está, em virtude de sua própria essência, reificado como aceitável antes mesmo que as instâncias competentes comecem a disputar. Antes mesmo de se adquirida por Zanuck, Santa Bernadette já aparecia aos olhos de seu poeta como um apelo publicitário para todos os consórcios interessados, e isso resulta das potencialidades da figura. Eis por que o estilo da indústria cultural, que não tem mais de se pôr à prova em nenhum material refratário, é ao mesmo tempo a negação do estilo. A reconciliação do universal e do particular, da regra e da pretensão específica do objeto, que é a única coisa que pode dar substância ao estilo, é vazia, porque não chega mais a haver uma tensão entre os polos: os extremos que se tocam passaram a uma turva identidade, o universal pode substituir o particular e vice-versa (HORKHEIMER E ADORNO, 1947, p. 171).

Assim, a domesticação do estilo faz parte de um processo que se utiliza da usurpação do esquematismo, sendo um perfil de “estilo” petrificado que estava relacionado com a “despotencialização do trágico”. Neste tipo de “despotencialização do trágico”, é apontada como uma característica encontrada por Horkheimer e Adorno sobre a catarse, cujos autores falam do *getting into trouble and out again* (“meter-se em apuros e depois sair”). Este perfil é recorrente identificado nos filmes dos anos 1930 e 1940, e também foi aplicado as telenovelas e em algumas narrativas de jornais para sair da rotina (DUARTE, 2010). Para Horkheimer e Adorno (1947), é predisposto a neste processo ocorrer a fusão da cultura e do entretenimento no qual não se realizam apenas como "depravação da cultura", mas sim como uma espécie de "espiritualização forçada da diversão" (HORKHEIMER E ADORNO, 1947, p. 189). Tem-se a este procedimento o fato de que só temos acesso a ela nas reproduções, como no cinema ou na disseminação de informações do rádio. No período de que o liberalismo expandia-se, o que era considerado como diversão diz respeito a fé inabalável para as próximas gerações, tendo em vista a ideia de que no futuro aconteceria melhorias na vida. Neste período de análise de Horkheimer e Adorno, a fé então passa para uma fase de nova espiritualização, tonar-se sutil e perde seu fundo iluminada perante a realidade.

Assim como ocorreu com o estilo, a indústria cultural desvenda a verdade sobre a catarse. Quanto mais firmes se tornam as posições da indústria cultural. Mas sumariamente ela pode proceder com as necessidades dos consumidores, produzindo-as, dirigindo-as, disciplinando-as e, inclusive suspendendo a diversão: nenhuma barreira se eleva contra o progresso cultural. Mas essa tendência já é imanente ao próprio princípio da diversão enquanto princípio burguês esclarecido. Se a necessidade de diversão foi em larga medida produzida pela indústria, que às massas recomendava a obra e seu tema, a oleogravura pela iguaria representada e, inversamente, o pudim em pó pela imagem do pudim, foi sempre possível notar na diversão a tentativa de impingir mercadorias, a *sales talk*, o pregão do charlatão de feira. Mas a afinidade original entre os negócios e a diversão mostra-se em seu

próprio sentido: a apologia da sociedade. Divertir-se significa estar de acordo (HORHKEIMER E ADORNO, 1947, p. 189-190).

O último procedimento diz respeito ao "fetichismo das mercadorias culturais", cuja formação aparece no processo de inserção da indústria cultural no Brasil, no qual sua expansão ocorre por todo o país tendo características aparentes ao processo ocorrido nos Estados Unidos e, assim, apresenta-se com diferenciações no processo que ocorreu na Europa.

No entanto, é importante recordar os escritos de Marx, no livro *O Capital*, Tomo I, no primeiro capítulo, sobre o fetichismo da mercadoria. Neste item do capítulo, Marx trata da relação da mercadoria, a qual é atribuída o valor, valor de uso e valor de troca e explica de onde provém este valor.

[...] A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio de sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho (MARX, 1996, p. 111).

Assim, assume-se, segundo Marx (1996), o lado misterioso da forma mercadoria que refletem nos homens as características sociais do seu trabalho próprio com atributos do trabalho que produz o produto, tendo em vista à consideração as características naturais e sociais destas coisas. Sendo assim, há uma relação interna e externa neste processo de produção que leva a configuração metafísica das mercadorias (MARX, 1996, p. 111).

Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias (MARX, 1996, p. 111-112).

Portanto, esse caráter fetichista da mercadoria ocorre no desenvolvimento de sua produção e está intrínseco as relações sociais nela depositada para a sua realização com a exploração do trabalho. Desta feita, podemos compreender que por este motivo Marx esclarece o caráter místico e metafísico.

A análise de Duarte (2010) sobre o texto de Theodor Adorno “O fetichismo na música e a regressão da audição”, escrita em 1938, nos elucida o entendimento sobre a ideia do fetichismo na cultura, o qual se configura diferentemente ao de uma mercadoria comum que misticamente oculta a relação social do trabalho. Desta forma, segundo Adorno, a mercadoria descrita por Marx, em que analisa o caráter de fetiche possui a finalidade de camuflar o que de fato a transforma: o valor-trabalho. E por despertar uma paixão, a relação social de exploração. Portanto, o bem cultural aparenta a ausência de valor de uso que se transforma nela em si como valor de uso (DUARTE, 2010).

Assim, Adorno explica este processo apoiado às análises de Marx sobre o fetichismo, porém traz sua contribuição para o que denomina de “caráter fetichista da música”, em que se apresenta nas relações implícitas na produção da mercadoria cultural e se perde no processo de idolatria por este produto “música”, em que o valor passa a ser mensurado de outra forma ligado a necessidade psicológica e simbólica, como o bem-estar, o *status*, a satisfação, etc.

É nesse quiproquó específico que consiste o específico caráter fetichista da música: os efeitos que se dirigem para o valor de troca criam a aparência do imediato, e a falta de relação com o objeto ao mesmo tempo desmente tal aparência. Esta carência de relação baseia-se no caráter abstrato do valor de troca. De tal processo de substituição social depende toda a satisfação substitutiva, toda a posterior substituição “psicológica”. A modificação da função atinge os próprios fundamentos da relação entre arte e sociedade. Quanto mais inexoravelmente o princípio do valor de troca subtrai aos homens os valores de uso, tanto mais impenetravelmente se mascara o próprio valor de troca como objeto de prazer (ADORNO, 1983, p. 78-79).

Mais tarde, no já mencionado texto sobre a Dialética do Esclarecimento, Horkheimer e Adorno (1947) retomam esta análise no capítulo sobre a indústria cultural, em que deixam mais explícito qual era a intenção de Adorno sobre a abordagem relação Kantiana da “finalidade sem fim” com a noção marxiana do fetichismo. Diz respeito à autonomia da arte cuja indústria cultural efetuará a “sobrevalorização” da mercadoria, não como mercadoria comum, posta em análise por Marx, porém considerou o seu estado de “inutilidade”, assim sendo agregada a ideia de algo supérfluo no mercado, o que subjuga o caráter de não haver o valor de uso presente aparentemente (DUARTE, 2010, p. 64-65). No mercado convencional, a mercadoria sem o valor de uso não poderia ter utilidade e valor agregado, mas no caso da

mercadoria cultural este fenômeno oriundo do processo de exploração do trabalho e das relações sociais é consolidado a partir da ausência do valor de uso, assim se faz presente o valor de troca, o que garante a realização dos produtos culturais no mercado (DUARTE, 2010).

Assim, o fetichismo dos bens culturais no Brasil ocorreu em relação à análise de Horkheimer e Adorno no livro a “Dialética do Esclarecimento”, diferentemente do processo na Europa sem nenhum tipo de prestígio ao acesso as grandes obras clássicas. No Brasil, este tipo de ligação não existiu devido à escassez de recursos e a pobreza, em que as obras clássicas no período de inserção da rádio e do cinema, com os lançamentos de produções cinematográficas e fonográficas. O rádio, expressivamente, foi o que mais contribuiu para a interação entre população devido ao acesso à informação algo que historicamente era restrito aos grandes escalões da burguesia, pois este aparelho tinha maior poder de alcance pela fácil acessibilidade, ou até mesmo pelo hábito, à época, de se reunir nas comunidades para ouvir o rádio (DUARTE, 2010).

Diante desta exposição, não podemos deixar de mencionar a diferença entre valor e valor de troca para entender a teoria do fetichismo. De acordo com Moraes (2018), somente com a teoria valor-trabalho é que podemos compreender para além da aparência fenomênica. Assim, destaca que tudo aquilo que possui utilidade deve ser considerado com dois pontos de vista: o primeiro é o da qualidade do produto que está relacionado ao valor de uso e o outro que é o valor de troca que está a ligado à quantidade (MORAES, 2018).

Para obter o valor de uso depende do dispêndio da força de trabalho humana, a qual a atividade produtiva é destinada a um fim e pode ser verificada como trabalho concreto. Já no caso do valor de troca, o trabalho é denominado por Marx (1996) como trabalho humano abstrato devido ao trabalho útil ser abstraído neste processo. Marx (1996) destaca que se trata do valor ser substância social de uma “geleia de trabalho humano indiferenciado”. Neste sentido, Moraes (2018) enfatiza que “isso quer dizer que o que constitui a subsistência dos valores é o trabalho humano igual, dispêndio de força humana abstraída de seu caráter concreto” (MORAES, 2018, p. 141). De tal modo, destaca para melhor entendimento que, o que vale na teoria do valor de Marx, é a força de trabalho social média.

Obviamente que quando falamos sobre trabalho abstrato não estamos negando o indivíduo, afinal a noção de trabalho abstrato pressupõe gasto de energia física e intelectual de diversos indivíduos, mas o trabalho abstrato é social e histórico, peculiar da sociedade mercantil, porque está pautado em um particular tipo de sociabilidade que o trabalho humano adota mediante relações mercantis. Numa

sociedade em que se generaliza a mercadorização das coisas e das pessoas, as coisas ganham personificação e as relações sociais são coisificadas. Isso não ocorre por erro de percepção, é a realidade que se mostra invertida. Não se trata tão somente de falsa consciência, a objetividade das relações concretas tem impactos sobre as subjetividades dos seres sociais, na medida em que esses enxergam a realidade social como extrema a eles, como se estivessem vida própria (MORAES, 2018, p. 143).

Diante de uma sociedade atual e globalizada é destacado por Carcanholo (2011) algo que nos cabe nesta pesquisa, pois nos recorda que o fetiche não é algo que pode ser visto e compreendido de maneira concreta.

O nosso fetiche é ainda mais fantástico, pois é algo sem matéria: é um fantasma. Produto da nossa forma social, da mercantil e capitalista, feito, portanto, por mãos humanas (ou melhor, construído pela mente, ou, melhor ainda, pela prática social), submetemo-nos ao nosso fetiche-fantasma (CARCANHOLO, 2011, p. 88).

Com isto, podemos nos ater com um ponto fundamental que diz respeito ao processo da troca entre mercadorias, pois é nela que mensuramos a satisfação das necessidades dentro da lógica capitalista. Moraes (2018) destaca que o trabalho abstrato, aquele que se realiza na abstração dos valores de uso, é que pode ser verificado como fetichismo.

Um dos fatores qualitativamente diferentes, por exemplo, é o fato de que, na sociedade capitalista, a satisfação de necessidades não ocorre de maneira direta, mas pela troca. Nessa mediação está presente o trabalho abstrato e, portanto, o valor, no qual se encontra o segredo da questão do fetichismo. O valor somente se realiza nas trocas, e é nas trocas que os valores são equiparados na forma expressa do valor de troca (MORAES, 2018, p. 145).

Tendo em vista que as mercadorias não podem atuar no mercado sem o dispêndio do trabalho humano, Marx (1996) avalia:

Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos de mão humana. Isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1996, p. 199).

Desta forma, conforme Moraes (2018), o fetiche da mercadoria se fortalece quando os trabalhadores ficam escondidos da percepção do processo de produção, com a aparência apenas da circulação das mercadorias, sendo que neste produto está incutida a mercadoria força de trabalho.

Força de trabalho é a capacidade física e mental de trabalhar. Para continuar existindo, o trabalhador precisa de meios de subsistência com alimentação, moradia, roupas, educação e outros elementos histórico-morais. O valor da força de trabalho está diretamente relacionado ao tempo de trabalho socialmente necessário para a sua (re) produção (MORAES, 2018, p. 149).

Portanto, podemos identificar que as relações de trabalho da rede de coletivos Fora do Eixo se encaixam neste processo, ainda que se trate da produção de mercadorias culturais. Diante dessas considerações sobre a teoria do valor-trabalho, temos a noção de que a força de trabalho necessária para a produção e reprodução do FdE, por não ser paga com regularidade ou muitas vezes pela a dinâmica da rede de coletivos, não garante a subsistência dos trabalhadores.

Do mesmo modo, percebemos que a produção cultural também está imbricada ao modo de produção capitalista diante da compreensão do fetichismo.

Assim, na nossa concepção, a fase atual de globalização na capitalismo constitui a fase de predomínio internacional da lógica especulativa sobre a produtiva e da consequente exacerbação da concorrência entre os grandes capitais produtivos que operam no âmbito internacional. Essa exarcebação tem como ponto de partida justamente a descomunal pressão que os ganhos especulativos exercem sobre o excedente-valor produzido. A fase capitalista globalizada caracteriza-se pelo aumento da exploração dos assalariados em todo o espaço capitalista e também, paradoxalmente, pela ampliação desmedida do consumo de produtos dispensáveis (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015, p. 34).

Diante disto, as relações sociais fetichizadas criam severas formas de reforçar o discurso muito favorável ao capitalismo em tempos de financeirização<sup>15</sup>, tendo em vista os períodos de crise que levam ao cenário de perdas de direitos sociais e o aumento das taxas de exploração do trabalho.

### **2.2.1 A Indústria Cultural e a lógica capitalista do mercado**

Podemos compreender que este processo está imbricado ao modo de produção capitalista e nele a mercadoria “cultura” tende a recair sobre um processo cruel e alienante

---

<sup>15</sup> “Nesta nova fase, o capital industrial converte-se em capital especulativo e sua lógica fica totalmente subordinada à especulação e dominada pelo parasitismo. Dessa maneira, é a lógica especulativa do capital sobre sua circulação e reprodução no espaço internacional que define esta nova etapa. Sem dúvida, esse fenômeno está associado à quebra do padrão monetário internacional a partir dos anos 1970” (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015, p. 34).

sobre a população, no caso brasileiro, retirando desta análise os privilegiados dos que tiveram mais acesso à informação, à educação e à cultura, etc. Não obstante, o estudo dos autores Horkheimer e Adorno sobre a indústria cultural no século XX, apresenta tamanha relevância para compreender os elementos ainda presentes na atualidade. A lógica capitalista que está associada à produção da indústria cultural que visa à distribuição em massa é vista, portanto, pelos teóricos Adorno e Horkheimer (2000) como algo em que o sujeito consumidor teria pouca participação nos processos de criação, o que, na atualidade, ganharam novas configurações, principalmente quando se trata do trabalho imaterial<sup>16</sup> e sua relação com a subjetividade. A influência sofrida pelo consumidor dos produtos massificados da indústria da cultura também condicionam a outro ponto, que é a troca, ou seja, o consumidor também pode participar da criação desses produtos.

Dias (2000) destaca como este processo de inserção de participação dos indivíduos na criação dos produtos perde o sentido de indústria cultural. Assim, afirma que tende-se a identificar agora como indústria de cultura. Sobre isto, Dias (2000) ainda ressalta que as ideias de Adorno não são tão agraciadas pelos estudiosos da música, por exemplo, mas que isto não afeta o centro de argumentação dos pesquisadores da indústria cultural (DIAS, 2000).

Neste sentido, podemos observar que os processos de massificação da cultura, de modo geral, e também o que concerne à queda e ascensão da indústria fonográfica nos anos 2000 no Brasil, trouxeram outras mudanças no modo de pensar a produção cultural. Houve um crescimento coletivo de grupos que pensavam em uma proposta alternativa e independente de promover cultura em todos os seus campos no país (DIAS, 2000).

Assim, destaca-se que houve uma inserção crescente de mercadorias culturais que percorreu o caminho para a acumulação capitalista. Sodré (1996) analisa que a cultura serve de maneira ampliada a reprodução de todas as relações capitalistas. Diz também que muitos nichos estão relacionados apenas aos processos de realização do valor (SODRÉ, 1996). Desta maneira, Reis (2002) adverte que existe a questão duplamente relacionada à reprodução do capital, no que tange ao seu processo de valorização.

É indispensável ao capital que sua hegemonia ideológica se confirme nos produtos e nas mercadorias geradas, pois o plano ideológico, estando a princípio num nível abstrato, deve refletir no contraponto material dessa hegemonia. O valor dos produtos culturais tem, assim, outra função, outro “valor de uso”: o valor simbólico-ideológico, significativo ao capital para a consecução de sua legitimidade e para a

---

<sup>16</sup> O trabalho imaterial é amplamente discutido por Lazzarato e Gorz e será melhor desenvolvido de forma crítica no Cap. 4, no item 4.2.

reprodução do existencial dos sujeitos determinados por esse sistema (REIS, 2002, p. 71).

Raymond Willians (2000) destaca que a cultura está presente em dois campos: o da dominação social e também contribui para se manter certa resistência, no que diz respeito a dominação. E que este processo está ligado à produção e reprodução do capital. Os estudos culturais possuem uma relação estabelecida por todas as instâncias da sociedade, bem como se configuram um modo de vida (WILLIANS, 2000).

Há também o debate em torno das indústrias culturais que apresenta dois elementos centrais: a criatividade e a propriedade intelectual. Bustamante (2011) busca compreender o processo em que surgem as “indústrias criativas” e qual a sua relação com a propriedade intelectual e a produção de conteúdo. Tem-se a ideia de que as indústrias criativas foram apoiadas no modelo relacionado à horizontalidade das relações e ação colaborativa.

Neste caminho, Tremblay (2011) ressalta que a questão central sobre a criação de riqueza não está mais baseada nos recursos naturais ou no processo industrial, mas sim está apoiado no conhecimento e na criatividade. Portanto, as indústrias criativas, para Bustamante (2011), inserem políticas baseadas num modelo novo da economia e possuem formas contribuintes para desconstruir o conceito de indústrias culturais e levar a ideia de produção com uma nova economia. Deste modo, as indústrias culturais surgem com a perspectiva de disseminar a criatividade individual e a capacidade de criar propriedade intelectual para a geração de emprego e renda.

Neste sentido, este debate sobre as indústrias culturais apresenta um peso significativo na compreensão da formação do indivíduo que, ligado intrinsecamente à cultura, está sujeito desde então a atomização e a representação do trágico (catarse)<sup>17</sup>, no que concerne a indústria cultural e assim nada absorve de novo (DUARTE, 2010).

O Fora do Eixo com a proposta de ruptura ao sistema capitalista e sua forma “democratizadora” de disseminação de cultura, que propõe romper com o cenário de distribuição de cultura focalizado, apresenta uma proposta que foge do processo de formação da “pseudoinvidualidade” e de uma distribuição de cultura por mero entretenimento? Com esta analogia rápida, ainda que o período de análise sobre a indústria cultura seja antecessor ao Fora do Eixo, nos serve para pensar se a rede de coletivos se enquadraria como um grande

---

<sup>17</sup> “Tendo em vista essa atitude de banalização do sofrimento e da supressão de possibilidade de sua expressão estética, Adorno e Horkheimer indicam a completa deturpação do trágico pela indústria cultural, a qual ocorre mediante uma relação parasitária para com a arte autêntica, na qual poderia ainda haver uma sobrevivência substância verdadeiramente trágica” (DUARTE, 2010, p. 59).

nicho de mercado tendo em vista as mudanças das tecnologias. Com base na exposição da proposta apresentada pelo FdE no início deste trabalho, cujo se funda na ideia de ultrapassar este formato que, anteriormente a queda da indústria fonográfica, revela os estudos consolidados sobre os efeitos causados na população, principalmente no Brasil e, em específico, nos estados deslocados do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, regiões estas que são carentes de incentivos culturais.

### **2.3 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA NO BRASIL A PARTIR DO MARCO REGULATÓRIO E SUA PERSPECTIVA DE LEIS DE INCENTIVO FISCAL À CULTURA**

O Fora do Eixo apresenta uma série de elementos que perpassam sua estrutura e para compreender melhor essas questões se faz necessário analisar a Lei Rouanet e seu funcionamento para o entendimento de boa parte de recursos utilizados pela rede de coletivos.

No Brasil, a primeira lei de incentivo fiscal surge em 2 de julho de 1986, a Lei nº 7.505, que ficou conhecida como a Lei Sarney. A lei se caracterizava pela modalidade que permitiu o incentivo e patrocínio à cultura diretamente pela iniciativa privada, devido aos baixos recursos destinados, à época, para esta política pública. Sarney (1985-1990) não durou muito tempo no governo, mas deixou esta proposta que vigora até os dias atuais. No documento “Lei de Incentivo à Cultura Sarney”, publicado pela Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República – SID, em 1986, é possível notar que é o início de uma trajetória sobre as leis sucessoras a esta, pois seguem as mesmas práticas.

Art. 1º O contribuinte do imposto de renda poderá abater a renda, ou reduzir como despesa operacional, o valor das doações, patrocínios e investimentos, inclusive despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizada através ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, cadastrada no Ministério da Cultura, na forma desta lei. Inc. 1º – observado o limite máximo de 10% (dez por cento) de renda bruta, a pessoa física poderá abater: I – Até 100% (cem por cento) do valor da doação; II – Até 80% (oitenta por cento) do valor do patrocínio; III – Até 50% (cinquenta por cento) do valor investido (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1986, p. 23).

Neste cenário de modificações, as políticas públicas neoliberais no Brasil só foram inseridas no período do governo do Fernando Collor de Mello (1990-1992). Ao assumir a presidência, Collor acabou com a Lei Sarney e um ano depois criou a Lei Rouanet que foi

apresentada com o seguinte título: "Restabelece princípios da Lei 7.505, de 2 de julho de 1986" (SENADO, 2011), ou seja, segue a mesma premissa da lei anterior. Com as reformas neoliberais e uma política de recessão, em 1990 a Lei Federal nº 8.028/90 transformou o Ministério da Cultura em secretaria diretamente vinculada à Presidência da República. Em seu mandato também extinguiu a Embrafilme, a Fundação Nacional de Artes Cênicas, a Funarte, entre outros (MINC, 2006). Fica claro que neste período do governo Collor, houve uma desresponsabilização do Estado com a cultura.

Com os cortes dos gastos públicos para a cultura, Collor sancionou a Lei Rouanet, nº 8.313, de dezembro de 1991, que homenageia o atual Secretário de Cultura, à época, Sérgio Paulo Rouanet. A Lei Rouanet apresenta três mecanismos: o Fundo Nacional de Investimento Cultural e Artístico – FICART (que nunca foi implantado), o Fundo Nacional de Cultura – FNC (gerido pelo Ministério da Cultura, mas com poucos recursos) e a renúncia fiscal para patrocínios e doações a projetos culturais, modalidade conhecida como “mecenato”, que se configura no patrocínio à cultura (FBDC, 2016).

Segundo a cartilha da Lei Rouanet a captação de recursos do mecenato deve ser realizada por meio de um projeto cultural que deve obter aprovação pelo Conselho Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), com base em pareceres de especialistas.

Quando dizemos que um projeto foi aprovado pela Lei Rouanet, isso significa que o governo autorizou o proponente a buscar no mercado patrocínio privado para viabilizar seu trabalho. Se não houver patrocinador interessado, o projeto não é viabilizado, pelo menos não com a verba de renúncia fiscal. E quando se diz que um projeto foi aprovado pela Lei Rouanet, não quer dizer que tenha recebido recursos. A Lei Rouanet veda que a análise dos projetos seja realizada de forma subjetiva, obrigando todas as fases de análise a se deter nos aspectos técnicos dos projetos e nas regras previstas na legislação. Isto quer dizer que, na prática, um projeto não pode ser aprovado ou reprovado por suas características autorais, como, por exemplo, se o artista de determinada apresentação musical é ou não conhecido, se a obra está sendo desenvolvida por artista experiente ou iniciante. Se o projeto apresenta plano de distribuição que favorece a democratização do acesso a um maior número de brasileiros, pré-requisito da Lei Rouanet (gratuidade, cota de ingressos a preço do Vale Cultura, etc.), além de cumprir com as demais exigências legais, não há impedimento para que o mesmo seja aprovado (FBDC, 2016, p. 12).

Assim, compreende-se que a aprovação de um projeto não garante recursos para a sua execução. Para conseguir a aprovação, deve-se seguir três etapas que consistem na verificação

do projeto, e mais dois processos que encaminham os resultados dos projetos, além de direcionamentos para a captação de recursos. A primeira etapa: consiste na verificação do formulário de inscrição; a segunda etapa consiste no exame de capacidade técnica; a terceira etapa que é realizada a análise dos projetos, seguidas de uma avaliação do Ministério da Cultura e a publicação no Diário Oficial para iniciação da captação de recursos (FBDC, 2016).

Essas etapas se constituem burocráticas e não garantem a realização do projeto cultural. O interessado que ganhar a aprovação deve buscar as empresas e a partir disso são as iniciativas privadas que vão escolher o projeto. Ainda que os recursos sejam públicos, são as empresas que decidem quais projetos receberão incentivos e os que não receberão, em sua maioria são os setores de marketing que tomam conta desta decisão. Muitos projetos não são realizados, pois não encontram patrocinadores (MINC, 2016).

Pode-se dizer que a empresa escolhe os projetos que são do seu interesse pensando em associar a sua imagem a este investimento. Também pode se dizer que parte dos recursos que deixaram de ser arrecadados servem aos interesses de marketing empresarial. Isso tudo parece ser correto, o problema, no entanto, não é o mercado, mas uma discussão que tem tripla dimensão. A primeira é saber se as empresas escolheram projetos artístico-culturais irrelevantes do ponto de vista da estrutura cultural. A segunda é saber se o empresário, por meio do gasto público indireto, financia uma visão particular de arte que não corresponde aos valores que seriam desejáveis do ponto de vista da política de enriquecimento da estrutura cultural. A terceira é saber se é razoável financiar, com recursos fiscais destinados à cultura, o marketing das empresas (IPEA, 2015, p. 19).

Após Collor alocar os Planos I e II em prática, ele é *impeachmado*, em 1992, devido a várias denúncias de corrupção. Assim, Itamar Franco assume entre o período de 1992 a 1994 e lança a Lei do Audiovisual, nº 8.685, de julho de 1993, que também teve alteração pela Lei nº 9.323, de dezembro de 1996, que destina incentivos fiscais para projetos cinematográficos e a outros projetos da área do audiovisual. Também trouxe benefícios para os empresários, como o investimento poderia ter 100% de benefício fiscal, ainda poderia ser lançado como despesa operacional, o que podia chegar a 125% em incentivo. Essas leis, na verdade, foram criadas como estratégias, para que uma empresa realiza-se o seu marketing cultural com dinheiro público. A Lei do Audiovisual permite que a iniciativa privada recolha os lucros desta produção (IPEA, 2015).

Com a saída de Collor, o posto de presidente foi assumido por Itamar Franco, que convidou Fernando Henrique Cardoso como seu Ministro das Relações Exteriores e logo depois assumiu como Ministro da Fazenda. A mudança de governo deu início a um processo de tentar combater a inflação no país que nas avaliações macroeconômicas verificou-se uma estabilização da inflação, porém o crescimento econômico estagnou-se e esta estratégia de crescimento trouxe um aumento ainda maior do desemprego no país (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR, 2009).

Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda em 1993 e preparou o seu plano de estabilização para o Brasil intitulado de Plano Real, que foi dividido em três fases: o ajuste fiscal, indexação completa da economia, como Unidade Real de Valor e reforma monetária, que transformou a URV em Real.

Em 1995, sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Ministério da Cultura comandado pelo Ministro Francisco Weffort, fez uma divulgação de cunho extremamente neoliberal no que se refere às políticas culturais no Brasil, com a “Cartilha Cultura é um Bom Negócio”. Esse material era destinado aos empresários contendo material didático sobre como utilizar a Lei Rouanet da melhor forma para conseguir ganhar vantagens, com a perspectiva de estabelecer um nicho de mercado. Sendo assim, a cultura foi propagada como algo lucrativo para que as empresas se sentissem atraídas a participarem desta empreitada de modificações no campo econômico (CORRÊA, 2004).

Segundo Corrêa (2004) as empresas eram motivadas a realizarem incentivos aos projetos culturais por diversos motivos, mas o principal é que todos geravam lucro para o empresário, pois conseguia relacionar de maneira positiva o processo que vai além da divulgação da imagem da empresa, e só garantia bons rendimentos.

Seja por questões mercadológicas de negócio (com a divulgação da sua marca e de seus produtos e serviços), seja por questões institucionais (fortalecendo sua imagem junto a públicos específicos, como acionistas, governo, profissionais dos meios de comunicação), seja por interesse em participar de forma mais ativa da vida das comunidades em que atua (e de onde saem seus empregados, clientes, fornecedores e demais públicos que gravitam em torno de sua operação), o fato é que a empresa passou a ter uma atuação na área cultural que a torna força extremamente estratégica para o desenvolvimento desta área (CORRÊA, 2004, p. 55).

Assim, destaca que esse modelo tem sido bem aceito, principalmente por ser apresentado como algo que traz resultados pela interação com a comunidade.

O marketing cultural vem migrando da condição de ferramenta mercadológica a serviço exclusivo da divulgação da marca da empresa para a de instrumento de sua cidadania empresarial e do desenvolvimento cultural da sociedade (CORRÊA, 2004, p. 53).

Corrêa (2004) também ressalta que com esta estratégia é possível observar que as empresas saem de uma visão mercadológica para uma visão comprometida com os resultados e com a transformação das comunidades.

Portanto, desde o surgimento das Leis de Incentivo, os termos “Incentivos Fiscais” e “Marketing Cultural” são difundidos nos espaços tanto da cultura como empresarial, com o mote “investir em cultura é um bom negócio”. E o que fica notório é que com a consolidação desses modelos de incentivo, o Estado passa ser apenas o intermediário entre empresas privadas, artistas e produtores culturais (CORRÊA, 2004).

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi o que reforçou ainda mais a ideia de transformar a cultura em um negócio lucrativo. No ano de 1997 houve uma ampliação do incentivo da Lei Rouanet, com a Medida Provisória no 1.589/97 aprovada.

A mudança consiste na ampliação da alíquota de dedução de Imposto de Renda - que hoje varia entre 66% e 76% - para 100% em quatro áreas específicas: artes cênicas, música erudita e instrumental, livros de arte e de valor literário incontestável e, por fim, acervos de museus e bibliotecas públicas.

Com isto, as empresas patrocinadoras de projetos nessas áreas poderiam deduzir de seu Imposto de Renda 100% do valor investido. Esse mecanismo também foi utilizado para a Lei do Audiovisual. A alteração na Lei Rouanet foi criada pelo Ministro da Cultura, Francisco Weffort, e tinha como objetivo resolver o "desequilíbrio de funcionamento" verificado em 1996 entre a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual.

No período de campanha para a troca de presidência em 2002, a oposição do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Partido dos Trabalhadores (PT), deixou bem claro que uma das pautas que o governo iria assumir fortemente seria no campo da cultura, e em 2003, a primeira ação da gestão do governo Lula foi justamente para esta área. Nesta gestão uma das preocupações era resgatar o papel institucional do órgão como formulador, executor e articulador de políticas de cultura. As propostas desenvolvidas na gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira foram:

1) o alargamento do conceito de cultura e a inclusão do direito à cultura, como um dos princípios basilares da cidadania; sendo assim, 2) o público alvo das ações

governamentais é deslocado do artista para a população em geral; e 3) o Estado, então, retoma o seu lugar como agente principal na execução das políticas culturais; ressaltando a importância 4) da participação da sociedade na elaboração dessas políticas; e 5) da divisão de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo, as organizações sociais e a sociedade, para a gestão das ações (RUBIM, 2010, p. 30).

Essas diretrizes já tinham sido apresentadas na campanha do Lula à presidência, em 2002, contidas no documento intitulado de “A imaginação a serviço do Brasil” que estabeleceu as diretrizes para iniciar as ações de ampliação aos incentivos culturais. O documento apresenta elementos conceituais da construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que se configura como política pública de cultura. Mas para a consolidação da SNC foi necessário a instituição do Sistema Federal de Cultura (SFC) e da Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005, que estabeleceu o Plano Nacional de Cultura (PNC), com a junção dos estados e municípios.

Em 2004 iniciaram-se várias discussões com os estados e municípios sobre a possibilidade de ampliação da participação social na construção de políticas públicas de cultura. Foi pensando neste período de articulação como o Sistema Nacional de Cultura (SNC), poderia contribuir. Assim, retomaram as propostas, como a Lei Rouanet, nº 8.313, de dezembro de 1991, na qual foi atualizada pelo Decreto-Lei nº 1.494, de maio de 1995, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), cuja implantação ocorreu a partir de três pilares: o Fundo Nacional da Cultura (FNC); os Incentivos a Projetos Culturais; e os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART) e que foi substituída pelo Decreto-Lei Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006 – Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

Porém, é interessante notar que em seu mandato, Lula tornou público um texto sobre a cultura escrito pela sua equipe da Secretaria de Cultura, o qual se referia à gestão passada com acusações sobre as privatizações. Segundo o jornal Folha de São Paulo, o documento relata que o Ministério da Cultura no governo de Fernando Henrique Cardoso, era um “balcão de negócios”. Neste texto também consta que foi no campo da cultura que o governo mais avançou no país sob a égide neoliberal. A ideia central deste texto é relatar que as políticas de cultura elaboradas no período do FHC, foram, na verdade, deixadas a mercê do mercado a função de decidir sobre todo o processo, além da utilização dos recursos públicos. Assim, os campos lucrativos da indústria cultural ficaram sob a decisão das empresas.

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, em 2003, assumiu o cargo com as questões deixadas pela gestão anterior, cujo cenário era de escassos recursos destinados para o desenvolvimento da cultura no país. O governo, então, voltou esforços para tentar conseguir modificar o modelo de incentivo à cultura, como o caso da Lei Rouanet. Gilberto Gil deixa claro este posicionamento no discurso de solenidade da transmissão do cargo:

É preciso ter humildade, portanto. Mas, ao mesmo tempo, o Estado não deve deixar de agir. Não deve optar pela omissão. Não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado. É claro que as leis e os mecanismos de incentivos fiscais são da maior importância. Mas o mercado não é tudo. Não será nunca. Sabemos muito bem que em matéria de cultura, assim como em saúde e educação, é preciso examinar e corrigir distorções inerentes à lógica do mercado – que é sempre regida, em última análise, pela lei do mais forte. Sabemos que é preciso, em muitos casos, ir além do imediatismo, da visão de curto alcance, da estreiteza, das insuficiências e mesmo da ignorância dos agentes mercadológicos. Sabemos que é preciso suprir as nossas grandes e fundamentais carências (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003).

Gilberto Gil deixa o cargo e não consegue fazer as alterações pretendidas na Lei Rouanet como ministro da cultura. Passou a responsabilidade para Juca Ferreira que assumiu o cargo com sua saída, porém, a questão foi que em nenhum momento, no governo Lula ocorreu às modificações da Lei Rouanet. O Projeto de lei (nº 6722/2010) que visava à substituição da Lei Rouanet e a retirada da lógica de mercado não foram votados e a captação de recursos por meio da Lei Rouanet só cresceu (MINC, 2003). Com isto, a lógica do mercado permaneceu vigente sobre a cultura.

A política pública cultural desde o governo de Fernando Collor de Mello (1990) apresentou uma distribuição desigual para os projetos de cultural nas regiões do Brasil. Foi um modelo que tendeu a seguir as exigências dos programas de financiamento e não as necessidades dos projetos culturais em si. Observa-se que do período de 1993 a 2009, cerca de 80% dos recursos captados pela Lei Rouanet eram destinados para projetos no Sudeste. Já a região Norte captou pouco menos de 1% do total e a região Centro Oeste cerca de 3%. Ou seja, ainda que com a campanha realizada para gestão do Lula, os resultados apresentados ainda eram os mesmos sobre os incentivos à cultura, o que aponta para uma continuidade da execução de algumas propostas da Lei Rouanet.

Como a Lei Rouanet é uma proposta implantada de cunho neoliberal em que a transferência de recursos passada para que o setor privado fizesse a gestão das políticas

públicas, os projetos pequenos não conseguiam apoio, pois a maioria não era de interesse das empresas. A única saída para os artistas que iniciavam no ramo era deixar suas inovações de lado e se aliar ao mercado ou produzir de maneira independente.

Em 2004, foi criado o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, pela Portaria nº 156, de 6 de julho de 2004, com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais culturais visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade (MINC, 2014). O texto da portaria que normatiza o Programa passou por várias alterações ao longo do governo Lula. Todas elas com intuito de reformulação de alguns pontos no texto.

O programa Cultura Viva era constituído no início por cinco ações: a) Pontos de Cultura (convênios), como espaço de sedimentação da rede Cultura Viva, de organização da cultura em nível local e de mediação na relação entre Estado e sociedade e entre os outros Pontos, constituindo redes por afinidade; b) Cultura Digital como um instrumento de aproximação entre os Pontos, que desencadeia um novo modo de pensar a tecnologia, envolvendo generosidade intelectual e trabalho colaborativo (software livre); c) Escola Viva como uma ação que integra o Ponto de Cultura à escola; d) Griôs que oferece bolsas para pessoas que possuem o conhecimento da cultura popular local para a organização de oficinas de quadrilhas, de folias de reis, congadeiros, artesãos, paneleiras, rendeiras, repentistas, rabequeiros, contadores de histórias, construtores de brinquedos, baianas do acarajé e mestres de capoeira. Cada um recebe um salário mínimo por mês para formar jovens aprendizes com intuito de dar sequência ao projeto; e) e os Agentes Cultura Viva: como protagonistas de um processo que integra inclusão social, econômica, cultural, digital e política na construção de uma cidadania emancipatória (MINC, 2005).

Essas atividades estão vinculadas aos Pontos de Cultura que é a principal ação do programa.

O Ponto de Cultura é a ação prioritária do Programa Cultura Viva e articula todas as suas demais ações. Ele é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras. Uma pequena marca, um sinal, um ponto sem gradação hierárquica, um ponto de apoio, uma alavanca para um novo processo social e cultural. Como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si. O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. Por comunidade entendemos não somente os agentes estritamente ligados à produção artística, como também usuários e agentes sociais em um sentido amplo (MINC, 2005, p. 20).

Após está apresentação da história e do modo de organização da rede de coletivos Fora do Eixo, bem como as questões que cercam o seu surgimento, como o caso das Leis de incentivo à cultura e também os períodos propícios para o desenvolvimento desta área com o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Com isto, percebe-se um campo fértil e favorável para a produção de música independente, em que se tinham mais condições de divulgar o trabalho, mediante ao desenvolvimento tecnológico, mas, ao mesmo tempo, era um cenário cuja essas “facilidades” não eram suficientes para garantir a subsistência.

Com isto, podemos compreender melhor a proposta do Fora do Eixo de romper com a lógica do capitalismo ao se apoiar nos modelos cooperativistas e da economia solidária. No entanto, a análise realizada neste capítulo, no item 2.2, nos levanta o questionamento: se a propagação do FdE em ressaltar seu dinamismo e reforçar o discurso contra o capitalismo, os tornaria praticantes de tal proposta? Para respondermos este questionamento nos cabe compreender outros elementos e como ocorre a dinâmica da economia solidária e se ela é útil para a rede de coletivos. Neste sentido, trataremos no próximo capítulo a relação entre o Fora do Eixo com a Economia solidária, a fim de compreender sobre os limites que ambas se colocam.

## CAPÍTULO 3.

### A RELAÇÃO ENTRE O FORA DO EIXO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

*“A nova geração feita pelo Fora do Eixo é a geração que está atendida em tudo. A gente vai desde um novo comportamento para trabalhar contra a economia capitalista, trabalhando com o nosso modelo solidário” [...].*

*(Fala de uma integrante do FdE via youtube)*

#### 3.1. NEOLIBERALISMO NO BRASIL: ANÁLISE ESTRUTURAL E CONJUNTURAL

Nos anos 1990, sob um contexto de mundialização do capital apoiado ao projeto econômico neoliberal é que se concretiza a reestruturação produtiva da produção e do trabalho. Chesnais (1996) em seu livro “A mundialização do capital” apresentou um ponto central que se reflete no Brasil e que se configura na inserção da classe burguesa capitalista num nível mundial. Com isto, ocorreu a retirada dos obstáculos para a cooperação da burguesia no Brasil. Neste bojo também nasciam as mudanças tecnológicas que reforçavam a produção intelectual e ideológica do capital monopolista mundializado (CHESNAIS, 1996).

Ao passo que as disputas são interconectadas entre as empresas, neste contexto a chegada do neoliberalismo<sup>18</sup> na economia brasileira refletiu em muitas reformas que conduziram para o aumento do desemprego maçante que ainda está presente nos dias atuais. Trata-se de um processo iniciado por Fernando Collor de Mello (1990-1992) e sequenciado por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com as particularidades que, intencionalmente, contribuíram para as privatizações das empresas estatais, a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados. E este projeto seguiu em curso no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019).

A adoção do pensamento neoliberal na determinação da política econômica brasileira pode ser claramente situada no início do governo Fernando Collor de

---

<sup>18</sup> O neoliberalismo foi herdado do liberalismo clássico do século XIX e apoiado às ideias de Herbert Spencer (1860), cujo propósito era ser radicalmente contra as reformas sociais que eram pregadas no novo liberalismo, assim opondo-se a qualquer tipo de proposta que possa parar o chamado “jogo da concorrência no mercado” que envolvem os interesses da propriedade privada. A ideia de Estado para o neoliberalismo é consolidar um modelo que possibilite a purificação do mercado concorrencial com as prerrogativas de um enquadramento jurídico cuidadoso e ajustado (DARDOT; LAVAL, 2016).

Mello. Este, apesar de sua curta duração devido ao impeachment, constitui o ponto de inflexão em relação ao passado, quando o Estado participava ativamente da economia, tanto criando a infraestrutura necessária para a reprodução do capital quanto se responsabilizando por setores-chave como a prospecção e refino do petróleo e a produção de energia (elétrica e mesmo nuclear) (MARQUES; FERREIRA, 2010, p. 6).

Segundo Marques e Rego (2006), a proposta de livre mercado poderia proporcionar melhorias no desenvolvimento e também qualidade de vida para a sociedade, juntamente com o crescimento econômico que seria fruto da produção no país numa perspectiva de individualismo que se orienta pela culpabilização do sujeito que tende a se responsabilizar pelo sucesso de sua vida.

Tendo em vista que desde 1964 o Brasil renunciava a intenção em realizar a abertura econômica, o que não foi um plano posto em execução devido às dificuldades em cumprir com os pagamentos de dívidas do país. Alguns exemplos em países no continente latino-americano como o Chile em 1973, a Argentina em 1976, o México em 1977 e a Venezuela em 1979, realizaram a liberalização econômica (MARQUES; REGO, 2006). Em seguida essas liberalizações foram rompidas, com exceção do Chile. Em 1980, ocorreu um processo mais amplo em favor da abertura comercial na América Latina, e o Brasil passa, em 1988, a arquitetar como possibilidade.

Neste período, o Brasil estava em processo de constituição de uma democratização, com a mobilização de diferentes setores da sociedade, em especial dos trabalhadores com reivindicações de várias pautas, como salários, condições melhores no trabalho e direitos sociais. Porém, neste momento, o país também tinha como sua marca a não resolução da dívida externa e da inflação crônica e ascendente que paralisava o Estado brasileiro, de modo que não poderia fazer nada que não fosse pelo modelo da cartilha proposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Consenso de *Washington*. Neste modelo de cartilha continha as recomendações para os países da América Latina, conhecido como Consenso de *Washington* que, em 1989, em acordo com o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, decidiram as dez regras que foram assumidas em 1990, pelo FMI:

[...] disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, eliminação das restrições ao investimento estrangeiro direto, privatização das estatais, desregulamentação econômica e trabalhista; defesa do direito à propriedade intelectual (MARQUES; FERREIRA, 2010, p. 7).

O esgotamento do modelo de substituição de importações e a crescente desregulamentação dos mercados internacionais contribuíram para uma reestruturação da economia brasileira, influenciada pela redução das tarifas de importação e eliminação de várias barreiras não tarifárias (MARQUES; REGO, 2006, p. 202). Assim, a abertura comercial no Brasil provocou uma profunda reestruturação industrial que a priori trouxe melhores condições para os consumidores sob a disponibilidade de bens e serviços com melhores preços e tecnologia, porém impactou o emprego e o tornou escasso. A abertura comercial brasileira ocorreu em condições particulares, sem que os fatores de competitividade sistêmica fossem adaptados, o que provocou um desafio para os produtores locais. Estes, ao contrário dos concorrentes internacionais, foram prejudicados com a tributação e os juros elevados, carência de infraestrutura e excessiva burocracia (MARQUES; REGO, 2006, p. 204). O país passou, em 1980, por um processo de ausência de infraestrutura econômica nas áreas de telecomunicações, transportes e portos. Esta crise fiscal também refletia na educação básica e na falta de desenvolvimento de programas de treinamento especializado (MARQUES; REGO, 2006).

Durante o curto mandato, Fernando Collor de Mello (1990-1992) assume uma postura de tentar resolver este cenário de carência já estabelecido na década anterior com a implantação dos Planos I e II, que implicou a retração da atividade econômica e obteve resultado nas medidas fiscais e monetárias adotadas. O Plano I consistiu em adotar, em 1990:

O confisco dos depósitos à vista e aplicações financeiras com prefixação da correção dos preços e salários, câmbio flutuante, tributação ampliada sobre as aplicações financeiras e a chamada “reforma administrativa”, que implicou o fechamento de inúmeros órgãos públicos e demissão de grande quantidade de funcionários (MARQUES; REGO, 2006, p. 205).

O segundo plano de estabilização foi posto em prática em janeiro de 1991 por conta da reaceleração da inflação. Adotou-se medidas parecidas com o primeiro plano, como o congelamento de preços, salários, data-base de reajustes salariais, entre a contração monetária (MARQUES; REGO, 2006).

As escolhas políticas do governo Collor com os dois planos levou os períodos entre 1990 a 1992 a serem marcados por uma forte recessão. A queda do PIB foi de 10% com um aumento do desemprego e diminuição dos salários. Com isto, o governo Collor teve baixa adesão e devido às denúncias realizadas no seu mandato, deixa o governo em outubro de 1992 por um impeachment (MARQUES; REGO, 2006).

Para Behring (2008) este processo pode ser compreendido com um período de contrarreformas do governo que tenta recompor a hegemonia burguesa no país com a intenção de se adaptar as exigências do capital mundial.

A reforma deverá seguir por alguns caminhos: ajuste fiscal duradouro; reformas econômicas orientadas para o mercado – abertura comercial e privatizações -, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica que fortaleça a competitividade da indústria nacional; reforma da Previdência Social; inovação dos instrumentos de política social; e reforma do aparelho do Estado, aumentando sua eficiência (BEHRING, 2008, p. 178).

A partir dos anos 1990 o Brasil entra num período caracterizado por uma nova ofensiva burguesa, mais uma vez adaptando-se às requisições do capitalismo mundial. É um momento histórico com características diferentes do período após a ditadura civil-militar (BEHRING, 2008, p. 113).

Tavares (1999) ressalta que a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso deixou um caminho com marcas de desorganização no país com o:

Desemprego e degradação das condições de trabalho; déficits crescentes nas transações comerciais e de serviços com o exterior; dependência e vulnerabilidade cada vez maiores da economia vis-à-vis os movimentos do capital financeiro internacional; desestruturação de amplos segmentos do sistema produtivo industrial; dilapidação do patrimônio público; liquidação dos poucos complexos industriais existentes no país com capacidade de atuação global e captação autônoma de recursos externos; desnacionalização acelerada da produção e do investimento privado; desmonte do setor público e sucateamento da infra-estrutura de serviços básicos; endividamento interno e externo em progressão geométrica e desajuste fiscal permanente são alguns resultados do processo de estabilização e “ajuste estrutural” associados ao Plano Real e às reformas econômicas impulsionadas pelo atual governo (TAVARES, 1999, p. 7).

Franco elegeu Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda e aplicou o Plano Real com uma série de medidas que foram cruciais para a destruição do país. A partir da experiência no México, o Plano Real foi implantado seguindo as linhas gerais da política neoliberal. Com a abertura comercial e a sobrevalorização cambial ocasionaram maiores consequências no Brasil, que impossibilitaram o crescimento econômico. Tavares (1999) ressalta que “este tipo de plano coloca o manejo da política econômica dentro de uma camisa-de-força que gira em torno de uma obsessão: a sustentabilidade da regra cambial” (TAVARES, 1999, p. 84).

Tavares traça uma crítica ao Plano Real que traz elementos para compreensão do que ocorreu no país. Segundo ela “a inflação vai bem, mas o país vai mal [...]” (TAVARES, 1999, p. 93), num processo que resultou na abertura comercial desenfreada somado a um processo que a autora chama de três pragas contemporâneas: o desemprego estrutural, crise bancária e explosão do endividamento público.

Com a adoção da agenda neoliberal pretendeu-se reduzir a participação do Estado pela via do processo de desestruturação da produção e com o aumento da participação do capital estrangeiro, e isto fez com que o capital nacional fosse reduzido e o setor estatal privatizado (BEHRING, 2008). A política social retrocede neste período dando lugar as negociações privadas, com o encolhimento da participação estatal concomitantes aos impactos dos planos para estabilização da inflação.

Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso o que prevaleceu foi a lógica de manter o aumento dos superávits<sup>19</sup>, um desenvolvimento médio e a deterioração do mercado de trabalho com taxas crescentes de desemprego.

O conservadorismo político permaneceu como uma constante, mas adquirindo novas formas para estabelecer fontes de legitimidade, tais como o clientelismo moderno, ou neocorporativismo, a mobilização do voluntariado para o solidarismo que acompanha a ofensiva ideológica burguesa no Brasil, e a superutilização dos meios midiáticos para a difusão dos axiomas fundamentais da “nova modernidade”. Do ponto de vista econômico, houve alguma modernização pela ponta, com trabalhadores usando celulares pré-pagos, por exemplo. Mas, ao lado disso, instaurou-se o desemprego generalizado, com o que se restringiu a possibilidade do consumo de massas e do mercado interno de massas, aberta no tempo do nosso fordismo a brasileira (BEHRING, 2008, p. 21).

Esta deterioração do trabalho ocorreu devido a uma série de modificações no mundo do trabalho, bem como nas escolhas das representações sindicais e políticas. Desta forma, quem sempre é mais atingido por essas modificações é a classe-que-vive-do-trabalho, a qual sofreu não só uma aguda crise nas diversas formas de reprodução da vida. Com a chegada da tecnologia em 1980, como a automação, a robótica e a microeletrônica o universo fabril expande e se instala no processo de relação de trabalho e de produção de capital. Podemos

---

<sup>19</sup> “[...] No Brasil, o superávit primário é obtido por meio de aumento da carga tributária e do represamento do investimento público. Ademais, é consensual entre os economistas que os investimentos públicos, sobretudo em infraestrutura, não podem ser adiados indefinidamente sob pena de representar um gargalo para o crescimento econômico. Nesse sentido, em virtude de o superávit primário criar os incentivos para que os gestores públicos cortem os investimentos nas consequências das limitações de movimentação financeira para alcançar a meta fiscal e por acreditar em que os investimentos públicos, sobretudo em infraestrutura, realizados por critérios econômicos não é igual a zero, viabiliza-se a utilização do conceito de poupança em conta corrente do governo” (SILVA; PIRES, 2008, p. 614).

ressaltar, segundo Antunes (2000), que o perfil do trabalho antes realizado de maneira enrijecida passa a ser flexibilizado, polivalente e multifuncional.

Graça Druck (2011) destaca que a acumulação flexível caracteriza o capitalismo contemporâneo como aquele que surge na busca para superar uma conjuntura de crise de outro padrão, como o fordismo cuja experiência mais completa se deu nos países que conseguiram implementar o Estado de Bem-Estar Social, experiência que não ocorreu no Brasil.

### **3.2 O SOCIALISMO UTÓPICO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Os teóricos utópicos do século XIX como Saint-Simon, Robert Owen e Charles Fourier destacaram algumas alternativas que foram precursoras ao modo de produção capitalista. Para Paul Singer (2000), esses autores são grandes contribuintes da construção da economia solidária que surge como proposta diferenciada ao modo de produção capitalista, com o princípio de socialização dos meios, em que os trabalhadores também podem ser donos dos meios de produção e distribuição. Singer destaca:

A economia solidária não é a criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados ‘utópicos’ da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento. A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução (SINGER; SOUZA, 2000, p. 13).

A economia solidária surge por meio das lutas dos trabalhadores contra as consequências causadas pelo capitalismo perverso às camadas mais pobres. No entanto, para compreender a lógica dessa política é fundamental que se tenha o conhecimento sobre a crítica operária e socialista. É condenável a ditadura do capital na empresa, pois o poder está concentrado nas mãos dos donos dos meios de produção. Tudo é comandado pelo capitalista, ele manda e desmanda, compra força de trabalho e ao mesmo tempo pode não querê-la mais. Neste sentido, isto impulsiona os trabalhadores, por viverem em regime de extrema instabilidade para sua subsistência e a formularem a crítica ao modo de produção capitalista (SINGER; SOUZA, 2000).

Para Singer, Robert Owen foi o pai do cooperativismo, quando proprietário da empresa têxtil em New Lanark, na Grã-Bretanha, contribuiu na construção da economia solidária, pois foi um pioneiro das ideias que garantiram alguns direitos aos trabalhadores neste período, devido à sua percepção ao cenário de exploração do trabalho vigente no final do século XVIII, causados pelos avanços da revolução industrial. A iniciativa foi de implantar um limite de jornada de trabalho e a proibição do trabalho infantil, que só ocorreu no século XIX. E isto resultou em uma produtividade do trabalho ainda maior e a lucratividade aparentemente crescente, ainda que tivesse custos com os pagamentos desses trabalhadores (SINGER, 2002).

No século XIX adotava-se um discurso sobre como as condições impostas aos trabalhadores propiciavam modificações nas relações sociais. “Owen acreditava que esse ambiente consolidaria o homem novo, dotado de uma racionalidade diferente da que fora imposta pelo capitalismo” (DARDENGO, 2013, p. 45).

Robert Owen além de propor a lei que proibia o trabalho infantil, em 1815, e o limite à jornada de trabalho, realizou também propostas ao Estado devido à crise na Inglaterra após as guerras napoleônicas, em 1817, como a “*Report to the Committe of the Association for the Relief of the Manufacturing and Laburing*”. Neste relatório havia uma proposta social cooperativista. Sua ideia era de criar comunidades cooperativas de trabalhadores desempregados com trabalho obrigatório, sem salário e sem propriedades. Essa proposta não teve boa adesão, pois se apresentava como uma ideia de gradação comunista. Owen, então, tenta lançar mão do Estado e galgar novos meios sem o financiamento estatal com as comunidades cooperativas que combinavam a agricultura e a indústria (PETITFILS apud DARDENGO, 2013).

Owen saiu da Inglaterra, pois suas tentativas não foram bem aceitas pelas elites locais e, então, tentou implantar sua proposta na América do Norte, onde também não obteve muito sucesso devido à má adesão sobre o ritmo de trabalho imposto. Em 1832, Owen cria a “*National Equitabe Labour Exchange*”, uma espécie de bolsa de avaliação dos produtos pelo tempo que era gasto em sua produção e que havia a troca de dinheiro por “bônus de trabalho”. Isto ocorreu até 1934 quando o capitalismo não permitiu mais que este tipo de modelo permanecesse (PETITFILS apud DARDENGO, 2013).

### 3.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No Brasil, o cooperativismo é instalado no século XX por meio dos europeus, cuja ideia que tomou grande proporção foi sobre as cooperativas de consumo no meio urbano e as cooperativas agrícolas no campo. Ao longo do tempo as cooperativas de consumo perderam espaço para os hipermercados e algumas cooperativas agrícolas se tornaram empreendimentos agroindustriais e de cunho comercial, mas este modelo não pode ser visto como parte da economia solidária, pois estas cooperativas não eram pautadas pela autogestão (SINGER, 2002).

No período da crise entre 1980 e 1990, o desemprego, sendo uma das expressões da “questão social”, se tornou fortemente visível pela desindustrialização. Com este cenário a economia solidária surgiu no Brasil, como cooperativa e associação produtiva com base na autogestão (SINGER, 2002).

Na tabela abaixo, destacamos como se dá as entidades de representação ou assessoramento dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

**Quadro 1** - Entidades de representação e/ou assessoria a Empreendimentos Econômicos Solidários.

<b>Entidade</b>	<b>Descrição</b>
<b>Projetos alternativos Comunitários (PACs) – Apoiados pela Cáritas Brasileira</b>	A Igreja Católica, por meio de grupos internos de viés mais progressista, teve um papel preponderante na organização de trabalhadores em sindicatos e cooperativas no Brasil. No caso dos PACs, com início nos anos 1980, a proposta era desenvolver projetos essencialmente assistenciais junto a grupos sociais em situação de exclusão. Com recursos próprios e parcerias com outras organizações internacionais, foram apoiados projetos econômicos coletivos de produção e prestação de serviços em todo o Brasil no intuito de auxiliar na criação das condições para a geração de renda de forma associada e solidária entre pessoas de grupos sociais idênticos.
<b>Movimento Nacional de Luta por Moradia; e União Nacional por Moradia Popular</b>	Principais organizações representativas do movimento por moradia no país nos anos 1980. Possuíam entre suas estratégias as ocupações urbanas, os mutirões autogeridos e as cooperativas habitacionais.
<b>Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) – ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)</b>	Foi criada em 1992 para articular diversos tipos de organizações econômicas dos movimentos de reforma agrária, tendo na cooperação o seu eixo-base. A cooperação foi assumida como uma estratégia para dar viabilidade econômica aos assentamentos por meio do fortalecimento da democracia participativa dos assentados na gestão dos próprios assentamentos e nos empreendimentos econômicos criados para gerir a produção, a comercialização e o consumo. A estratégia inicial seria congrega cooperativas de produção agropecuária (CPAs), no âmbito local, com as cooperativas centrais de assentados (CCAs), no âmbito estadual, e a Concrab seria a representação nacional e a responsável pela articulação de todo o

	sistema. Com o tempo, o MST foi repensando seu modelo de cooperativismo, abrindo espaço para outros formatos de organização.
<b>Cooperativas de Crédito com Interação Solidária Ltda. (Cresol)</b>	A Cresol foi constituída em 1995 a partir de experiências de fundos rotativos solidários existentes no sudeste do estado do Paraná. Com o tempo, o sistema conseguiu constituir, a partir de uma estratégia própria de organização, um amplo sistema de cooperativas de crédito pelos agricultores familiares. As cooperativas se expandiram inicialmente para os demais estados da região Sul e atualmente já contam com unidades e sistemas descentralizados em outras regiões do país.
<b>Banco Palmas (Associação De Moradores do Conjunto Palmeiras – Fortaleza/CE)</b>	Criado no final dos anos 1990, é um caso emblemático de promoção da economia solidária articulada à luta urbana em busca da melhoria das condições de vida de uma comunidade pobre de Fortaleza/CE. Sua estratégia baseava-se na construção de uma rede solidária de produção e consumo local envolvendo: microcrédito para a produção, cartão de crédito voltado para o consumo local, moeda social, loja solidária e apoio a diversas unidades produtivas coletivas e familiares.
<b>Movimento Nacional de Catadores de Matéria</b>	Surgiu da organização política coletiva dos catadores de material reciclável no final dos anos 1990. Promove a articulação desses trabalhadores para a conquista de direitos e melhores condições de trabalho bem como contribui para a formação de cooperativas e associações. O MNCR compõe o Fórum Lixo e Cidadania, que congrega entidades governamentais e organizações e movimentos sociais.
<b>Associação Nacional de Empresas de Autogestão (Anteag)</b>	Foi criada em 1994 com o objetivo de apoiar e acompanhar as experiências de recuperação de empresas falidas realizadas pelos trabalhadores por meio da autogestão. Geralmente as experiências de recuperação de empresas falidas são iniciativas de trabalhadores ligados ao movimento sindical, que encontraram na autogestão alternativa de ocupação para os trabalhadores diante do quadro de desemprego em massa. A Anteag participou diretamente da política estadual de economia solidária no governo do Rio Grande do Sul no fim dos anos 1990 e chegou a assessorar e representar 365 empresas autogestionárias em 2002, mas foi perdendo espaço nos anos subsequentes.
<b>Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)</b>	Foi criada em 1999 para promover a constituição, o fortalecimento e a articulação de empreendimentos autogestionários. Surgiu como estratégia já incorporada pelas instâncias da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para apoiar formas alternativas de organização dos trabalhadores num contexto de crise do próprio movimento sindical diante do desemprego e informalização do trabalho.
<b>Incubadoras Tecnológicas De Cooperativas Populares (ITCPs)</b>	As ITCPs são projetos que se desenvolvem por meio da extensão universitária voltada a apoiar iniciativas de trabalho coletivo, em geral localizadas em municípios próximos às unidades universitárias. Elas prestam assessoria de diversas naturezas a esses grupos, diretamente ou via parceria com outras organizações, envolvendo gestão, tecnologias de produção, comercialização, formação de redes, acesso a políticas, capacitação técnica, entre outras possibilidades. A primeira ITCP foi criada em 1998, na UFRJ. Atualmente são mais de sessenta unidades em todo o país, que se articulam em duas redes independentes: a Rede de ITCPs e a Rede Unitrabalho.
<b>União e Solidariedade Das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil (Unisol)</b>	Foi criada em 2000, também no âmbito da CUT. Inicialmente sua abrangência era limitada ao ABC Paulista, mas a partir de 2004 passou a ter abrangência nacional. Seu objetivo é representar, organizar e articular empreendimentos de economia solidária no Brasil, promovendo uma ponte entre movimento sindical e cooperativismo.
<b>União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)</b>	Foi criada em 2005 como uma organização nacional que objetivava representar os empreendimentos cooperativos de agricultores familiares e de economia solidária. Estão associadas à Unicafes cooperativas de crédito, de produção, de trabalho, de comercialização e de infraestrutura que atuam diretamente com a agricultura familiar.

Fonte: IPEA, 2016. Elaboração do autor.

Como podemos observar no quadro, no Brasil houve nos anos 1980, entidades como as Cáritas, ligadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que custearam diversos projetos deste cunho denominados como Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que tinham como finalidade gerar trabalho e renda para as periferias e para a zona rural do país. Mais tarde as PACs viraram unidades de economia solidária. Nos assentamentos, por exemplo, existem PACs que atuam juntamente com o movimento de cooperativismo agrícola no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) (SINGER, 2002).

Empresas que faliram, à época, foram tomadas pelos trabalhadores pela premissa da autogestão, que se configura como uma modalidade de economia solidária. Esse movimento teve início, segundo Singer (2002), em Franca, São Paulo, quando uma empresa de calçados chamada Makerli foi à falência, em 1991. Criou-se, então, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG). Outra proposta que possuiu a mesma finalidade foi a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL). O MST aderiu o perfil de cooperativas autogestionárias, entre 1989 e 1990, com o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Mais uma forma de prática da economia solidária são as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS). As incubadoras atendem grupos comunitários que desejam trabalhar com cooperativismo e a economia solidária. A ideia era proporcionar suporte por meio de uma rede que se reúne periodicamente para discutir sobre a estrutura e formato metodológico de aplicação do suporte jurídico, conhecimento acerca dos empreendimentos autogestionários, por meio de universitários, pós-graduandos entre funcionários e pessoas ligadas às áreas de conhecimento.

A ITCPS se filiou à Fundação Unitrabalho que desenvolve desde 1997 um programa de estudos e pesquisas sobre a economia solidária. A central Única dos Trabalhadores (CUT) criou em 1999, em parceria com a Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). A proposta foi difundir os princípios da economia solidária por meio de cursos de pós-graduação em várias universidades. O primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, em 2001, lançou a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, sendo uma rede eletrônica que dissemina informações e notícias sobre as cooperativas e associações produtivas de todo o país (SINGER, 2002).

No Brasil, a economia solidária virou projeto de lei 4.685/2012<sup>20</sup>, com a proposta de apresentar uma forma de trabalho não convencional ao modo de produção capitalista, em que, no processo de produção e reprodução de mercadorias, se estabelece uma relação não hierarquizada entre os proprietários dos meios de produção e os que vendem a sua força de trabalho. Neste processo também há a acumulação de capital nas mãos de uma minoria enquanto a maioria apenas contém a posse da força de trabalho. Essa acumulação de riqueza permite que se invista em mais capacidade tecnológica, que ao longo das décadas tomaram o lugar dos trabalhadores, como os artesãos, por exemplo (SINGER; SOUZA, 2000).

As relações ocorrem com base na cooperação, na autogestão, na ação econômica e pela solidariedade. A economia solidária é organizada por quatro grupos que são correspondidos em quatro categorias, como: 1) Empreendimentos Econômicos Solidários; 2) Entidades de Apoios e Fomento; 3) Organizações representativas e movimentos sociais; 4) Órgãos Governamentais (BRASIL, 2005). A Secretaria<sup>21</sup> Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) que foram criados em junho de 2003. A economia solidária foi incorporada no Plano Plurianual 2012/2015, no Programa de Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária (BRASIL, 2005).

No Plano Plurianual 2012 a 2015, a política pública de economia solidária está integrada ao Programa Temático 2029 de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Além de assumir a coordenação de objetivos estratégicos no Programa Temático 2029, a SENAES também é responsável pela execução de Ação Orçamentária 8274 que viabiliza a ação de inclusão socioeconômica dos Catadores de Material Recicláveis, no âmbito do Programa Temático 2067 – Resíduos Sólidos. A seguir estão elencados os objetivos da UPC nos programas temáticos do PPA 2012-2015 (SENAES, 2016, p. 18).

Não obstante, não podemos dissociar essa inserção do modelo de economia solidária no país, sem recordar dos efeitos causados no mundo e que ressoaram no Brasil pela chegada da reestruturação produtiva e da acumulação flexível. Tais efeitos que causaram o

---

<sup>20</sup> “Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição da Política Nacional de Economia Solidária, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e qualifica os empreendimentos econômicos solidários como sujeitos de direito, com vistas a fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao trabalho associado e cooperativado” (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2012).

<sup>21</sup> Paul Singer foi Secretário Nacional de Economia Solidária desde 2003, saiu devido à troca do governo Dilma Rousseff (PT) para o interino Michel Temer (PSDB), em 2016. O atual Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, Natalino Oldakoski, é escrivão de polícia aposentado pelo Estado do Paraná.

reenquadramento dos modelos de regulação do capitalismo e que afetaram diretamente a vida dos trabalhadores.

[...] fechamento de fábricas em vários setores da economia, queda da participação industrial no produto nacional, elevação dos índices de desemprego, aumento da precarização do trabalho, pressões para desregulamentação do mercado de trabalho, enfraquecimento do sindicalismo, entre outros. Tais fatores, por outro lado, abriram espaços para o debate em diversos grupos da sociedade civil organizada (incluindo movimentos sociais e sindicais urbanos e rurais), bem como de gestores públicos para se repensar estratégias que elevassem a capacidade de geração de postos de trabalho. Foi nesse contexto que, entre outras estratégias específicas de atuação políticas, diferentes bandeiras de lutas, de ideologias não necessariamente coincidentes, convergiram para uma pauta de apoio às formas associativas de trabalho e organização comunitária (IPEA, 2016, p. 12).

Como já apresentamos no item anterior, esta mobilização popular não é recente e está em volta de grupos produtivos e associativos tendo uma base na reprodução em comunidades ou apenas no meio familiar. A economia solidária se apresenta como uma alternativa para a organização associativa do trabalho e suas relações de produção, tendo em vista a hegemonia do trabalho assalariado, cuja premissa é a busca de novas estratégias de inclusão social. Neste sentido, a economia solidária passa a ter visibilidade não somente no Brasil, mas também em vários países da América Latina e também na Europa (IPEA, 2016).

Para o IPEA (2016), a economia solidária é apresentada no entendimento de que ela possui um grande potencial para o engajamento dos seres sociais, sendo ela a possibilidade de suprir com as necessidades dos indivíduos que se encontram em situação de desemprego.

De maneira geral, a economia solidária pode ser vislumbrada como o conjunto das atividades, sob diversos formatos organizacionais, que contribuem para a democratização econômica a partir do engajamento de grupos de indivíduos. Sua ideia traz consigo princípios que perpassam em diferentes graus a busca pela satisfação das necessidades, a igualdade de oportunidades, a preservação do meio ambiente e a luta por justiça social e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos (IPEA, 2016, p. 13).

Singer (2002) destaca que a economia solidária apareceu como resposta aos desequilíbrios do sistema capitalista e a escassez de empregos, o que deixava muitas pessoas em extrema condição de exército industrial de reserva, pois estavam excluídos do mercado de trabalho formal. Tendo em vista esta dinâmica, as cooperativas e grupos de trabalhadores informais fizeram este modelo crescer consideravelmente. Porém Singer (2002) ainda afirma que a economia solidária não poderia ser apenas uma resposta, pois estaria apenas oferecendo

suporte ao capitalismo, no suprimento da ineficiência de gerar empregos. Portanto, deixa explícita a sua proposta de ser uma “alternativa” ao modo de produção capitalista.

Há, no entanto, uma outra alternativa. A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor (SINGER, 2002, p. 114).

Nesse sentido de compreensão por uma “alternativa superior”, a economia solidária se organiza em variadas atividades econômicas denominadas no Brasil de empreendimentos, que se apoiam inicialmente pela economia convencional pelo apoio da moeda real. De acordo com Corragio (2007), o “empreendimento” por si só pode ser entendido como uma organização de recursos com a intenção de obter resultados.

Como já destacamos no primeiro capítulo, os princípios desses empreendimentos podem ser compreendidos, como: posse coletiva dos meios de produção pelas próprias pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática por participação direta ou, no caso dos empreendimentos maiores, por representação e repartição da receita líquida entre os associados, e a destinação do excedente anual por critérios acertados entre todos os cooperadores (SINGER, 2000).

Além dessas características deste modelo, outro ponto observado nesses empreendimentos é a relação social entre os trabalhadores, os quais muitas vezes já possuíam algum tipo de aproximação social, sendo ela por terem trabalhado juntos, ou por parentesco e também por pertencimento de grupos étnicos. Essa peculiaridade que está em volta destes modelos desperta não somente a solidariedade por si só, mas também por apresentar este grau de proximidade que se coloca como elemento fundante, pois é o que sustenta o envolvimento dos trabalhadores (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2006).

A economia solidária mostrar-se como um complexo de formas organizativas os quais se torna difícil estabelecer uma padronização entre esses modelos. No entanto, podemos considerar, de acordo com Gaiger (2014), dois aspectos que são perceptíveis nas atividades desses empreendimentos: a) desenvolvem múltiplas atividades econômicas simultâneas, relacionadas por vezes à finalidades não econômicas em sentido estrito; e b) apresentam

considerável complexidade em termos de estrutura e funcionamento, nos quais combinam atividades coletivas e individuais com diferentes graus de importância para seus associados (GAIGER, 2014, p. 83).

Assim, com esta exposição podemos observar como a economia solidária está estruturada e que se constitui como um campo que possibilita, segundo os autores, não só uma resposta ao capital, mas também uma superação ao sistema capitalista. Contudo, segundo Wellen (2012), o discurso posto sobre as características dos empreendimentos econômicos solidários são evidenciados com dois pontos analisados, como a dependência e a autonomia ao mesmo tempo. O que demonstra um campo que está destoado de uma unidade sobre a economia solidária.

Estamos diante, portanto de um solo teórico e ideológico bem escorregadio, no qual o objeto de estudo espinhoso aponta para a complexidade de distintas análises que perpassam os mais variados pontos de vista, nem sempre assumidos. Inclusive, devido a esta miscelânea de posições, torna-se bastante ousado identificar uma unidade que permeia as premissas da “economia solidária” ou, ainda mais, um elemento estrutural que não se limite aos dizeres apregoados ou ao que se encontra na superfície dos discursos de seus representantes (WELLEN, 2012, p. 63).

### **3.3.1 Do discurso à prática: o Fora do Eixo utilizou a economia solidária para impulsionar sua proposta?**

Desde o seu surgimento o Fora do Eixo se apresenta como seguidor dos princípios da economia solidária, porém a própria rede de coletivos não esclarece bem quais são esses princípios, eles apenas citam em alguns momentos em entrevistas, ou expõem que seguem um modelo da economia solidária. Portanto, buscamos compreender quais seriam estes princípios que o Fora do Eixo seguem na sua organicidade. Com base no que foi exposto até então nesta pesquisa, nota-se que a economia solidária influenciou de maneira significativa o modelo que o Fora do Eixo criou para sustentar a sua proposta cultural. Sendo assim, trabalharemos alguns pontos para chegar ao entendimento de quais seriam esses princípios que o Fora do Eixo emprega, e se estes estão alicerçados no discurso ou apenas na prática da rede de coletivos.

Para tanto, iremos abordar esta análise por meio de entrevistas e relatos que nos apresentam elementos importantes. Neste sentido, não foi difícil encontrar nas páginas *on-line*

denúncias ou reclamações sobre o Circuito Fora do Eixo, apesar das várias produções<sup>22</sup> culturais, de acordo com o site do GRITO ROCK, realizadas por esta rede de coletivos desde seu surgimento, em 2005. É interessante observar que também houve muitos relatos de ex-integrantes ou músicos que revelam algum tipo de denúncia, espalhados pelo Brasil a respeito de como o Circuito se comportava, principalmente sobre a remuneração dos artistas e participantes/produtores dos eventos do Fora do Eixo. Em suma, a dinâmica da rede apoia-se na ideia de “desmonetarização” e da moeda social inspirada pela economia solidária, ou seja, na ideia de que não haja pagamentos em real pelos serviços prestados, mas sim na utilização dos “Cards”, como já explicitamos no primeiro capítulo.

Dentre esses pronunciamentos, o que mais teve repercussão foi a entrevista no Programa “Roda Vida”<sup>23</sup>, da TV Cultura, no dia 05 de agosto de 2013, com a presença do representante do Fora do Eixo, Pablo Capilé e do representante da Mídia Ninja “Narrativa Independentes, Jornalismo e Ação”, Bruno Torturra. A entrevista foi realizada a fim de entender como se estrutura a Mídia Ninja. Desta forma, de acordo com o Programa Roda Viva (MÍDIA NINJA, 2013), foi esclarecido pelos entrevistados que foi a própria Rede de Coletivos Fora do Eixo quem criou a Mídia Ninja. Sendo assim, a proposta de jornalismo “pós-tv” faz parte do todo que a rede de coletivos se propõe. No entanto, os dois representantes presentes na entrevista colocam o Fora do Eixo e a Mídia Ninja separadamente em alguns momentos da entrevista, no que concerne a questão financeira.

Para explicar como surge a Mídia Ninja, Pablo Capilé cita que a proposta de jornalismo independente surge de diversas redes e uma dessas é o Fora do Eixo, no entanto, ele não classifica quais seriam essas outras redes que ele mesmo menciona. Com esta declaração, Capilé explica que o Fora do Eixo, possuiu, à época, 2 mil integrantes e que estes estão conectados a diversas casas pelo Brasil e que possui dez anos de atuação.

O Mídia Ninja vem de uma rede que já está atuando há dez anos, uma delas é o que é o Fora do Eixo, que tem 2 mil pessoas, e essas 2 mil pessoas prestam uma série de serviços de suporte e de estrutura para que isso aconteça. Elas estão divididas em casas coletivas no Brasil inteiro que tem caixas coletivos e que vieram a partir da articulação das artes, música, literatura, áudio visual, etc. Então, essas articulações em rede foram sendo construídas e essas casas foram se estruturando. Então, assim, a gente consegue “desmonetarizar” as relações, porque as pessoas moram dentro

---

<sup>22</sup> “O Fora do Eixo é uma rede de Cultura e Comunicação que reúne coletivos e parceiros espalhados em cerca de 300 cidades brasileiras. Em mais de dez anos de atuação impulsionou a criação de dezenas de projetos, que, por sua vez, estimularam o desenvolvimento de outras redes, tais como a Universidade das Culturas, o Banco das Culturas, a Rede Brasil de Festivais, a Mídia NINJA e o próprio Grito Rock” (GRITO ROCK, 2019, não paginado).

<sup>23</sup> MÍDIA NINJA, 2013.

dessas casas e elas conseguem transformar um em dez na lógica de rede o que um da rede faz todo mundo recebe em conjunto. Então, isso vai se multiplicando o tempo inteiro (MÍDIA NINJA, 2013).

Ao ser questionado sobre os integrantes da rede, Pablo Capilé responde sobre as ações efetuadas pela rede de coletivos, mas sem se estender nos detalhes dessas atividades realizadas.

Tem uma série de serviços. Então, tem designers, jornalistas, fotógrafos, etc. Então, a gente presta serviços nesse sentido. A gente faz oficinas faz debates. A gente organiza trezentos festivais pelo Brasil. Cem festivais de áudio visual pelo Brasil. Então, a gente tem uma série de ações que consolidou meios de produção durante esses dez anos e que faz com que a gente consiga ser independente e autônomo pra gente fazer investimento numa série de iniciativas (MÍDIA NINJA, 2013).

No decorrer do programa, também é questionado sobre se a rede de coletivos recebe em dinheiro (real), e a resposta de Pablo Capilé é bastante objetiva, diz que recebe em real diretamente: “[...] O Fora do Eixo funciona como uma incubadora. Dez anos atrás, um outro movimento que a gente estava trabalhando era a música” (MÍDIA NINJA, 2013). E ele responde que vem de renúncia fiscal e também do trabalho executado pelo modelo adotado pela rede. “É. Vem também de editais públicos. Mas a grande maioria vem do nosso próprio meio de produção, e dessas pessoas todas que estão, e dessa estrutura toda que a gente construiu” (MÍDIA NINJA, 2013).

Observa-se, então, que a rede de coletivos, como bem colocou o representante Pablo Capilé, ressalta quatro pontos que não foram bem esclarecidos na entrevista, mas que remetem a economia solidária, sendo eles: a “desmonetarização” das relações econômicas; a rede como uma incubadora; o trabalho efetuado por profissionais, dentre eles: designers, fotógrafos e jornalistas, e o modelo próprio de meio de produção.

A rede está explicitamente ligada à inspiração dos princípios da economia solidária, os quais se utilizam do modelo de moeda social descrita pela Cartilha “Monte sua Moeda” da rede de coletivos Fora do Eixo, em 2013, cujo patrocinador para a elaboração deste material foi a Petrobrás, por meio de edital de incentivo à cultura. Além desse documento, outras nove<sup>24</sup> cartilhas foram construídas e estão localizadas no sítio da rede (FORA DO EIXO, 2013).

---

<sup>24</sup> Cartilha PosTV; Cartilha Wiki; Cartilha de Fotografia; Cartilha Expo.Grito; Cartilha Camelô 2.0; Cartilha Ações Socioambientais para Festivas; Cartilha Monte seu Edital de Vivência; Cartilha Produção de Festival de Música; e Cartilha Cabaré Fora do Eixo (FORA DO EIXO, 2013).

A cartilha é um documento de sistematização do processo de implementação das moedas solidárias do Fora do Eixo. Percebe-se o uso deste modelo solidário a partir da experiência concentrada nos clubes de trocas existentes no Brasil. No entanto, a exposição sobre a influência na economia solidária é rasamente anunciada com citações de pouca credibilidade<sup>25</sup>. Portanto, apontaremos aqui a análise sobre a economia solidária a partir dos estudos de Paul Singer (2002), que esclarece a ligação da economia solidária com os clubes de trocas e sua origem.

Os clubes de troca são uma inovação recente na economia solidária. Eles foram inventados mais ou menos ao mesmo tempo no Canadá, na ilha de Vancouver, e na Argentina, em Bernal, em meados da década de 1980. São, em ambos os casos, respostas ao desemprego e à queda da atividade econômica provocada por recessões. Os clubes de troca reúnem pessoas desocupadas que têm possibilidades de oferecer bens ou serviços à venda e precisariam comprar outros bens e serviços, mas não podem fazê-lo porque para poder comprar têm antes de vender e no seu meio não há quem tenha dinheiro para poder comprar sem ter vendido antes. Em outras palavras, a falta de dinheiro inibe a divisão social do trabalho. Estas situações são muito comuns em localidades atingidas por grande perda de empregos (SINGER, 2002, pg. 105-106).

Sendo destacada, então, a escassez do emprego no Brasil, em 1990, essas relações de trocas são aderidas no país de maneira a contornar o que proporciona o trabalho assalariado que não só serve para a subsistência do ser social, mas também para a manutenção das relações com outras pessoas. Assim, Singer (2002) também explica que este modelo gera soluções para o problema do desemprego ao destacar como ele é operado.

O clube de troca resolve o impasse pela criação de uma moeda própria, que recebe um nome que em geral exprime a ideologia do clube: green dollar, real solidário, hora de trabalho, etc. O clube escolhe democraticamente – um voto por cabeça –, determina a taxa de câmbio de sua moeda com a do país, o valor total da emissão de sua moeda e sua repartição por igual entre todos os membros. Com esta moeda local os membros do clube começam a comprar bens e serviços uns dos outros. Para facilitar o intercâmbio, os clubes promovem reuniões e feiras de troca periodicamente, em que cada membro se apresenta aos demais, descreve o que tem para vender e o que precisa comprar. Ao fim das apresentações, os membros se encontram e efetuam as trocas, usando a moeda do clube como meio de pagamento. Também se recorre a jornais impressos e eletrônicos para divulgar as ofertas e as demandas entre os membros (SINGER, 2002, pg. 106).

O clube de trocas, para Paul Singer (2002), traz vantagens para todos aqueles que estavam sem emprego e, portanto, em um isolamento social que poderia acarretar em uma série de problemas sociais oriundos da falta de dinheiro para a sobrevivência. Reforça, ainda,

---

<sup>25</sup> A referência utilizada na Cartilha “Monte sua Moeda” pelo o Fora do Eixo sobre a economia solidária, foram retiradas do *Wikipédia*.

em sua análise que o clube de trocas contribui para o início de novas relações interpessoais, contatos, gentilezas, etc., proporcionadas pelas relações “não-econômicas”. E, com esta dinâmica, outras pessoas são atraídas para esses empreendimentos solidários que continuarão a proposta. Também enfatiza que o clube de trocas expõe periodicamente aos membros as suas atividades com a transparência sobre o clube.

Um exemplo descrito por Paul Singer (2002) sobre a prática do clube de trocas nos aponta para a semelhança com o que é praticado no Fora do Eixo, mais especificamente na materialização das produções culturais promovidas pela rede, o qual tende haver esta interconexão com vários setores, como comerciantes, entre outros profissionais que iriam preparar o material de divulgação e a produção em geral de festivais de música, por exemplo.

A direção do clube pode detectar membros que só compram, mas não vendem, ou vice-versa, o que lhe permite intervir para abrir estes pontos de estrangulamento da circulação do dinheiro do clube. Ela pode, por exemplo, comprar dos que nada vendem serviços para o próprio clube ou sugerir a eles que passem a oferecer bens ou serviços que têm mais demanda. Quando o clube cresce e se torna economicamente significativo, comerciantes das imediações tendem a se associar, aceitando a moeda do clube e usando-a para assalariar eventualmente membros desocupados. Desse modo, cresce o nível de ocupação e se enriquece a vida comunitária (SINGER, 2002, p. 107).

A moeda social sendo prática da economia solidária é utilizada pelo Fora do Eixo pelo seu propósito de ser descentralizada na economia capitalista vigente e que permite uma circulação autônoma nos processos de troca no âmbito local. Segundo a “Cartilha Monte sua Moeda”, do Fora do Eixo, a moeda é utilizada no processo de produção dos festivais realizados pela rede com intuito de:

Priorizar a utilização da moeda solidária, circulando apenas durante um festival sendo ainda um estímulo e incentivo para que o coletivo continue seu fomento a partir dessa utilização inicial. A moeda pode substituir os tickets (fichas) de alimentação, hospedagens, bebidas entre outros produtos do evento sendo lastreadas pelo próprio real que o produtor vai utilizar para o pagamento desses itens. Outra medida bastante eficiente é negociar um percentual ou valor integral da locação do espaço para os comerciantes da possível feira do evento. Neste caso o lastro pode ser 100% em card, tendo o comerciante que pagar o espaço para o produtor com a própria moeda que recebeu. Caso o comerciante não tenha recebido card, ele paga em real. Trata-se de uma política afirmativa da moeda complementar como ferramenta de sustentabilidade e potencializadora de trocas entre os presentes. Assim a moeda deve ser distribuída entre os convidados num valor equiparado as despesas que o produtor terá em negociado em real e/ou card com os fornecedores (FORA DO EIXO, 2013, p. 9).

Segundo Pablo Capilé, o Fora do Eixo funciona com uma incubadora e nesta cartilha encontramos como é trabalhada a utilização desta moeda social pela rede, mas que também indica para os interessados em aderir a prática, como poderia ser feito neste modelo de clube de trocas (MÍDIA NINJA, 2013). Na sequência de quatro passos, como:

**Quadro 2 - Passo a Passo Clube de Trocas Fora do Eixo.**

<b>Negociação Fornecedores</b>	Negociar com os fornecedores de hospedagem, alimentação ou qualquer outro produto que possa receber a moeda temporária no Festival, apresentando a moeda a ser utilizada. Ao final do evento basta trocar os cards coletados pelo valor a ser pago. No caso de a negociação ser a troca em card mesmo (sem real envolvido), basta abrir um extratocard do fornecedor e ir debitando a medida que lhe for concluído um serviço pra troca.
<b>Impressão da Moeda</b>	Criar e imprimir uma quantia X de moedas baseadas no lastro dos produtos negociados com os fornecedores. Também devesse utilizar o selo do FdE Card na moeda a ser coletado pela Mídia FdE.
<b>Distribuição da Moeda</b>	Distribuir para os convidados a quantidade necessária planejada para se utilizar no festival. Para o controle da distribuição pode-se utilizar como exemplo o banco de distribuição de FdE Card e assim garantir a sistematização de todas as cédulas distribuídas por cada pessoa.
<b>Coleta de FDE CARD</b>	Após o fechamento do evento, é necessário recolher os cards que foram distribuídos a partir da negociação com os fornecedores. Chamamos de pontos de coleta os locais onde o FdE Card “estacionou”. Dessa forma, poderemos saber exatamente quantos card’s ainda estão em circulação e quantos foram recolhidos. Para controle dessa coleta temos o Banco de coleta FdE\$ pontos integrados.

Fonte: Fora do Eixo (2013). Nota: Elaboração do autor.

A necessidade de expormos esta tabela é fundada em compreender o quão semelhante a prática do FdE está de outras produções de eventos culturais convencionais ligados a economia capitalista, porém com a utilização de uma prática “desmonetarizada”. Percebemos estes apontamentos com base nas entrevistas de participantes e artistas envolvidos sobre as relações de trabalho efetuadas pela rede e que estão disponíveis em diversos sítios e jornais online.

O que concerne ao Circuito Fora do Eixo, Pablo Capilé durante a entrevista no Programa Roda Viva, esclarece que esta moeda não é somente utilizada nos festivais promovidos pela rede, mas também é usada no dia a dia. O sistema “desmonetarizado” do Fora do Eixo demanda uma série de obrigações para seguir o modo de organização desse empreendimento coletivo, bem mais complexo que o passo a passo descrito acima para a utilização desta moeda social de acordo com as premissas do Fora do Eixo. Nesta tabela

apresentamos os quatorze passos recomendados pelo Fora do Eixo para a criação de um empreendimento coletivo.

**Quadro 3** – Modelo do Fora do Eixo “Card” para o dia a dia.

<p>PASSO 1</p> <p><b>Organização/constituição de modo de organização</b></p>	<p>Frentes Temáticas; Frentes Mediadoras e Frentes Produtoras.</p>
<p>PASSO 2</p> <p><b>Implementação do básico das frentes produtoras com pontos de mídias + pontos de distribuição + pontos de circulação / básico das frentes gestoras com um núcleo de bandas (volume) + núcleo de comunicação (mic) + núcleo de festivais (grito/calango) /Básico frente sustentabilidade (Planejamento-adm-financeiro)</b></p>	<p><b>Produtoras:</b> Ponto Mídia; Ponto de Circulação/Agência; Ponto de Distribuição.</p> <hr/> <p><b>Temáticas:</b> Núcleo de Agentes Musicais – bandas; Núcleo de Agentes Comunicadores – jornalistas, mídia livrista, blogueiros, vídeomakers, fotógrafos; Núcleo de produtores/eventos culturais; Ponto de Distribuição.</p> <hr/> <p><b>Mediadores:</b> Partido; Banco; Universidade Livre; Narrativa.</p>
<p>PASSO 3</p> <p><b>Definição de gestores por núcleo de produção</b></p>	<p>É importantíssimo que o Planejamento, o Admin-Financeiro e as Frentes Produtores, tenham cada uma, um gestor que será responsável pela administração/gerenciamento das atividades referentes as mesmas. O gestor é a liderança responsável por respondem pela atividade realizada pelo respectivo núcleo de trabalho e o mesmo, deve pertencer ao núcleo durável do coletivo.</p>
<p>PASSO 4</p> <p><b>Definir um nome e uma marca</b></p>	<p>Defina qual o nome dado a moeda social do grupo ou coletivo em questão. Em seguida encaminhe a elaboração / o aprovação da logomarca que será usada para a identificação da moeda. No Circuito Fora do Eixo, alguns dos nomes adotados para as moedas sociais da rede são Cubo Card (Espaço Cubo/MT); Goma Card (Goma Cultural/MG); Lumoeda (Coletivo Lumo/PE); Pegadim (Coletivo Pegada/MG) e outros.</p>
<p>PASSO 5</p> <p><b>Elaboração de Termo de Compromisso e um Regulamento de Funcionamento</b></p>	<p>O Regulamento é fundamental pra gestão da moeda solidária, identificando o método de uso para todos os agentes integrados.</p>
<p>PASSO 6</p> <p><b>Mapeamento de Serviços e Produtos Disponíveis na Tabela de Serviço</b></p>	<p>Faça uma relação de todos os serviços, produtos, equipamentos, e outros itens que estarão disponíveis para aluguel e troca via moeda social.</p>
<p>PASSO 7</p> <p><b>Abertura/cadastramento de artistas/grupos &amp; demais interessados</b></p>	<p>O cadastramento dos agentes produtivos interessados em compor a rede solidária é fundamental para a captação de dados pessoais, endereços e contatos que serão essenciais para a administração da moeda social. Recomendamos que dois formulários sejam montados: o primeiro visando o</p>

	cadastro de indivíduos e o segundo de organizações, grupos, coletivos ou empresas. Veja os modelos completos no link: Cadastro de agente individual: < <a href="http://bit.ly/VnLLZg">http://bit.ly/VnLLZg</a> >. Cadastro de agente coletivo: < <a href="http://bit.ly/Z61pTZ">http://bit.ly/Z61pTZ</a> >.
PASSO 8  <b>Abra um Canal de Comunicação com os Agentes Cadastrados no Banco de Dados</b>	É imprescindível manter um canal aberto para a comunicação com os agentes integrados. Especialmente em virtude dos informes, notícias, promoções e outras informações relacionadas aos agentes integrados. A plataforma recomendada para isso é o <i>googlegroups</i> ou outros grupos de discussões que prestam o serviço de forma de semelhante. Ver <a href="http://googlegroups.com">http://googlegroups.com</a>
PASSO 9  <b>Abertura/Montagem do seu Cardápio</b>	Após efetuar o cadastro dos agentes produtivos interessados em participar da moeda é importante disponibilizar a informação a respeito dos mesmos, bem como dos serviços e produtos que disponibilizam para a troca em um veículo de comunicação, preferencialmente um blog do Google, que é munido de ferramenta de mailing. No blog é possível categorizar cada agente integrado através de <i>tags</i> - recursos disponíveis nos blogs google e <i>wordpress</i> . Ver modelo >>> <a href="http://bit.ly/XFLwkl">http://bit.ly/XFLwkl</a>
PASSO 10  <b>Criação de Tecnologias para Organização e Administração do Banco Solidário</b>	É imprescindível a criação e a manutenção de tecnologias que registrem e explicitem as trocas, bem como as atividades executadas sob o princípio da moeda social, a partir da necessidade. Isso inclui a sistematização de todas as atividades executadas pelos membros da organização afim de assegurar os dados necessários pro aprimoramento do planejamento, da dinâmica e da sustentabilidade do grupo.
PASSO 11  <b>Abertura/Montagem de blog setorial/TEC da Moeda Complementar</b>	Além de um veículo-catálogo onde serão disponibilizados os serviços e produtos disponíveis para a troca via moeda social, é importante que as moedas sociais tenham um veículo de comunicação próprio para a disponibilização de todas as informações referentes a moeda social. Confira um modelo >>> <a href="http://cubocard.blogspot.com.br/">http://cubocard.blogspot.com.br/</a>
PASSO 12  <b>Monte um E-mail Institucional</b>	Para que os agentes integrados consigam estabelecer um canal de comunicação direto e contínuo é importante que seja aberto um e-mail institucional da moeda social. Ex: <a href="mailto:nomedamoedasocial@gmail.com">nomedamoedasocial@gmail.com</a> / <a href="mailto:/yahoo.com.br/ou">/yahoo.com.br/ou</a> etc.
PASSO 13  <b>Elaboração de Planos Comerciais / Pacotes para Estimulo a Trocas de Serviço / Produtos</b>	Estratégias de divulgação e marketing, bem como a elaboração de ações promocionais são imprescindíveis para estimular o uso da moeda social. Para isso é importante que a moeda social tenha uma equipe de comunicação e assessoria operante e atualizando os canais de comunicação da MS frequentemente. Confira um exemplo >>> <a href="http://bit.ly/WOYGj6">http://bit.ly/WOYGj6</a>
PASSO 14  <b>Design / Impressão de Moeda Social em Formato Físico</b>	-

Fonte: Fora do Eixo, 2013. Nota. Elaborado pelo autor.

Com esses dois quadros acima, podemos observar de início um fator interessante sobre o patrocinador da “Cartilha Monte sua Moeda”, que é a Petrobrás. A partir deste patrocínio que a cartilha foi elaborada, e, para tanto, a rede esclarece como utilizou este recurso.

Esta é a prestação de contas referente aos projetos desenvolvidos pela Universidade Livre Fora do Eixo financiada pela Petrobras entre março de 2012 e março de 2013. Essas ações são geridas pelas Casas Fora do Eixo Regionais, que funcionam como 06 (seis) campus da UniFdE, responsáveis por articular coletivos de diferentes

regiões brasileiras. O projeto recebeu 590 mil reais anuais de patrocínio e prevê a realização de Imersões, Colunas, Observatórios e Vivências durante todo o ano, além do lançamento de materiais como Cartilhas digitais (FORA DO EIXO, 2013).

Neste sentido, há uma contradição sobre a utilização de verbas privadas para criação de uma série de cartilhas que servem de modelo, tendo em vista os próprios princípios que a rede apresenta. Outro ponto também é a utilização desta prática por empresas que englobam no seu quadro de atividades as ações intituladas de “responsabilidade social”, sendo elas complementares e a serviço da comunidade ou para alguma causa social. No geral, essas empresas persuadem voluntários para a concretização de projetos sociais, como é o caso da própria Petrobrás que abre editais que financiou, por exemplo, esta cartilha, entre outras ações do Fora do Eixo.

Após as declarações dos representantes Pablo Capilé e Bruno Torturra no Programa Roda Viva, surgiram alguns relatos de sujeitos que, em algum nível, se envolveram com o circuito FdE. A primeira dessas declarações é a da Cineasta Beatriz Seigner, que participou da rede de coletivos durante um ano, em 2012. Segundo o relato realizado em sua página<sup>26</sup> do *Facebook*, e compartilhado pela revista Fórum. A participação da cineasta foi por meio de um convite para exibir o seu filme “*Bollywood Dream – O Sonho Bollywoodiano*”, cujo lançamento do filme foi realizado nos cineclubes associados ao Fora do Eixo durante o Festival Grito Rock, em 2012, bem como também a disponibilização da cineasta em participar de uma turnê de debates pelo interior de São Paulo, Rio de Janeiro, e via *Skype* com alguns cineclubes que faziam parte da chamada “Campanha de Exibição”.

A cineasta ainda explica que a remuneração dessa parceria estabelecida com a rede Fora do Eixo seria em “Cubo Card”, a moeda solidária, pois se tratava, à época, de um projeto embrionário, cujos recursos seriam próprios da rede para a realização das exposições do filme. No seu depoimento fica explícita a proposta de pagamento com a moeda social:

Com relação à remuneração eles me explicaram que aquele ainda era um projeto embrionário, sem recursos próprios, mas que podiam pagá-lo com “Cubo Card”, a moeda solidária deles, que poderia ser trocada por serviços de design, de construção de sites, entre outras coisas. Já adianto aqui que nunca vi nem sequer nenhum centavo deste cubo card, ou a plataforma com ‘menu de serviços’ onde esta moeda é trocada (SEIGNER apud ROVAI, 2013, não paginado).

---

<sup>26</sup> Este relato não se encontra mais em sua página pessoal do *Facebook*, portanto, destacamos que utilizamos o conteúdo compartilhado pela revista Fórum.

Segundo a cineasta, a noção de que haveria patrocínio com recursos em real só ocorreu após o SESC, no interior de São Paulo, onde solicitaram a assinatura dela, enquanto artista, para o contrato, o que independe da participação do intermediário, que no caso seria o Fora do Eixo. Assim, descreve que:

[...] só por eles pedirem isso é que fiquei sabendo que algumas destas exposições tinham sim, patrocinador. Fui descobrir outros patrocinadores nos pôster e banners do Grito Rock de cada cidade. Destes, eu não recebi um centavo (SEIGNER apud ROVAI, 2013, não paginado).

A denúncia da cineasta apresenta algumas reflexões das impressões sobre o comportamento da rede de coletivos. Este caso foi o primeiro que teve a solicitação para que fosse colocada a logomarca<sup>27</sup> no filme - “Realização do Fora do Eixo”, em que seria incorporado no seu catálogo. O segundo tem a ver com o contrato do SESC, já mencionado, o qual o Fora do Eixo, recebeu no nome de Seigner por este contrato, mas ela somente recebeu o cachê deste contrato nove meses depois, após cobrar publicamente ao Fora do Eixo. O outro diz respeito ao jantar na casa da diretora de marketing da Vale do Rio Doce, no Rio de Janeiro, tratado como uma reunião de negócios e menções de números elevados sobre a quantidade de pessoas que compareceriam as exposições do filme da cineasta.

Outra declaração também tem a ver com a valorização dos artistas que se juntavam a proposta do Fora do Eixo e se dispunham a se apresentarem nos shows:

O susto veio, não apenas por conta de perceber esta centralidade de liderança, mas porque o Pablo Capilé dizia que não deveria haver curadoria dos filmes a serem exibidos neste circuito de cineclubes, que se a Xuxa liberasse os filmes dela, eles seguramente fariam campanha para estes filmes serem consumidos, pois dariam mais visibilidade ao Fora do Eixo, e trariam mais pessoas para ‘curtir’ as fotos e a rede deles – pessoas estas que ele contabilizaria, para seus patrocinadores tanto no âmbito público, quanto privado. “Olha só quantas pessoas fizemos sair de suas casas”. E que ele era contra pagar cachês aos artistas, pois se pagasse valorizaria a atividade dos mesmos e incentivaria a pessoa ‘lá na ponta’ da rede, como eles dizem, a serem artistas e não ‘DUTO’ como ele precisava. Eu perguntei o que ele queria dizer com “duto”, ele falou sem a menor cerimônia: “duto, os canos por onde passam o esgoto” (SEIGNER apud ROVAI, 2013, não paginado).

Desta forma, esta denúncia da cineasta sobre o modo de organização da rede de coletivos nos apresenta como a rede se relaciona com os artistas e trabalhadores que entram no circuito e que há uma grande persuasão da filosofia do mesmo.

---

<sup>27</sup> “Eu disse que o filme havia sido feito sem nenhum recurso público e que a cota mínima para um patrocinador ter sua logomarca nele era de 50 mil reais. Eles desistiram” (SEIGNER apud ROVAI, 2013).

Depois deste choque com o discurso do Pablo Capilé, ainda acompanhei a dinâmica da rede por mais alguns meses (foram cerca de 1 ano que tive contato constante com eles), pois queria ver se este ódio que ele carrega contra as artes e os artistas era algo particular dele, ou se estendia à toda a rede. Para a minha surpresa, me deparei com algo ainda mais assustador: as pessoas que moram e trabalham nas casas do Fora do Eixo simplesmente não têm tempo para desfrutar os filmes, peças de teatro, dança, livros, shows, pois estão 24 horas por dia, 7 dias por semana, trabalhando na campanha de marketing das ações do FdE no facebook, twitter e demais redes sociais. E como elas vivem e trabalham coletivamente no mesmo espaço, gera-se um frenesi coletivo por produtividade, que, aliado ao fato de todos ali não terem horário de trabalho definido, acreditarem no mantra ‘trabalho é vida’, e não receberem salário, e, portanto, se sentirem constantemente devedores ao caixa coletivo, da verba que vem da produção de ações que acontecem “na ponta”, em outros coletivos aliados à rede, faz com que simplesmente, na casa Fora do Eixo em São Paulo, não se encontre nenhum indivíduo lendo um livro, vendo uma peça, assistindo a um filme, fazendo qualquer curso, fora da rede. Quem já cruzou com eles em festivais nos quais eles entraram como parceiros sabem do que estou falando: eles não entram para assistir a nenhum filme, nem assistem/participam de nenhum debate que não seja o deles. O que faz com que, depois de um tempo, eles não consigam falar de outra coisa que não sejam eles mesmos (SEIGNER apud ROVAI, 2013, não paginado).

Podemos observar, portanto, que o trabalho posto nesta rede ultrapassa o tempo livre desses participantes que, assim como em empresas de reprodução fordista ou taylorista, mal conseguem consumir daquilo que eles mesmos produzem, ou contribuem para produzir, como os shows e outros serviços. Essas condições, as quais os trabalhadores da rede são submetidos, foram relatadas a respeito da casa Fora do Eixo de São Paulo. Na qual também os integrantes da rede se autodenominam de “precariado cognitivo” (SEIGNER apud ROVAI, 2013).

Concomitantemente a isso, reparei que aquela massa de pessoas que trabalham 24 horas por dia naquelas campanhas de publicidade das ações da rede FdE, não assinam nenhuma de suas criações: sejam textos, fotos, vídeos, pôsters, sites, ações, produções. Pois assinar aquilo que se diz, aquilo que se mostra, que se faz, ou que se cria, é considerado “egóico” para eles. Toda a produção que fazem é assinada simplesmente com a logomarca do Fora do Eixo, o que faz com que não saibamos quem são aquele exército de criadores, mas sabemos que estão sob o teto e comando de Pablo Capilé, o fundador da marca (SEIGNER apud ROVAI, 2013, não paginado).

Como já havíamos mencionado, o Fora do Eixo não está registrado juridicamente, nem está associado a uma organização cooperativista de economia solidária. Dessa forma, questionar a rede sobre qualquer tipo de prática que tenha prejudicado algum dos integrantes sobre sua subsistência ou posse da propriedade intelectual, não seria possível pelas vias judiciais, pois eles atuam de maneira “descentralizada”.

Com o discurso bem engajado para a mudança no cenário cultural dessas regiões afastadas dos centros urbanos e capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, muitas pessoas se dispõem a colaborar com a rede de coletivos Fora do Eixo. Os sujeitos se identificam com as propostas e se sentem mobilizadas a realizarem uma mudança social em suas cidades. A cineasta Beatriz Seigner também descreve que:

E, além disso, o que talvez seja mais grave: quem mora nas casas Fora do Eixo, abdicam de salários por meses e anos e, portanto, não têm um centavo ou fundo de garantia para sair da rede. Também não adquirem portfólio de produção, uma vez que não assinaram nada do que fizeram lá dentro – nem fotos, nem cartazes, nem sites, nem textos, nem vídeos. E, portanto, acabam se submetendo àquela situação de escravidão (pós) moderna, simplesmente, pois não vêem como sobreviver da produção e circulação artística, fora da rede. Muitas destas pessoas são incentivadas pelo próprio Pablo Capilé a abandonar suas faculdades para se dedicarem integralmente ao Fora do Eixo. Quanto menos autonomia intelectual e financeira estas pessoas tiverem, melhor para ele (SEIGNER apud ROVAI, 2013, não paginado).

Outro ponto muito importante sobre a rede é sua composição numérica, ou seja, quantas pessoas de fato estão ligadas ao Fora do Eixo como integrantes. Em uma declaração Beatriz contrapõe o que é exposto sobre a rede ter dois mil integrantes, pois de fato não há nenhuma comprovação de quantas pessoas compõem o quadro de participantes.

O que leva a outro ponto grave das falácias do Fora do Eixo: sua falta de precisão numérica. Pablo Capilé, quando vai intermediar recursos junto ao poder público ou privado, para capitalizar a rede FdE, fala números completamente aleatórios “somos mais de 2 mil pessoas em mais de 200 cidades na América Latina”. Cadê a assinatura destas pessoas dizendo que são realmente filiadas à rede? Qualquer associação, cooperativa, partido político, fundação, ONG, ou movimento social tem estes dados. Reais, e não imaginários. [...] Dos movimentos sociais que começaram a expulsar os Fora do Eixo de suas manifestações e ações, pois estes, como os melhores mandrakes, ao tentar dominar a comunicação destas, iam depois ao poder público dizer representá-las, estão o movimento do Hip Hop em São Paulo, as Mãe de Maio (que encabeçam o movimento pela desmilitarização da PM aqui), o Cordão da Mentira (que une diversos coletivos e movimentos sociais para a passeata de 1º de Abril, dia do golpe Militar no Brasil, escrachando os lugares e instituições que contribuíram para o mesmo), a Associação de Moradores da Favela do Moinho, o coletivo Zagaia, o Passa-Palavra, o Ocupa Mídia, O Ocupa Sampa, o Ocupa Rio, Ocupa Funarte, entre outros. Até membros do Movimento Passe Livre tem discutido publicamente o assunto dizendo que o Fora do Eixo não os representam, e não podem falar em seu nome (SEIGNER apud ROVAI, 2013, não paginado).

Sobre a Mídia Ninja, observamos também que a rede apresenta em seu portal uma proposta muito parecida com esta, porém é anterior a configuração. Seigner expõe também que a composição da Mídia Ninja na verdade forma estratégias de aceitação:

Já o Fora do Eixo, agora denominados de Mídia Ninja, (antes era Mídia Fora do Eixo, mas como são muito expulsos de manifestações resolveram mudar de nome) utilizar os vídeos feitos por centenas de pessoas não ligadas ao Fora do Eixo, editá-los, subí-los no canal sob seu selo, e querer capitalizar em cima disso – sem repassar os recursos para as pessoas que realmente filmaram estes vídeos/fizeram estas fotos e textos – inclusive do PM infiltrado mudando de roupa e atirando o molotov – eu já acho bastante discutível eticamente (SEIGNER apud ROVAI, 2013, não paginado).

Com isto, podemos notar que o Fora do Eixo se manifesta no discurso com esses princípios da economia solidária, mas sua composição está mesclada com o que é mais adequado para a sustentação da produção de serviços, seja por meio da concorrência de editais ou pela via de gerenciamento do projeto. A moeda social é o marco sobre esta utilização da economia solidária, pois facilita as relações de troca entre aqueles que se interessam nesta prática. Neste sentido, ainda que esta pesquisa apresente como o Fora do Eixo se utiliza da economia solidária, trataremos a seguir de expor na essência o que implica as relações de trabalho da rede de coletivos. Com base no relato do Pablo Capilé, o qual expõe que o Fora do Eixo possui um modelo próprio de produção e que pode ser verificado com as problemáticas que a economia solidária enquanto política social apresenta ao ser tratada como alternativa ao capital.

### **3. 4 A CRÍTICA À ECONOMIA SOLIDÁRIA E O FORA DO EIXO**

Tendo como ponto de partida a proposição de Dardengo (2013), de que existem dois debates teóricos a respeito da economia solidária, podemos apontar que há muitas discordâncias acerca deste modo dito como “alternativo” ao capitalismo. Por um lado, trata-se de que é possível uma transição ao socialismo por meio da economia solidária e, portanto, ser um projeto “anti-capitalista” e, por outro, há um debate que refuta esta hipótese, pois avalia que os empreendimentos econômicos solidários estão arraigados ao modo de produção capitalista, sendo assim, não poderiam ser considerados como “anti-capitalista”, mas sim funcionais ao capital.

Nessa disputa, percebemos que o Fora do Eixo apresenta a proposta de atuação "alternativa" ao capitalismo cunhado neste discurso quando se propõe utilizar dos princípios da economia solidária. Portanto, analisaremos a essência da economia solidária a fim de compreender onde se instaura o motor que impulsiona o movimento crescente do Fora do Eixo.

O Fora do Eixo apresenta um perfil autogestionário, como apontamos no primeiro capítulo e é interessante ressaltar que a economia solidária se instala com a visão de empreendedorismo que incentiva o indivíduo em condição de desemprego a abrir o seu próprio negócio num perfil solidário ou cooperativo. Neste sentido, o trabalhador tem que se adaptar ao livre mercado, pois esta condição de desemprego foi causada por sua livre vontade de não permanecer empregado. Segundo Singer, os indivíduos podem escolher o seu destino.

Eu estou convencido de que o mercado é essencial ao socialismo [...]. É necessário deixar os indivíduos optarem, decidirem sobre o que vão fazer e eventualmente se arrependem, ficarem desempregados por algum tempo. Mercado de trabalho é condição de liberdade humana e alguns mercados de bens e de serviços me parecem igualmente essenciais, porque uma das liberdades interessantes é a de iniciativa. O indivíduo tem o direito de tomar uma iniciativa, abrir uma empresa ou vender o fruto do seu trabalho. O mercado não é um mal, ele é uma forma de realização individual (SINGER, 1998, p. 113-114).

A condução de responsabilização do indivíduo está posta no discurso de Singer e isto se configura como atributo fundamental para o mercado, principalmente os monopólios e oligopólios, ou seja, o mercado é posto como um local ideal para o sujeito colocar em prática a sua iniciativa. Desta forma, a concepção desta conduta com a característica individualista, é apontada por Dardot e Laval (2016), como neoliberal quando se trata a respeito da nova subjetividade.

[...] a construção de uma nova subjetividade, o que chamamos de “subjetivação contábil e financeira”, que nada mais é do que a forma mais bem-acabada da subjetivação capitalista. Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 31).

Singer defende que a economia solidária possui um sistema híbrido entre o capitalismo e se configura como um modo de produção diferenciado, cuja base superaria o sistema

capitalista (SINGER, 2000). Com o mesmo discurso o Fora do Eixo também se apropria da proposta de um modelo híbrido para a gestão das casas da rede com a possibilidade de utilizar o padrão vertical e horizontal ao mesmo tempo.

Em outras palavras, se aquelas relações igualitárias ainda ocorrem no âmbito interno da maioria dos coletivos, a estrutura da rede e a relação entre os coletivos periféricos e as casas de maior destaque têm consolidado relações horizontais e verticais que constituem tramas mais intrincadas (FONSECA apud SAVAZONI, 2014, p. 35).

Então, com esta noção o Fora do Eixo poderia superar o modo de produção capitalista? Em contraponto a este entendimento, Dardengo (2013) destaca que os “empreendimentos econômicos solidários” estão sob a lógica de mercado e, tampouco, pode escapar das determinações da teoria valor, cuja principal imposição é a transferência de valor, dos pequenos para os grandes empresários (DARDENGO, 2013).

Para Singer (2000) há a compreensão de que se pode eliminar a exploração do trabalho com a simples mudança do regime de propriedade e gestão. No entanto, a exploração e a produção de mais-valia não somem apenas com a alteração do modelo de produção mais democrático, pois ainda assim não se trata de uma mudança estrutural no sistema capitalista que apresenta meios para se apropriar de todos os formatos de produção, ainda que indiretamente. Isto porque os EESs ou projetos como o Circuito Fora do Eixo possuem baixa composição orgânica do capital, são intensos em capital variável (trabalho vivo) e pouco intensos em capital constante (trabalho morto) (DARDENGO, 2013).

Ao comercializarem seus produtos, os EESs vendem-nos por preços inferiores aos valores, e essa diferença constitui uma transferência a qual corresponde uma apropriação pelas empresas monopolistas capitalistas (com elevada composição orgânica do capital). Mesmo que, na aparência, a mais-valia tenha desaparecido, uma vez que a figura do patrão desapareceu, na essência continua a ocorrer a exploração e apropriação de trabalho não pago (DARDENGO, 2013, p. 113).

Neste sentido, o discurso utilizado pelos teóricos da economia solidária apresenta-se de maneira mística, tendo em vista que se funda a partir da negação do capital enquanto uma força social que articula as relações sociais dentro da ordem capitalista (WELLEN, 2012). Portanto, entende-se que esta mistificação está ligada à maneira que se vê as relações mercantis atuais como algo que é anterior ao capitalismo contemporâneo e desenvolvido, ou seja, que está alicerçada pela circulação simples de mercadorias. Com isto, Wellen (2012),

destaca que mesmo que a economia solidária não proporcionasse uma transformação social, ela proporciona um retorno “fictício” à circulação M-D-M.

Wellen (2012) explica que o valor de troca sendo um meio para comprar o valor de uso, faz com que o dinheiro convenha somente para atender às necessidades sociais e aos interesses particulares. E enfatiza que esse entendimento é analisado de várias formas pelos teóricos defensores da economia solidária, o que determina para a compreensão de como funciona o mercado capitalista. E é diante dessas “compreensões” que vão embasar o discurso de que a economia solidária teria capacidade para superar o modo de produção capitalista, como um modelo “alternativo”. Portanto, Wellen (2012) destaca:

Com esse artifício, se inverte de maneira fantasiosa a relação D-M-D para M-D-M, uma vez que a produção teria o homem como epicentro. Promove-se, pois, o efeito ilustrativo de subsunção do valor de troca pelo valor de uso. Tal análise teórica expressa, no máximo, uma crítica romântica ao capitalismo, buscando alertar para a necessidade de inserir o ser humano como finalidade das relações econômicas do mercado (WELLEN, 2012, p. 295).

A análise de Wellen (2012) nos aproxima da proposta de compartilhamento dos integrantes do Fora do Eixo que dividem todos os bens materiais ao entrarem para a rede. Desta forma, a relação mercantil dos processos desaparece sob à luz de uma proposta solidária e coletiva da produção e reprodução da vida .

Além deste procedimento aparente em relação à exploração, há também os sujeitos desempregados que não possui condições de garantir a subsistência e, portanto, sem condições de iniciar seu próprio empreendimento sem recorrer a alternativa de se submeter à lógica do sistema de crédito<sup>28</sup> que segundo Marx:

[...] oferece ao capitalista individual, ou àquele que passa por tal, uma disposição, dentro de certos limites, absoluta de capital alheio e propriedade alheia e, em consequência, de trabalho alheio. Disposição sobre capital social, não próprio, dá-lhe disposição sobre trabalho social (MARX, 1986, p. 333-334).

Sobre esta aparência, segundo Marx (1996), os trabalhadores excedentes constituem um produto necessário para a acumulação da riqueza no capitalismo, cuja superpopulação é a

---

<sup>28</sup> “Os empréstimos (tratamos aqui apenas do crédito comercial propriamente dito) realizam-se por meio do desconto de letras de câmbio - conversão destas em dinheiro antes de seu vencimento - e por meio de adiantamentos em várias formas: adiantamentos diretos com base no crédito pessoal, adiantamentos pignoratícios sobre papéis portadores de juros, títulos públicos, ações de todas as espécies, e nomeadamente adiantamentos sobre conhecimentos de embarque, *dock warmntsii* e outros certificados de propriedade sobre mercadorias, saques acima dos depósitos, etc” (MARX, 1986, p. 304).

alavanca do modo de produção capitalista. Assim esse exército industrial de reserva está disponível para ser explorado a qualquer momento e:

[...] proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização, o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. Com a acumulação e o desenvolvimento da força produtiva do trabalho que o acompanha, cresce a súbita força de expansão do capital, não só porque cresce a elasticidade do capital em funcionamento e a riqueza absoluta, da qual o capital só constitui uma parte elástica, mas também porque o crédito, sob qualquer estímulo particular, põe, num instante, à disposição da produção, como capital adicional, parte incomum dessa riqueza (MARX, 1996, p. 262-263).

Ou seja, os trabalhadores que estão em situação de desemprego para iniciar qualquer tipo de empreendimento tem que investir em matéria prima, meios de produção, força de trabalho para, então, realizar sua produção. O próprio defensor dos EESs, Paul Singer, tem a compreensão desta realidade, a qual o trabalhador tem que se submeter.

Os pobres precisam, mais do que os remediados, de empréstimos para sobreviver a crises de desemprego, a intempéries meteorológicas, a perdas de colheitas, a derrotas militares do país, a epidemias, etc. O que os coloca periodicamente à mercê dos agiotas, que aproveitam o ensejo para transformar uma emergência num laço perpétuo de dependência e exploração, mediante dívidas que nunca se resgatam e sempre se expandem por efeito dos juros não pagos (SINGER, 2002, p. 60).

No caso do Fora do Eixo, para os sujeitos se propõem a trabalhar na rede de coletivos, em alguns casos, já encontram as casas do Circuito estruturadas para a atuação, e neste espaço vão contribuir com a produção e a realização de trocas de produtos e serviços para a subsistência ou com produtos culturais, porém não há o hábito do pagamento desses integrantes, como salários em reais, e sim pagamentos em cubos "cards", que em muitos estabelecimentos comerciais não são aceitos como moeda de troca, ainda que seja alegado pela rede que ela é o equivalente ao real, como já mencionado no capítulo anterior.

É importante ressaltar que os empreendimentos econômicos solidários precisam ser regulamentados pelo Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil, e neste sentido o governo não fornece nenhum tipo de incentivo financeiro. Com isto, o trabalhador vai recorrer às cooperativas de crédito oferecidas pelos bancos antes mesmo do seu empreendimento gerar alguma renda (BRASIL, 2005).

A autonomia incentivada por Singer (2002) também é um ponto de controvérsias, pois este trabalhador que não assegurou o seu *status* de empregado, tem a autonomia de realizar no mercado o seu próprio sucesso ao se juntar com outros trabalhadores na mesma condição, e

gerir o seu próprio trabalho (SINGER, 2002). Porém, neste formato autonomizado não é possível, dependendo das condições de cada sujeito, garantir os direitos trabalhistas nem a remuneração suficiente para o suprimento das necessidades básicas. Segundo Dardengo (2013), há vários tipos de remuneração nos EESs, como: “por horas trabalhadas (6%), remuneração fixa (7%), não consegue remunerar (21%), remuneração por produto e produtividade (57%), outro tipo (4%)” (DARDENGO, 2013, p. 97). Podemos observar que a forma de remuneração que apresenta um percentual maior é por produtividade, e esta não é estabelecida como fixa, o que reforça a permanência do trabalho precarizado e a continuidade da exploração.

De acordo Guanais (2010), este tipo de remuneração por produção pode ser entendida como uma modalidade do salário por peça<sup>29</sup> analisado por Marx em *O Capital* (1996). O salário por peça é um tipo de remuneração e o salário em geral é compreendido como a forma aparente e manifestação do valor e do preço da força de trabalho. Portanto, o salário é o preço da mercadoria força de trabalho e pode ser classificado pelas nas mesmas condições que uma mercadoria produzida (MARX, 1996). Guanais (2010) em sua pesquisa aponta importantes elementos sobre como a forma salário é relevante para a reprodução do modo de produção capitalista, pois ela oculta da mesma maneira a exploração do trabalho.

Ao trocarem sua força de trabalho por um salário, não aparece aos olhos dos trabalhadores àquela parcela de trabalho não pago, a qual foi apropriada indevidamente pelo capitalista que comprou sua força de trabalho, e que lhe permite lucrar e aumentar seu capital. Isso porque tal troca tem por intermediário o dinheiro, o salário, e esse, como foi visto, faz com que todo “trabalho vendido” pelo trabalhador apareça como trabalho pago pelo capitalista (GUANAIS, 2010, p. 135).

De tal modo, Guanais (2010) explica que o pagamento de um trabalhador atrelado à quantidade que ele faz determinada coisa ocasiona a um “aumento natural” sobre os índices de produtividade. Portanto, se justifica a tendência do mercado de selecionar os trabalhadores mais produtivos, e no contrário pode ocorrer a demissão desses trabalhadores que não produzem tanto. Este processo de retirada do valor sobre o trabalho realizado gera a concorrência ao estabelecer que todos os trabalhadores são capazes de realizar a mesma tarefa e, com isto, há o rebaixamento dos salários. Cria-se uma imagem estereotipada dos seres sociais, que, como citamos acima, nesta pesquisa, reforça pensamentos como o de Paul Singer (1998) ao destacar que cabe a cada indivíduo escolher se quer ou não ficar desempregado.

---

<sup>29</sup> “O salário por peça nada mais é que uma forma metamorfoseada do salário por tempo, do mesmo modo que o salário por tempo é a forma metamorfoseada do valor ou preço da força de trabalho” (MARX, 1996, p. 181).

A outra forma encontrada sobre o salário por peça é que não é mais necessário o controle no processo de trabalho, pois é o próprio trabalhador que vai se adaptar para que seja alcançada a remuneração sobre aquele trabalho. Esta compreensão pode ser verificada semelhante com a autogestão da economia solidária.

Como qualidade e intensidade do trabalho são controladas aqui pela própria forma do salário, esta torna grande parte da supervisão do trabalho supérflua. Ela constitui, por isso, a base tanto do moderno trabalho domiciliar anteriormente descrito como de um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão. Este último possui duas formas fundamentais. O salário por peça facilita, por um lado, a interposição de parasitas entre o capitalista e o trabalhador assalariado, o subarrendamento do trabalho (*subletting of labour*) (MARX, 1996, p. 183-184).

Marx (1996) avaliou que o salário por peça é o mais adequado e apropriado para o modo capitalista de produção, pois ele cria condições para que ele mesmo se sustente sem gerar custos ao empregador capitalista. E isto só ocorre com a intensificação do trabalho, com o prolongamento da jornada de trabalho, com a concorrência entre os trabalhadores e com o rebaixamento dos preços estabelecidos para o pagamento da força de trabalho e pelo salário.

A qualidade do trabalho é aqui controlada mediante o próprio produto, que tem de possuir qualidade média se o preço por peça deve ser pago integralmente. Desse modo, o salário por peça se torna fonte mais fecunda de descontos salariais e de fraudes capitalistas. Ele proporciona ao capitalista uma medida inteiramente determinada para a intensidade do trabalho. Só o tempo de trabalho que se corporifica num quantum de mercadorias previamente determinado e fixado pela experiência vale como tempo de trabalho socialmente necessário e é pago como tal. (MARX, 1996, p. 183).

Desta maneira, retomamos a análise sobre os tipos de remuneração e podemos apontar que, conforme Marx (1996), o fato desses trabalhadores não serem pagos não interrompe a valorização do capital. E, como já mencionado, este movimento ocorre devido à condicionalidade imposta pela lógica capitalista que elenca os trabalhadores em posição igualada no mercado.

Nesse caso, é evidente que uma diminuição do trabalho não-pago de modo algum entrava a expansão do domínio do capital. — Ou, este é o outro lado da alternativa, a acumulação afrouxa devido ao preço crescente do trabalho, pois o aguilhão do lucro embota. A acumulação decresce (MARX, 1996, p. 252).

O capital ainda que não receba de maneira direta esta valorização, de alguma forma também não será prejudicado neste processo, devido à transferência de valor. O modo de

produção compreendido por Singer (1998) como "alternativo", ainda está sob à lógica de produção e reprodução do capital, e tampouco poderá romper com a base deste sistema, pois seu objetivo é paliativo e deixa nas mãos dos trabalhadores toda a responsabilidade de se autoremunerem e promoverem a sua própria saída na condição de desempregado.

A produção de cultura realizada pelo Circuito Fora do Eixo tem como sua base a economia solidária, como explicamos no primeiro capítulo e, portanto, ao apresentar esta semelhança não somente com alguns princípios que carregam, como a autogestão, a colaboração e o clube de troca, mas também por afirmarem seguir um formato que não está conectado ao modo de produção capitalista, justamente por posicionarem os trabalhadores em outras funções que antes eram encaminhadas as gerências. Mas não afeta a arrecadação de lucros para as grandes produtoras de festivais entre outros espaços de programações culturais, pois o processo ainda que indireto, transfere valor.

Sobre as transformações no mundo do trabalho, podemos constatar outro modelo que cresce junto ao neoliberalismo e que coloca o sujeito na condição de autogerenciamento, que é o caso do fenômeno chamado de “uberização do trabalho” que pode ser compreendido, como:

A uberização, tal como será tratada aqui, refere-se a um novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho. Trata-se de um novo passo nas terceirizações, que, entretanto, ao mesmo tempo em que, se complementa também pode concorrer com o modelo anterior das redes de subcontratações compostas pelos mais diversos tipos de empresas. A uberização consolida a passagem do estatuto de trabalhador para o de um nanoempresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho; retira-lhe garantias mínimas ao mesmo tempo que mantém sua subordinação; ainda, se apropria, de modo administrado e produtivo, de uma perda de formas publicamente estabelecidas e reguladas do trabalho. Entretanto, essa apropriação e subordinação podem operar sob novas lógicas. Podemos entender a uberização como um futuro possível para empresas em geral, que se tornam responsáveis por prover a infraestrutura para que seus “parceiros” executem seu trabalho; não é difícil imaginar que hospitais, universidades, empresas dos mais diversos ramos adotem esse modelo, utilizando-se do trabalho de seus “colaboradores *just-in-time*” de acordo com sua necessidade (ABÍLIO, 2017, não paginado).

Com este modelo subjetivo de autogerenciamento, o sujeito teria que conduzir e “se virar” em todas as situações encontradas no mercado de trabalho. No caso da economia solidária, há uma aproximação com o modelo “uberização”, pois as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) à economia solidária no Brasil, geralmente se estabelecem no formato de Associações sem fins lucrativos (ONGs), ou também como órgãos universitários conhecidos como incubadoras tecnológicas de extensão, como é o caso da rede de coletivos Fora do Eixo,

que oferece serviços e ensinamentos sobre como gerir empreendimentos econômicos solidários, que podem ser efetuados de maneira direta e indireta (IPEA, 2016). Deste modo, o sujeito torna-se gerenciador de si e do trabalho, tendo em vista que o modo de produção capitalista se mostra apenas na aparência e que sem um conhecimento profundo sobre o processo de circulação de mercadorias, os pequenos projetos podem ser engolidos pelas grandes empresas.

Portanto, a responsabilização recai sobre o sujeito, cabe então aos indivíduos darem sequência à produção e reprodução do trabalho e criação de produtos, e também da vida. Ressalta-se também que este discurso é acompanhado por uma promessa de mudança na vida dessas pessoas e, em muitos casos, isso é algo impossível. E quando estes projetos autogestionários, cooperativos e autogerenciados não dão certo, pode ocorrer o adoecimento desses sujeitos envolvidos, pois eles depositam muita expectativa.

Diante de um cenário de precarização do trabalho e o crescimento da economia solidária, esses moldes são favoráveis para que não haja prejuízos para os que estão a frente do coletivo. Deixa-se a responsabilidade da vida para os próprios trabalhadores mesmo no sentido de que, o que fosse arrecadado pelos editais seria em prol do coletivo e, sendo um ambiente de compartilhamento de tudo, não há necessidade de que seja garantido a remuneração por cada trabalho realizado.

Desta maneira, a economia solidária desde a sua chegada ao Brasil em 1990 apresenta esse perfil de promover a “saída” ao desemprego - expressão da “questão social” -, inspirada nas experiências europeias. Tem por base o tripé cooperação, autonomia e gestão democrática. Paul Singer ao referenciar a economia solidária como padrão societal “pós-capitalista” e meio para se chegar ao socialismo, abre várias brechas para o questionamento de autores que não compreendem desta forma.

Sobre esta política pública ser o caminho até o socialismo, Wellen (2012) traz a dimensão de que o fato dela “amenizar as desigualdades sociais”, e ser transparente sobre o jogo do mercado e oferecer uma repartição de bens para os mais necessitados, é, na verdade, uma aposta no mercado e no Estado, o que muito se assemelha ao keynesianismo. Destaca que os defensores desta proposta apresentam também uma crítica romantizada ao capitalismo e camufla a real determinação lógica vigente (WELLEN, 2012).

A definição do mercado como um resultado de ações individuais possui um lastro ideológico baseado na defesa do uso particular feito do capital como causa central

das desigualdades sociais e, de maneira tautológica, encontra-se a premissa de que o capital tem seu destino determinado pelo uso particular (WELLEN, 2012, p. 293).

Assim, nos deixa claro que, o que é apresentado como solução para o desemprego por esta política pública, está baseada nos interesses do capital e que admite o individualismo. O discurso de que a economia solidária proporciona oportunidade para o indivíduo sair da condição a qual ele se encontra pelo cooperativismo ou da soma de forças para a construção de um caminho para a subsistência sem depender de nenhum recurso, se não o gerado por ele mesmo. É interessante observar também que isto não está tão claro, e que só é possível enxergar quando se estabelece uma análise sobre como as propostas fazem uma ligação quase direta sobre os mesmos propósitos: o de responsabilizar o indivíduo para que ele busque a saída da pobreza.

Assim, como podemos identificar nas relações estabelecidas pelo Fora do Eixo, cuja proposta é contribuir para o cenário cultural e também "ajudar" os músicos que sozinhos não conseguiriam alcançar um grande público ou então ao incentivo de que para sobreviverem os trabalhadores da rede de coletivos Fora do Eixo tenham que eles mesmos se responsabilizar.

Portanto, enquanto política pública, a economia solidária escamoteia a remuneração, principalmente quando se observa a instabilidade no que diz respeito à subsistência dos trabalhadores, pois para serem remunerados, tem que produzir e, tendo uma baixa composição orgânica do capital, transferem valor indiretamente para os monopólios que possuem alta composição orgânica do capital. Ou seja, não possuem riqueza acumulada para investir em sua produção, e tentam escapar da queda tendencial da taxa de lucro, que, de certa forma, ocorre a todos os tipos de produções inseridos neste sistema.

Assim, os “empreendimentos econômicos solidários” não estão descolados deste processo de produção perversa que vigora no Brasil. Além disso, o discurso apresentado por Paul Singer tem sido manejado para reforçar o neoliberalismo, como destacamos no capítulo anterior, que se instala fortemente no Brasil no mesmo período que a “economia solidária”, nos anos 1990, com a concepção de que o indivíduo pode recorrer ao livre mercado de trabalho para fugir do desemprego e ao mesmo tempo ser responsável por sua instabilidade financeira e social.

Singer também defende que os trabalhadores são responsáveis em sair do *status* de desempregado, e esta expressão se aproxima da lógica individualista. A implicação deste posicionamento é o não acesso aos direitos trabalhistas já que estão em condição de serem seus próprios capitalistas (SINGER, 2000). A ideia do “empoderamento”, da “autogestão” e

“autonomia” estão longe de estarem ligadas a qualquer projeto que tem como proposta superar o modo de produção capitalista, mas sim está vinculada a dinâmica vigente e dominante do mercado, que impulsiona cada vez mais o sujeito em condições de extrema pobreza a tentar empreender algo. Mas que esta tentativa empreendedora não vai garantir que ele tenha sucesso e, que, minimamente, consiga, com os recursos extraídos para sobreviver.

A noção de que a economia solidária, ainda com as suas contradições, consiga movimentar a dinâmica do emprego e renda, apresenta um discurso aprofundado em culpar e responsabilizar o indivíduo de maneira que apenas com o reforço e os recursos do sujeito que é possível conquistar as condições que lhe assegure alguma estabilidade na vida social. Assim, entende-se que a economia solidária que se instala como política pública se apresenta como paliativa para o desemprego e não uma alternativa ao capitalismo.

## CAPÍTULO 4.

### DOSSIÊ FORA DO EIXO: A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO

*Pedro pedreiro penseiro esperando o trem  
Manhã, parece, carece de esperar também  
Para o bem de quem tem bem  
De quem não tem vintém  
Pedro pedreiro espera o carnaval  
E a sorte grande no bilhete pela federal  
Todo mês  
(Chico Buarque)*

*Artista igual pedreiro  
(Título do álbum do Macaco Bong)*

No primeiro capítulo deste texto, procurou-se sintetizar a concepção da Rede de Coletivos Fora do Eixo, o processo de consolidação baseado na economia solidária e o modo de organização criado pela rede. No segundo capítulo, tratou-se da caracterização da gênese da rede de coletivos Fora do Eixo e a aproximação dos elementos que se relacionam, com a intenção de avaliar quais são as bases que sustentam esta rede. No terceiro capítulo, objetivou-se analisar a origem da economia solidária e como foi instalada no Brasil, sua premissa e também as críticas a esta política social e quais são suas implicações com a rede de coletivos.

Neste quarto capítulo, buscou-se analisar as transformações do mundo do trabalho, os impactos sofridos pela classe trabalhadora, com intuito de demonstrar como essas relações de trabalho da rede de coletivos Fora do Eixo se apresentam e como estão relacionadas com a economia solidária.

No que concerne ao objeto de estudo, é interessante notar que quanto mais destrinchamos as bases que estruturam esta rede, mais podemos observar sua semelhança com uma empresa do ramo cultural ligada ao capitalismo, o que foge a sua proposta de ser um circuito diferenciado no mercado.

A influência do Ministério da Cultura com o incentivo de recursos para a fomentação de políticas de cultura no país, em 2004, um ano antes do Fora do Eixo ser consolidado. E também no ano de 2013, em que as denúncias e críticas ao circuito aumentaram significativamente com a exposição da Rede de Coletivos no Programa Roda Viva, na TV Cultura.

#### **4.1 O DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) E O FORA DO EIXO**

O processo de desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) marcou os anos 1970, e trouxe várias transformações para o mundo do trabalho que estão presentes na contemporaneidade. Junto a essas modificações, surgiu também a crença sobre o “fim do trabalho” e a possibilidade de que um novo momento se instalasse com a inserção do trabalho on-line e digital: a “era da felicidade”. O que reflete não apenas em novas formas de trabalho, mas também no tempo livre, em que o trabalho é cada vez mais intensificado com as demandas maçantes originadas pelo acesso à tecnologia.

Em meio ao debate sobre o trabalho produtivo e improdutivo, a era do novo proletariado de serviço é abordada por Antunes (2018), como um período que, ao mesmo tempo em que se ampliou-se os tipos de empregos, há também um aumento considerável de desempregados. Aqueles que ainda mantinham o seu trabalho, também assistiam o desmonte dos direitos sociais em meio às controvérsias do capital destrutivo, o qual nesse movimento de queda de empregos regularizados e com direitos abrem espaço para o trabalho informal, intermitente, precarizado e “flexível”. O que acaba numa acirrada competição entre os trabalhadores e impulsiona a queda da remuneração.

O tema “fim do trabalho” e a caracterização emancipatória empregada a esta tese é analisada por Antunes (2018) com a concepção de que o homem sempre esteve na busca pela sobrevivência vinculada ao encontro da felicidade, e diante dessa perspectiva destaca que “[...] quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho – como muitas vezes ocorre no mundo capitalista e em sua sociedade do trabalho abstrato-, ela se converte em um mundo penoso, alienante, aprisionado e unilateralizado” (ANTUNES, 2018, p. 26). Desta maneira, a lógica do capital que impulsiona o trabalho abstrato sendo ele o responsável pela estruturação do trabalho que explora, entra sempre em conflito como trabalho concreto, o qual tende a criação de bens socialmente úteis. Para tal análise, Antunes (2018) aponta que é nesta dinâmica que reside a dialética espetacular do trabalho.

Mas é essa processualidade contraditória, presente no ato de trabalhar, que emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza, que (re)converte o estudo do trabalho humano em questão crucial de nosso mundo e de nossa vida. Nesse conturbado século XXI, o desafio maior é dar sentido autoconstituente ao trabalho humano de modo tornar a nossa vida fora do trabalho também dotada de sentido (ANTUNES, 2018, p. 26).

Tendo em vista que a produção de mercadorias vem se metamorfoseando em grande escala com o advento da informatização digital, é imprescindível a importância do trabalho vivo no processo de produção. Antunes (2018, p. 30) indica que em pleno século XXI, “[...] em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital”.

Portanto, a ‘longa transformação’ do capital chegou à era da financeirização e da mundialização em escala global, introduzindo uma nova divisão internacional do trabalho, que apresenta uma clara tendência, quer intensificando os níveis de precarização e informalidade, quer se direcionando à “intelectualização” do trabalho, especialmente nas TICs. Não raro, as duas tendências se mesclam e sofrem um processo de simbiose (ANTUNES, 2018, p. 30).

Sobre essas transformações no mundo do trabalho, a observação é de que o capital tem se apropriado de todos os formatos de trabalho e a geração de excedente que refletem na vida dos trabalhadores, desde os mais qualificados ao menos qualificados. Para Antunes (2018, p. 31) “o resultado dessa processualidade é que, em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em potencial gerador de mais-valor [...]”.

E é neste contexto que o Fora do Eixo está inserido, na dinâmica capitalista destrutiva, devido a sua condição de trabalho. Além dos avanços tecnológicos, os impactos com a queda da indústria fonográfica nos anos 2000, abriram esse leque de oportunidades para a rede de coletivos que se baseia na economia solidária, mais especificamente com a moeda social e nos clubes de troca, como analisaremos nos próximos itens.

Neste sentido, o mercado de cultura no Brasil, como já descrevemos, passa também por um longo período de escassez, no que tange aos recursos e fomentação de expressões culturais nas cidades, o que levou à motivação do FdE com a ideia de que, se não estava acontecendo nada no cenário cultural no país, no que tange a música independente, qualquer proposta poderia ser uma alternativa para sair da fase de estagnação que o ramo se encontrava. Ou seja, não se tratava somente de movimentar o cenário cultural, mas também proporcionar empregos e formas de subsistência para os trabalhadores deste nicho de mercado.

Em meio a esses acontecimentos, também houve no Brasil, no mesmo período, a consolidação do Ministério da Cultura, com o Programa Cultura Viva, no qual observou-se

uma estruturação muito próxima de como o circuito Fora do Eixo se apresenta, como já mencionamos.

No entanto, sob forte processo de reestruturação do capital desencadeado em escala global em 1970, que se mostra com a acentuada precarização da classe trabalhadora e também com a visão de um momento de avanços “positivos”, rumo a uma maior intelectualização do trabalho, principalmente aqueles ramos de trabalho ligados à tecnologia da informação. Desta forma, como demonstramos no primeiro capítulo, o Fora do Eixo se apresenta como uma rede de coletivos que teve grande impacto no cenário cultural, devido à escassez das expressões culturais no Brasil. Tendo uma conexão com outras redes e coletivos, a proposta do Fora do Eixo de fomentar cultura está estruturada com base nas diretrizes da economia solidária, esta que já tratamos no capítulo 2, com uma semelhança muito próxima dos pontos de cultura do projeto “Cultura Viva” do Ministério da Cultura e com a prática efetiva de trocas de moedas próprias, como o “Cubo Card”, dentro de uma premissa de produção muito característica da nova morfologia do trabalho analisada por Antunes (2018), em que esses trabalhadores “oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão” (ANTUNES, 2018, p. 34).

Assim, observa-se uma diferenciação dos modelos de antecessores que foram vigentes em décadas passadas como o taylorismo-fordismo.

Na primeira variante, acentua-se os elementos destrutivos em relação ao trabalho, enfatizando-se que as novas formas vigentes de valorização do valor, ao mesmo tempo em que trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, precarizam, informalizam e expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados. Na segunda linhagem, a ênfase está centrada em pro-trabalho informatizado, dotado de um maior traço cognitivo e que por isso estaria se diferenciando do trabalho maquínico, parcelar e fetichizado que esteve presente ao longo do século XX, de matriz taylorista-fordista (ANTUNES, 2018, p. 65).

Antunes (2018) analisa que, ao contrário da “retração ou descompensação da lei do valor”, o mundo atual assiste a um considerável crescimento de formas de funcionamento, dentro da lógica da nova morfologia do trabalho. Que, de certa forma, está ligada as manifestações de trabalho informal e que, com os avanços das tecnologias da informação e comunicações (TICs), num processo de multifacetado, observa-se uma dinâmica de captação de excedente muito perversa.

Assim, nesse universo caracterizado pela subsunção do trabalho ao mundo maquínico (seja pela vigência da máquina-ferramenta do século XX, seja pela máquina informacional-digital dos dias atuais), o trabalho estável, herdeiro da fase taylorista-fordista, relativamente moldado pela contratação e pela regulamentação, vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade, de que são exemplo o trabalho atípico, os trabalhos terceirizados (com enorme variedade), o “cooperativismo”, o “empreendedorismo”, o “trabalho voluntário” e mais recentemente os trabalhos intermitentes (ANTUNES, 2018, p. 67).

Desta maneira, a nova morfologia do trabalho envolve diversos modos de ser da informalidade, cujo universo do trabalho dito inviabilizado se expande e acarreta na ampliação dos mecanismos que geram valor, sobretudo com a aparência de que não geram valor algum com a utilização de uma mistura dos velhos e novos modelos, bem como os que podem ser destacados como autoexploração (ANTUNES, 2018).

Para tanto, devemos nos atentar para essas transformações nos modelos de produção e o debate acerca da centralidade do trabalho que abrangem esses modos atuais da informalidade.

#### **4.1.1 Reestruturação Produtiva e a Rede de Coletivos Fora do Eixo**

O debate sobre o “fim do trabalho” foi desenvolvido por André Gorz e Jürgen Habermas, tendo como premissa a defesa de que a centralidade está na comunicação e não mais no processo de trabalho (ANTUNES, 2000). Gorz desenvolveu sua análise sobre esta “não centralidade do trabalho”, em seu texto “Adeus ao Proletariado”, que se configura num novo padrão voltado ao estudo da subjetividade e das tecnologias de maneira central. No entanto, o trabalho continua fundante no processo de produção e acumulação do capital. O que muda, na verdade, é que, com a inserção de tecnologia e da subjetividade como peça importante, o indivíduo passa a trabalhar mais e a sofrer todas as pressões no processo de trabalho. Investe-se em mais capital constante do que em capital variável tendo um aumento da composição orgânica do capital, a tal modo que é a força de trabalho que vai gerar esse processo de flexibilização e que marca a passagem desses tempos históricos. Exige-se habilidade exclusivamente apenas do trabalhador para que opere as máquinas.

Essa mudança na composição técnica do capital, o crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que vivifica, reflete-se em sua composição em valor, no acréscimo da componente constante do valor do capital à custa de sua componente variável (MARX, 1984, p. 194).

Esses processos são corriqueiros desde a crise de superprodução de 1929, nos Estados Unidos, com a incorporação do taylorismo/fordismo e a produção em massa, até a crise que assolou esse modo de produção, tendo como resposta a inserção do toyotismo, cujo modo de produção se consistia na produção por demanda, trabalho em equipe, modelo *justintime* e *kanban* (ANTUNES, 2000).

Para tanto, faremos uma exposição sobre estes modelos de produção para compreender quais foram as suas transformações e os reflexos que levaram as novas formas de extrair mais-valia.

No final do século XIX, Frederick Winslow Taylor (1856-1915), desenvolveu os princípios da administração “científica” mediante a pesquisa sobre a cronometragem e a divisão do trabalho, tendo em vista a observação de que, ao supervisionar os processos de produção, conseguiria obter mais resultados.

Taylor propôs isso à gerência da fábrica onde trabalhava, como forma de otimização da produção, que aceitou e o incumbiu de aplicar pessoalmente seus métodos, para a tragédia de seus companheiros. Após sofrer sucessivas derrotas frente aos trabalhadores e seus sindicatos, finalmente desenvolveu um sistema de organização do trabalho que, especialmente com o advento das guerras mundiais, acabou por ser implantado em muitos estabelecimentos, difundindo-se largamente por diversos ramos industriais em vários países (PINTO, 2013, p. 26).

Taylor somente obteve repercussão nas indústrias com a sua técnica no século XX, em que, em especial, com a base conceitual e prática de Henry Ford, na fábrica de automóveis em 1913, os seus princípios foram espalhados pelo mundo durante as duas guerras mundiais (PINTO, 2013).

Diferente do sistema comum de administração anterior ao desenvolvimento de Taylor, as novas estratégias da administração científica. Assim, nas palavras de Taylor:

Sob o sistema antigo de administração, o bom êxito depende quase inteiramente de obter a iniciativa do operário e raramente a iniciativa é alcançada. Na administração científica, a iniciativa do trabalhador (que é seu esforço, sua boa vontade, seu engenho) obtém-se com absoluta uniformidade e em grau muito maior do que é possível sob o antigo sistema; e em acréscimo a esta vantagem referente ao homem, os gerentes assumem novos encargos e responsabilidades, jamais imaginados no passado. À gerência é atribuída, por exemplo, a função de reunir todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíam os trabalhadores e então classifica-los, tabulá-los e reduzi-los a normas, leis ou fórmulas, grandemente úteis ao operário para a execução de seu trabalho diário. Além de desenvolver deste modo uma ciência, a direção exerce três tipos de atribuições que envolvem novos e pesados encargos para ela (TAYLOR, 1986, p. 51).

Segundo Taylor (1986), as novas atribuições conferidas à gerência foram agrupadas em quatro tipos. Sendo elas:

Primeiro – Desenvolver para cada elemento do trabalho individual uma ciência que substitua os métodos empíricos. Segundo – Selecionar cientificamente, depois treinar, ensinar e aperfeiçoar o trabalhador. No passado ele escolhia seu próprio trabalho e treinava a si próprio como podia. Terceiro – Cooperar cordialmente com os trabalhadores para articular todo o trabalho com os princípios da ciência que foi desenvolvida. Quarto – Manter a divisão equitativa de trabalho e de responsabilidade entre a direção e o operário. A direção incumbe-se de todas as atribuições, para as quais esteja mais bem aparelhada do que o trabalhador, ao passo que no passado quase todo trabalho e a maior parte das responsabilidades pesavam sobre o operário (TAYLOR, 1986, p. 51-52).

Henry Ford (1862-1947) possui trajetória marcada pela ideia de padronizar a produção em grande escala, tendo em vista a redução dos gastos com a produção. Com isto, a inserção do sistema taylorista nas empresas de Ford, com a linha em produção em série e a locação do objeto de trabalho num mecanismo automático que corresse pelas etapas produtivas consecutivamente (PINTO, 2013, p. 35).

A linha de montagem fordista apresenta os elementos básicos seguintes:

a) Um mecanismo de transferência, que pode ser um trilho, uma esteira, ou um conjunto de ganchos ligados a um mecanismo de tração integrado a um comando único que lhe transmite um movimento regular ao longo do tempo. A cada um desses ganchos, ou em cima da superfície da esteira, os objetos de trabalho são atados e assim transferidos para praticamente todas as seções de trabalho em que se divide o setor de produção, sofrendo a intervenção dos trabalhadores (que, por sua vez, se encontram distribuídos uniformemente em cada ponto dessas seções) até que possa ser, então, retirado dessa linha, testado, embalado e levado ao estoque de produtos acabado; b) Um conjunto de postos de trabalho uniformemente dispostos lado a lado, a cada trecho por onde passa o objeto de trabalho trazido pelo mecanismo de transferência, e nos quais já estão presentes, na forma de pequenos estoques e com mecanismos que permitam seu mais fácil acesso aos trabalhadores, os instrumentos, as ferramentas e as matérias-primas que serão utilizadas por eles na tarefa estritamente determinada que têm para cumprir. Esses postos de trabalho são geralmente numerosos, ocupados por um trabalhador cada e ordenados de forma linear e, sendo mínima a intervenção de cada um na produção como um todo (correspondendo a um número pequeno de operações), a cada um deve ser levado o objeto de trabalho semitransformado no mesmo ritmo (PINTO, 2013, p. 36).

Com esta experiência taylorista/fordista na empresa de Henry Ford, em 1913, buscou-se exigir ao máximo dos trabalhos a agilidade nas jornadas de trabalho, num sentido de que a cada atividade laboral prestada fosse empregado valor aos produtos. No sistema taylorista a intensificação do trabalho humano presente por meio do controle do tempo de execução de

cada ação na produção, e já no sistema fordista a linha de montagem permitia o aumento da velocidade para alcançar o crescimento de produtividade, o que faz com que aumentasse a taxa de mais-valia e consecutivamente os lucros empresariais (PINTO, 2013).

No longo ciclo de crescimento econômico baseado na produção e consumo de massa, até meados 1970, a indústria alinhou suas táticas para a produção padronizada em grande escala, visando a crescente cooptação tecnológico para garantir a qualidade e exclusividade dos produtos (PINTO, 2013). Assim, destaca-se a consecução desses objetivos exigia, porém, os seguintes requisitos:

1. Alta flexibilidade da produção, ou capacidade de produzir diferentes modelos de produtos num curto tempo, mantendo-se ou não a larga escala; 2. Altos índices de qualidade nos produtos, o que reduziria inclusive custos de produção, em vista do baixo volume de retrabalho; 3. Baixos preços finais, o que poderia ser obtido não apenas pela redução do re-trabalho e pela flexibilidade produtiva, mas também através da manutenção de uma “fábrica mínima”, operando sempre com baixíssima capacidade ociosa, tanto em termos de equipamentos, quanto de estoques e de efetivos de trabalhadores; 4. Entrega rápida e precisa, com os pedidos sendo entregues no momento exato estipulado pelo cliente, na quantidade exata e com um controle de qualidade que lhe garantisse pronta utilização na maioria dos casos (PINTO, 2013, p. 45).

Essas transformações no modo de produção contribuíram para questões sobre o sistema taylorista/fordista vigente até os tempos atuais de inserção da flexibilização da produção. Desta forma, o contexto de 1970 impulsionou uma nova configuração no mundo do trabalho que deixa de lado as condições de trabalho que, anteriormente, era por série e demanda. Ou seja, os modelos taylorista/fordista tornaram-se um modelo que não atendia mais o crescimento econômico.

O desequilíbrio econômico de nível macro e micro, dada às condições resultantes dos choques de petróleo, por meio da “Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), em 1973 e em 1979, bem como devido às sucessivas valorizações e desvalorizações do dólar, praticamente importas pelos EUA a partir de então, como em 1978 e em 1985” (PINTO, 2013, p. 44).

Essas instabilidades possibilitaram a vigência do novo regime de acumulação do capital denominado por Harvey de “acumulação flexível” que apresentou um processo contrário da rigidez presente no fordismo.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos

mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992 p. 140).

De acordo com Harvey (1992), no período entre os anos 1965 e 1973, houve a percepção de que o fordismo e o keynesianismo não possuíam mais capacidade para conter as contradições próprias do sistema capitalista. Na decorrência dessas crises, em 1970, Harvey (1992, p. 140) aponta para um “conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político”. Juntamente a esta avaliação, Harvey (1992) também ressalta que as oscilações e instabilidades geradas pelas crises, levaram à modificação do padrão organizacional de produção industrial, assim destacando um período de passagem de um regime de acumulação para outro novo, o qual confronta a rigidez do fordismo com a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

O toyotista como sistema de organização do trabalho apresenta diferenças comparadas ao sistema taylorista/fordista. Uma característica contrária ao modo de produção taylorista/fordista é o fato de que toyotismo nasceu num contexto lento de crescimento econômico, que apresentava particularidades como um crescimento pela procura de todos os tipos de bens e serviços, porém com baixa demanda. O toyotismo então surge após a Segunda Guerra Mundial, cujo ambiente era propício para a inovação e com o crescimento da competitividade no Japão. Dentre as características deste sistema, a *Kanban*, que se trata da descentralização das atividades relativas ao controle das encomendas e das fabricações.

Essa descentralização de funções – antes limitadas a departamentos distintos e situados em locais diferentes no espaço da fábrica, mas agora concentrados em postos de trabalho onde operam trabalhadores polivalentes – acompanhada como foi de uma série de aparatos como o sistema de informações e transporte interno (*Kankan*), exigiu novo *layout* da planta fabril, no objetivo de viabilizar a produção em fluxo contínuo, evitando-se, aliás, o deslocamento desnecessário de trabalhadores e insumos (PINTO, 2013, p. 66).

As condições de formalização do sistema toyotista foram, então, reformulando o espaço da produção pela “celularização”, que se configura na organização dos postos de trabalho em grandes conjuntos abertos, em que as equipes que vão até o processo de montagem par realizar o trabalho. Assim, percebe-se que o estilo de linha de montagem fordista ganha novo formato, sendo caracterizado por “células de produção”. Pinto (2013, p.

67), relata que “a combinação entre automação, polivalência e celularização, promoveu uma realocação das máquinas por trabalhador [...]”. E para esta modificação no formato de produção, é importante que haja a sincronização dos postos e das células entre si. Assim, o processo de produção tornou-se ainda mais cronometrado no sentido de controle da produção, com o padrão conhecido como *just-in-time* (no tempo certo) (PINTO, 2013, p. 69).

## **4.2 A CENTRALIDADE DO TRABALHO E A QUESTÃO DO TRABALHO IMATERIAL**

Com a diminuição dos empregos e, ao mesmo tempo, o crescimento das atividades que visavam à intelectualidade, discussões sobre o trabalho imaterial começaram a aparecer com a ampliação dos “setores de serviços”, devido o advento da reestruturação produtiva, na década 1970, o qual aponta o “fim da centralidade do trabalho” no mundo capitalista contemporâneo (ANTUNES, 2000).

Para Lazzarato e Negri (2001), as lutas operárias e sociais, à época, foram contra os movimentos de retomada dos capitalistas e contribuíram para o surgimento da autonomia do trabalhador. “O trabalho imaterial tende a torna-se hegemônico, de forma totalmente explícita” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 27).

Sobre isto, Gorz (2005), discorre junto à linha de pensamento de Lazzarato e Negri (2001), a respeito das potencialidades do trabalho no campo da autonomia em que destaca o saber do indivíduo mais valioso que o tempo da máquina. Com este pensamento, o homem também carrega consigo o capital e o capital da própria empresa. O que fica em evidência é “a inteligência, a imaginação e o saber que juntos constituem o capital humano” (GORZ, 2005, p. 16). Para Gorz (2005), o trabalho material não aparece neste processo como no processo de produção taylorizado e do pós-fordismo, ele o coloca como um momento subalterno, e define o trabalho imaterial como central para a criação do valor.

Desta forma, ele aponta a subjetividade como o cerne deste processo inovador do trabalho, o qual se configura de maneira oposta ao processo de produção anterior a este. Para Gorz (2005), Lazzarato e Negri (2001) o capital pode ser definido como fixo material e imaterial. O primeiro é posto durante o capitalismo moderno centralizado pela valorização das massas e o segundo é o que tem retirado o capital material, sendo assim classificado o

primeiro como “capital humano”<sup>30</sup>. O trabalho imaterial, para Lazzarato e Negri (2001) estabelece uma relação que possui independência sobre o tempo de trabalho imposto pelo capital. Outro ponto avaliado é que esta relação é destacada como autônoma, no que tange à exploração do trabalho. Este processo fica compreendido a partir do momento em que o sujeito pode produzir de maneira individual e coletiva em vista da capacidade de fruição.

[...] pode-se dizer que quando o trabalho se transforma imaterial e o trabalho imaterial é reconhecido como base fundamental da produção, este processo não investe somente a produção, mas a reforma inteira do ciclo “reprodução-consumo”: o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 30).

Assim, é reforçado por estes autores que o trabalho passou para uma nova configuração, na qual o indivíduo, munido de novas obrigações e levado pela motivação e por possuir uma postura diferenciada no processo de produção, que denominam de trabalho imaterial (LAZZARATO; NEGRI, 2001). Estas dimensões estão distantes do pensamento marxista acerca do modo de produção capitalista, pois têm como característica o produto imaterial, fruto da “indústria humana”.

Para Úrsula Huws (2014), ainda que seja um desafio trazer o debate de Marx para a contemporaneidade, é possível, sim, analisar as transformações do mundo do trabalho sob a luz da teoria marxista ainda que os conceitos desenvolvidos por Karl Marx tenham sido escritos em meados do século XIX.

[...] é possível utilizar a teoria de Marx nas condições atuais para definir o que é, ou não é, uma mercadoria, para identificar o local de produção de tais mercadorias, sejam materiais ou imateriais, e para definir a classe trabalhadora global em relação a esses processos de produção. Para proceder de tal maneira, entretanto, é necessário reexaminar a teoria do valor trabalho em todas as suas dimensões (HUWS, 2014, p. 14).

Huws (2014) desenvolve que “a teoria do valor trabalho é o nó que está no centro da conceitualização de Marx sobre o capitalismo como uma relação social” (HUWS, 2014, p. 14). Com isto, expõe três situações: a necessidade de subsistência dos trabalhadores; seu trabalho; e a mais-valia expropriada dos resultados desse trabalho, sem a qual o capital não pode ser acumulado ou o capitalismo se perpetuar (HUWS, 2014).

---

<sup>30</sup> “O conceito de capital humano foi desenvolvido por Theodoro Schultz para explicar a função agregada macroeconômica sobre as diferenças sociais” (BARBOSA, 2007, p. 207-208).

No capítulo VI, Inédito, Marx (1978) traz a característica da subsunção formal e real do trabalho ao capital. Com base na subsunção real do trabalho ao capital nasce um modo de produção dito como “tecnologicamente específico”, que se desenvolve a partir das diversas formas que produzem a mais-valia relativa. No entanto, a produção capitalista configura-se como um padrão de continuidade, este ocorre pela subsunção formal à subsunção real ao capital (MARX, 1978, p. 66). Deste modo, este processo ocorre a partir de uma revolução total, que tende a continuidade com a “produtividade do trabalho e na relação entre o capitalista e operário” (MARX, 1978, p. 66).

Neste processo há um aumento da força de trabalho e isto se dá ao passo da utilização de suportes. “Desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho, e, por força de trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata” (MARX, 1978, p. 66). Ocorre, então, a superexploração<sup>31</sup> da força de trabalho para ampliar a mais-valia sem a preocupação com a barbarização da vida social gerada (BEHRING, 2008). Destaca-se que o capitalista se apropria do valor criado pelo trabalhador ao não pagar o equivalente ao trabalho (MARX, 1996).

Para Marx (1978) há a ideia do que, de fato, pode ser considerado como mercadoria, principalmente no que diz respeito à acumulação do capital por meio da extração da mais-valia com redução de custos e também com a redução do tempo necessário para a realização do trabalho. Desta forma, a respeito da teoria do valor-trabalho, o processo de trabalho é um meio de valorização do capital. Este formato é produtivo devido ao trabalho se apresentar como mercadoria, porém há o trabalho que pode ser considerado mercadoria individual, que representa uma parte alíquota e se traduz em trabalho não pago que, por sua vez, gera um produto que não representa gastos para o capitalista (MARX, 1978). “É produtivo o trabalhador que executa trabalho produtivo, e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital” (MARX, 1978, p. 71).

No que tange ao trabalho produtivo, Marx (1978) define que o trabalhador vende a sua força de trabalho, e este sujeito possuidor da força de trabalho vende o trabalho vivo e não apenas uma mercadoria. Portanto, este consiste em um trabalhador assalariado. Com isto, Marx (1978) chega à conclusão de que nem “todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo” (MARX, 1978, p. 72). O consumo privado

---

<sup>31</sup> A categoria “superexploração da força de trabalho” utilizada nesta pesquisa não se trata da análise realizada por Ruy Mauro Marini.

para Marx (1978) não é considerado produtivo, nem mesmo os seus executores são considerados produtivos, estes não se transformam em fatores do capital.

Marx (1978) explica melhor com um exemplo sobre o trabalhador produtivo e improdutivo quando ressalta as profissões que não produzem algo concreto e mensurável.

Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário (*entrepreneur*), que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que produz diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário (*entrepreneur*) da instituição que trafica com o conhecimento (*knowledge mongering institution*), é trabalhador produtivo (MARX, 1978, p. 76).

Para tanto, os pontos que diferem o trabalho produtivo do improdutivo estão entre a relação de troca do dinheiro pelo dinheiro ou por dinheiro como capital. Desta forma, para a realização do trabalho produtivo também tende haver a pressão do capitalista, que dirige a exploração deste trabalho para garanti-lo. Sendo assim, “[...] a classe capitalista é a classe produtiva por excelência (por *excellence*)” (MARX, 1978, p. 80).

Santos (2013), em uma recente análise sobre *O Capital* de Marx, leva em conta as categorias marxianas como expostas a um percurso progressivo que passa do simples para o complexo, num processo que busca compreender as múltiplas determinações que constituem o concreto. Com isto, Santos (2013) também considera que o trabalho produtivo segue o seu próprio movimento conceitual. Com isto, sob a luz da obra de Marx, *o Capítulo IV Inédito*, identificou três níveis do trabalho produtivo como fundamentais para a compreensão do trabalho imaterial. O primeiro nível trata-se do processo de trabalho sob a forma simples produção de valor de uso que tem a ver com o suprimento das necessidades humanas que ultrapassam o modo de produção; o segundo nível é sobre o processo de trabalho na ordem do capital, e se caracteriza no processo que aparece quando ocorre a generalização intensiva e extensiva na forma de mercadoria, com a separação dos seus meios de produção; e o terceiro nível diz respeito à exploração da capacidade de trabalho socialmente combinada, cuja análise esta sustentada na concepção de subsunção real do trabalho ao capital com a junção das tecnologias aos processos de produção, e que passa do conceito de trabalhador individual para trabalhador coletivo (SANTOS, 2013).

Para Huws (2014), a relação de trabalho pode ser entendida como uma forma agressiva aos trabalhadores e que cada nó feito pelo sistema capitalista tem sua função.

A expropriação de trabalho é o ato de violência no centro dessa relação, e é o tempo de trabalho dos trabalhadores que constitui o âmago da luta dessa mesma relação, de maneira que um entendimento sobre como e sob que circunstâncias essa expropriação se realiza é crucial para a compreensão tanto do capitalismo como um sistema quanto para o entendimento sobre que trabalhadores podem ser considerados como pertencentes à classe trabalhadora. O nó não pode ser desfeito: cada laço é essencial para manter o sistema unido (HUWS, 2014, p. 14-15).

Neste sentido, Huws (2014) traz o debate sobre o trabalho digital na contemporaneidade como ponto inicial para compreender os fatores que devem ser levados em consideração para a construção de qualquer conteúdo que se baseie na teoria de Marx. Assim destaca três fios que tenta desembaraçar: 1) a vida; 2) o trabalho; e 3) o valor (HUWS, 2014). O primeiro tem a ver com a subsistência do trabalhador que implica uma série de questões que vão influenciar diretamente, como, por exemplo, o trabalho assalariado, sistema de crédito, o Estado com a seguridade social, saúde, educação etc. Sobre trabalho e valor, Huws (2014) analisa o trabalho produtivo e improdutivo.

Trata-se de uma diferenciação entre trabalho que é diretamente produtivo para o capitalismo como um todo (que pode ser chamado de reprodutivo) e trabalho que é diretamente produtivo para capitalistas individuais (que, pela falta de um termo melhor, chamei de “diretamente produtivo”) (HUWS, 2014, p. 15-16).

Huws (2014) desenvolve ainda sobre o trabalho remunerado e não remunerado, tendo como ponto de partida para a sua análise as relações de gênero. Destaca que embora dependente de outras formas de trabalho para sua reprodução a forma por excelência de trabalho que caracteriza o capitalismo, é trabalho que produz valor para o capital e produz a renda que é necessária para a sobrevivência do trabalhador.

Assim, Huws (2014), apresenta um quadro que explicita como compreende esta relação entre trabalho remunerado e não remunerado. Como destacamos acima a respeito do trabalho assalariado segundo Marx, que abrange como produtivo ou improdutivo. A autora traça uma distinção entre os trabalhadores remunerados reprodutivos para a sociedade capitalista em geral, como administração pública, incluindo ONGs e serviços privados oferecidos individualmente; trabalhos não remunerados reprodutivos que são os trabalhos domésticos, como cuidar de crianças, manutenção doméstica, atividades culturais não mercantis, etc.; trabalhos remunerados diretamente produtivos para empresas capitalistas individualistas, com a produção de mercadorias; e trabalho não remunerado diretamente produtivo, como trabalho de consumo (HUWS, 2014).

Com isto, destaca que esta análise excluiria os trabalhos realizados informalmente, como o *freelancer*, trabalhos por peça, entre outros, que apesar de não estarem na dinâmica do capital, contribuem diretamente para a acumulação do capital e para a subsistência dos trabalhadores. Desta forma, Huws (2014) defende que definir o trabalho como produtivo, no sentido de Marx, ignora a realidade de que existe uma quantidade considerável de trabalho não remunerado que produz valor diretamente ao capital, sem contribuir para a subsistência do trabalhador. Para esclarecer, Huws (2014) destaca “[...]o trabalho ‘dentro do nó’ constitui um subconjunto de todo o trabalho e está se expandindo rapidamente rumo a se tornar a esmagadora maioria do trabalho remunerado” (HUWS, 2014, p. 17).

Huws (2014) desenvolve sua proposta de desmistificar a relação entre trabalho digital e outras formas de trabalho. Desmistifica a ideia de que o trabalho digital, bem como o trabalho imaterial ou aquele baseado no imaterial, seja um novo campo de atividade econômica. Então reforça que, na verdade:

É simplesmente uma expressão do crescimento da complexidade da divisão do trabalho, com a fragmentação de atividades em tarefas separadas, tanto mentais quanto manuais, crescentemente passíveis de serem dispersas geográfica e contratualmente para diferentes trabalhadores, que podem mal saber da existência um do outro (HUWS, 2014, p. 17).

Santos (2013), também apresentou elementos que se assemelham com a concepção de Huws (2014). Ao analisar a obra de Marx no capítulo Inédito, destaca que o trabalho imaterial tem compatibilidade entre as tendências do capital, além de contribuir para a sua reprodução. Santos destaca que Marx não deixou explícito uma teoria sobre o trabalho não-material, porém vários elementos dos autos contribuem para o diagnóstico do trabalho imaterial. Desta forma, os teóricos do trabalho imaterial não validam a categorial capital variável nesta nova configuração do mundo do trabalho, além de defenderem a ausência da exploração nas relações de trabalho imaterial.

Com o crescimento deste debate sobre os rumos que o mundo do trabalho tem tomado, as análises sobre essas modificações apontam que os empregos informais e precarizados cresceram. Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNDA), disponibilizados pelo IBGE, em 1993 o número de pessoas desocupadas no país era de 3,3 milhões e em 1999 esse número triplica com aproximadamente 7,6 milhões de pessoas desocupadas, com aumento de 131% (MELO; SABABATO, 2000).

A qualidade do emprego no Brasil deteriorou, no que tange aos direitos trabalhistas, e este processo de modificações após a inserção da reestruturação produtiva acompanha a agenda neoliberal no país.

A reestruturação produtiva, como sabemos, vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação dos direitos, no corte dos gastos sociais em deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mérito” individuais – elemento que também desconstrói as identidades, jogando indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência. Assinala-se, então, que o caráter da organização do trabalho na revolução tecnológica em curso é desagregador da solidariedade de classe e regressivo (BEHRING, 2008, p. 37).

Junto ao crescimento do desemprego e da precarização do trabalho formal e o aumento dos empregos informais, projetos com ênfase no “empoderamento” e o “empreendedorismo” apareceram como solução ou resposta para esta condição posta pelo conflito capital/trabalho (CARVALHO, 2014). Projetos estes que são incentivados pelas políticas-econômicas orientadas pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). No caso do “empoderamento”, o Banco Mundial foi o responsável em inserir este projeto pautado na intenção de reforçar a capacidade dos indivíduos com o incentivo à liberdade de escolha para a transformação da condição financeira. A intenção posta para que o sujeito aprenda a negociar, controlar e influenciar outras pessoas neste processo (CARVALHO, 2014). Segundo Ivy de Carvalho (2014), o “empoderamento” foi espelhado em projetos de outros países que obtiveram resultados positivos na avaliação do Banco Mundial. Assim, o “empoderamento” é uma forma de reforçar a necessidade dos próprios indivíduos resolverem os seus problemas sociais, e que esses resultados positivos, na verdade, obtidos como inspiração para lançar o projeto no Brasil, são fruto da determinação e recursos dos próprios indivíduos, e não oferecidos pelo Estado (CARVALHO, 2014).

Porém, para darmos sequência a exposição deste discurso é importante ressaltar que o termo “empoderamento” foi utilizado anteriormente às esses agentes citados acima. Moraes (2018) apresenta um levantamento sobre os fundamentos históricos do uso do termo “empoderamento” que aponta as diversas finalidades e pontos de vista diferentes.

[...] o termo “empoderamento”, conforme utilizado a partir da década de 1970, é bem diferente da noção de “empoderamento” utilizada no século XIX, o qual se referia a um poder “autorizado” por um superior, seja no Estado, na hierarquia religiosa ou em cargos profissionais. De acordo com Bacqué e Bienwener (2015), tanto nos países do sul quanto do norte, na década de 1970, a aparição do termo

“empoderamento” tem um mesmo fundamento: a oposição às formas de autoridade hierárquica impostas de cima para baixo (especialmente por Estados fortes), e a consequente demanda pelo reconhecimento dos marginalizados e subalternos (MORAES, 2018, p. 3).

O “empoderamento” antes do século XIX, estava relacionado às lutas por justiça social, como na Índia nos séculos XII e XIII. Nos séculos recentes, já com outra conotação, o termo passa a ser revitalizado e recebe um significado político no século XX, e neste processo não podemos deixar de lembrar a forte influência dos movimentos sociais em ascensão entre os anos de 1960 e 1970, que despertaram muitos debates sobre o feminismo e o “empoderamento” da mulher, além de diversas outras pautas.

Em 1990, os agentes como o Banco Mundial, a ONU e o FMI, adotaram o uso do termo como uma “dimensão das políticas públicas”, o qual se tornou, com isto, a “palavra da moda” (MORAES, 2018, p. 5). Assim, o entendimento sobre o que antes estava ligado ao conteúdo político mais progressista de transformação social, fica perdido e ampliasse a entrada deste termo no campo empresarial (MORAES, 2018). Para explicar melhor esta constatação, Moraes (2018) ressalta dois tipos de “empoderamento”, o libertador e o liberal. Sendo o “empoderamento” libertador que segue os princípios da educação popular, com influências teóricas, como Paulo Freire sobre a pedagogia do oprimido (BALTIWALA apud MORAES, 2018). E o “empoderamento” liberal que aparece com a internacionalização de sua proposta de uso economicista, resultante do manifesto DAWN<sup>32</sup>, tendo como característica a sua despolitização.

Desta forma, o Banco Mundial com a pretensão de que o “empoderamento” tivesse adesão, lançou um livro intitulado “Empoderamento e redução da pobreza: uma coletânea”, para guiar, então, o caminho até o “empoderamento” para esses sujeitos.

O discurso de equidade também está presente nas considerações do Banco Mundial a respeito do “empoderamento”, ao enfatizar a ideia de igualar o ponto de partida de cada indivíduo para a transformação da realidade e diminuição da pobreza, porém, isto tem que ser realizado de acordo com o esforço de cada indivíduo (CARVALHO, 2014). Assim, a melhor definição para o “empoderamento”, segundo o Banco Mundial, é de “potenciação” dos sujeitos (CARVALHO, 2014, p. 150).

---

<sup>32</sup> “O manifesto DAWN foi apresentado no foro das ONGs da conferência de Nairobi em 1985 e publicado em 1987, intitulado ‘*Development, Crisis and Alternative Visions. Third World Women’s Perspectives*’” (BACQUÉ; BIENWENER apud MORAES, 2015, p. 9).

O Banco Mundial também ressalta sobre as “áreas de aplicação prática do “empoderamento”, que trata de várias questões as quais delas três nos chama a atenção, como: 1) a aplicação de serviços básicos que oferece condições para governos com baixos recursos comunitários por meio de modelos institucionais. Porém, não é bem assim que ocorre, e, segundo Carvalho (2014), há uma relação de investimento para o incentivo ao crédito nos governos de países periféricos; 2) A melhoria da governança nacional, que implica apontar as relações causais de compensação política com intuito de defender reformas e mecanismos compensatórios para as pessoas mais pobres e que são mais vulneráveis; 3) O desenvolvimento de um mercado “pró-pobre”, que, neste caso, a ideia é de ofertar o conhecimento sobre o “empoderamento econômico”, que vai tratar do “bem-estar” dos pobres (CARVALHO, 2014, p. 152).

O Banco Mundial apresenta também em um “Relatório sobre o desenvolvimento Mundial 2000/2001”<sup>33</sup>, a estratégia para o “combate à pobreza” com a mobilização dos seus próprios recursos.

A estratégia apresentada neste relatório reconhece que a pobreza é mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação. Esta visão multidimensional da pobreza aumenta a complexidade das estratégias de redução da pobreza, porque é preciso levar em conta outros aspectos, como os fatores sociais e as forças culturais. Para enfrentar essa complexidade, é preciso autonomia e participação: local, nacional e internacional (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 12).

Neste sentido, o Banco Mundial, como relata Carvalho (2014), diz que o sujeito que está em condição de pobreza tem, por ele mesmo, que arrumar uma forma de garantir sua renda para a subsistência. O foco sobre a dependência da pobreza para gerar a acumulação de riqueza é retirado, e a “questão social” é transformada em uma fonte rentável para as organizações sociais, como a “economia solidária”, ONGS e “terceiro setor”. O que deixa o Estado isento de assumir obrigações sociais e livre para aplicar o orçamento público para projetos voltados ao mercado, para o pagamento do serviço da dívida, etc.

Os pobres devem se envolver em meios produtivos de subsistência e mobilizar seus próprios (e escassos) recursos para saírem da situação de pobreza. E isto onerando aos sujeitos por responsabilidade do Estado (CARVALHO, 2014, p. 152).

E é neste contexto que a economia solidária se apresenta, tendo em vista que sua premissa é tornar os sujeitos em “empreendedores empoderados”, e que possam tomar conta do seu próprio negócio sendo os “patrões de si mesmo”. Este discurso de “empoderamento” do indivíduo retarda o enfrentamento da “questão social”, no que tange a falta de emprego.

---

<sup>33</sup> BANCO MUNDIAL, 2001.

Portanto, percebe-se que há um grande interesse do BM, do FMI e a ONU em financiar esses projetos de enfrentamento à pobreza e aumentar a dependência dos países periféricos e responsabilizar os indivíduos sobre o sucesso e o fracasso da sua vida (CARVALHO, 2014).

Neste contexto, observa-se que a cultura do autoemprego tem crescido juntamente do aumento da informalidade, que desde 1990 é expressivo. O cenário se expressa nas relações postas entre a despolitização das alternativas societárias e a queda dos movimentos populares que caminhou para um conflito de classes e penalização do trabalho (BARBOSA, 2007).

A decorrência disso é a reprodução desses fatores que promovem a fragilidade do trabalho em termos de oferta efetiva e de proteção social – como a informalização -, originando o auto-emprego e as práticas de economia solidária (BARBOSA, 2007, p. 61).

Barbosa (2007) destaca dois eixos temáticos que sustentam a compreensão da cultura do autoemprego, que são:

1) defesa do trabalho por conta própria como uma realidade concreta intangível e como mobilizadora das virtudes empreendedoras de “empresariamento de pequeno porte”; 2) difusão da “sociedade por conta própria” como alternativa para a diminuição da intervenção estatal na promoção do emprego assalariado e na garantia de direitos sociais tendentes à universalização (BARBOSA, 2007, p. 67).

Os dois eixos temáticos amparam essa cultura que fornece base para a legitimação do autoemprego como tendência de enfrentamento da crise social capitalista como significado também no segmento da economia solidária. Esta cultura, portanto, seria uma forma de concentrar os processos de produção que repercutem na dominação econômica e política com a pretensão de “formação de consciência e práticas das classes sociais”. E com isto, é possível intermediar a crise do capital com estas novas formas de controle do trabalho, como o autoemprego e a economia solidária (BARBOSA, 2007, p. 67). Barbosa afirma que esta cultura:

[...] é a dimensão formadora de subjetividades coletivas que amalgam as classes sociais ao projeto de social de recomposição capitalista que se faz hegemônico pela generalização da visão de mundo de uma classe que é dominante e dirigente, nos termos de Gramsci (BARBOSA, 2007, p. 67).

No Brasil, o seguro desemprego foi incluído à Constituição Federal em 1988, em que assegura um fundo específico para a intermediação entre empregos e qualificação (BARBOSA, 2007). Em 1990, criou-se o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que se destinava a financiar políticas de proteção com uma fonte própria de recursos, o PIS/PASEP, sob gestão tripartite que seria o trabalhador, governo e empresário sendo paritária, para o Programa Seguro Desemprego. De 1990 a 2000, para Barbosa (2007), as relações do Estado com os programas trabalho e renda se voltaram para o desenvolvimento de um perfil empreendedor para que os desempregados e os trabalhadores do setor informal se tornassem sucedidos.

Hoje, há a banalização das possibilidades de salvaguardar o trabalho de garantias e difusão dessa liberalização como modo de se viver nos novos tempos – empreendedor, competitivo. Isso por indução do Estado. Ou seja, o próprio autoemprego consiste em política de emprego (BARBOSA, 2007, p. 65).

No que concerne ao perfil empreendedor, Schumpeter (1985), em sua teoria do desenvolvimento ressalta que “empreender” é trazer condições inovadoras a fim de gerar uma mudança em determinado setor, seguimento, etc. Assim, o empreendedor pode gerir um novo ciclo de crescimento que possui potencialidade de romper com o fluxo econômico contínuo, tal como descrito pela teoria econômica neoclássica. A inovação não pode ocorrer sem provocar mudanças nos canais de rotina econômica. A definição com a qual Schumpeter trabalha com os seguintes conceitos sobre o empreendedor:

1) Introdução de um novo bem — ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados — ou de uma nova qualidade de um bem. 2) Introdução de um novo método de produção [...]. 3) Abertura de um novo mercado [...]. 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados [...]. 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio (SCHUMPETER, 1985, p. 76).

Assim, retomamos que não podemos perder de vista que essas transformações são reflexos do processo que se fecunda no país desde a inserção do neoliberalismo e pelas mudanças na economia inseridas pelo Plano Real (1994), que implicou alterações na legislação e no judiciário (BARBOSA, 2007). De maneira gradativa, o trabalho como uma das propostas de modificações ganham novos formatos, como o trabalho-estágio, as

associações, as cooperativas, o trabalho informal, o autoemprego, o empreendedorismo, etc. No geral, são formas flexibilidades de emprego sem direitos. E este quadro ganha maior proporção na vigência do governo Lula (2003-2010), que continua a política monetária ortodoxa do governo anterior.

É interessante também ressaltar que neste processo de modificações impulsionadas pela inserção do neoliberalismo, expande-se o termo economia criativa nos anos 1990, a partir do interesse dos meios acadêmicos e tecnocratas. A estratégia se fundamentava na afirmação das Nações Unidas de que todas as sociedades possuíssem criatividade. Segundo Bustamante (2009), a economia criativa foi apresentada como uma resposta à globalização, ou seja, seria uma nova divisão de trabalho fundada nas características de cada país ou cada região. Os defensores da economia criativa afirmam que seria uma política econômica que se aproximaria da política da diversidade (BUSTAMANTE, 2009).

O termo “economia criativa” foi criado com a pretensão de nomear os modos de produção, gestão e negócio que tem origem nas atividades que prevalecem o conhecimento e singularidade. Diferente da economia tradicional, a economia criativa visa o individual ou o coletivo. A economia criativa surge a partir das “indústrias criativas”<sup>34</sup>, que possui raízes na Nação Criativa articulada pelo primeiro Ministro da Austrália, em 1994, com a ideia de ampliar as mídias digitais e a comunicação.

A cultura está extremamente interligada a economia criativa, a compreende-se como forma de mercantilização da cultura, e é na sociedade de consumo que se encontra diversas estratégias de mercado para usufruir dessas expressões culturais, principalmente porque o cenário atual faz com que o consumo de cultura coloque o sujeito em posição diferenciada das outras pessoas que não tiveram acesso a ela.

No Brasil, iniciativas envolvendo a economia criativa se faz presente principalmente nas produções audiovisuais, que envolvem contrapartida de iniciativa privada, esse é setor que envolve jornalistas, profissionais do cinema e da televisão e outros especialistas no campo da comunicação. As produções nacionais ganharam força nos últimos anos e envolvem a mão-de-obra de várias áreas do mercado criativo. Boa parte dessas produções evidenciam exatamente a cultura ou algum produto cultural local (LIMA FILHO, 2015, p. 15).

---

<sup>34</sup>“Já as indústrias criativas corresponde a um setor do mercado e a sua criatividade embutida, desse modo, constitui um setor do mercado que em conjunto a outros setores, resultam em uma economia. É do ponto de visto econômico em macro análise que decidimos abordar o jornalismo com a Economia Criativa” (LIMA FILHO, 2015, p. 17).

O investimento do mercado na produção dos produtos culturais e criativos cresceu muito do período de 1990 até a contemporaneidade, e isto tem a ver com o processo de ampliação das propostas que tangem o mercado informal bem como a economia solidária, e o surgimento do Circuito Fora do Eixo. A cultura passa a ser a matéria-prima de um nicho de mercado que não tem a intenção de valorizar a cultura em si, mas alimentar uma visão pautada neste discurso a fim de cooptar trabalhadores ao voluntariado para gerar o lucro em cima da criação de produtos populares.

### **4.3 AS RELAÇÕES DE TRABALHO DA REDE DE COLETIVOS FORA DO EIXO**

Até o momento apresentamos neste trabalho os pontos que orbitam o objeto de pesquisa com o intuito de compreender quais são as condicionalidades e o momento histórico que contribuíram para o surgimento da rede de coletivos Fora do Eixo. Portanto, destacaremos neste item a relação de trabalho da rede, tendo em vista a hipótese aqui apresentada, a qual visa analisar se o discurso da rede de coletivos Fora do Eixo se verifica como relações próprias da economia solidária, e se a rede está submetida ao modo de produção capitalista.

A rede de coletivos se expõe com a organização internacional e nacional atuante na produção de eventos culturais, cujo trabalho efetuado está relacionado à ideia de se chegar ao “produto festival”. Como já apresentamos também, o FdE trabalha como uma incubadora sobre como gerir o uso da moeda social “desmonetarizado”. Com isto, cabe a esta pesquisa identificar em quais pontos estão ligadas às relações de trabalho e por onde elas confirmam se a prática da economia solidária é efetiva em sua organicidade, ou se permanece no campo de reprodução dos discursos.

Ao longo desta pesquisa identificamos que o Fora do Eixo tem se colocado na expectativa e tentativa de se distanciar da dinâmica do capital, ao seguir caminhos “alternativos”, como a economia solidária, a posTV, a mídia livre e ao incentivo a produção de música independente no Brasil. No entanto, ainda que sua proposta tenha trazido um “despertar” de possibilidades para os músicos independentes, eles não foram tão pioneiros neste ramo no Brasil. A alternativa de caminhar com as suas próprias pernas na trajetória artística é um campo recente, tendo em vista que anteriormente à queda da indústria fonográfica, quem tinha influência sobre a carreira dos artistas eram as grandes gravadoras nacionais e internacionais.

Para tanto, aqui trataremos de alinhar algumas questões importantes a partir do Dossiê<sup>35</sup> criado a respeito da rede de coletivos Fora do Eixo, que reúne uma série de relatos de produtores e músicos que passaram pela rede, ou que ao menos acompanharam a rede circular nas regiões do Brasil. Esses relatos nos direcionam ao encontro da análise teórica desenvolvida nesta pesquisa e que nos leva a ratificação da hipótese aqui apresentada.

O primeiro artigo que analisaremos deste dossiê é intitulado da seguinte forma “Como eu vi Surgir e Morrer o Fora do Eixo”, e foi publicado originalmente pelo Blog Dynamite<sup>36</sup>. Nele contém o relato da idealizadora do *BH Indie Music*, Malu Aires<sup>37</sup>, que explica como acompanhou o percurso do Fora do Eixo, em Belo Horizonte, em 2008, e qual foi o seu contato com a rede de coletivos. Neste sentido, ela afirma que não trabalhou diretamente com o Fora do Eixo, mas observou de perto esta onda acontecer, pois como idealizadora de um festival independente, ela apontou várias situações causadas pela rede que atingiram diversos festivais.

Malu cita ter conhecido o Fora do Eixo em 2008, quando ainda era um *blog*, e na ocasião ela divulgava a 1ª edição do festival *BH Indie Music*, em que tinha a participação de vários *blogs* alternativos de mídia independente.

Acho que o *BH Indie Music* chegou ao boom dos independentes no momento em que os festivais estavam sendo dominados pelos meios de comunicação digital que os promoviam. No final naquele ano, explodiam coletivos por todo o país. Coletivo era uma reunião de bandas para a produção de festas, de shows, de festivais, de blogs, de estampas, de discos, de vendas. Enfim, era uma microempresa para promover um núcleo de bandas que acabou colocando em evidência mais a marca FDE. Lá tinham produtores, músicos, designers, jornalistas e até advogados. Num dia, encontrei mais pentelhos que bandas e as bandas tinham todas a mesma cara (DOSSIÊ FDE, 2012, não paginado).

---

<sup>35</sup> DOSSIÊ FDE, 2012.

<sup>36</sup> DOSSIÊ FDE, 2012.

<sup>37</sup> Malu Aires é intérprete, compositora e agitadora artística, e sua trajetória é um exemplo de independência e de luta. Paulistana morando em Belo Horizonte, trabalha para estruturar, organizar e apresentar a música independente do país. Para isso idealizou e produz, uma vez ao ano, o *BH Indie Music*, e seu objetivo é transformar Belo Horizonte na capital da música independente e, por consequência, promover as bandas mineiras e do resto do país. Seu último trabalho foi lançado em 2004 com a banda “Junkbox”, o CD “Florais”, totalmente independente e chamado de art-rock pela própria Malu. Porém, sua trajetória é bem extensa tendo integrado o grupo de rock progressivo “Sagrado Coração da Terra”, com o qual gravou o Cd “Sacred Heart of the Earth” pelo selo Sonhos e Sons (MG), que foi distribuído no Brasil e no Japão. Após isso foi convidada por Marcus Viana, líder do grupo, compositor e produtor musical de novelas, para a produção da trilha sonora de “O Clone”. Deste trabalho saíram várias coletâneas. – destas, três pela Som Livre no Brasil. A distribuição internacional foi liberada para a Sony Music na América Latina, EUA, Europa, Leste Europeu, Rússia e Países Árabes (DOSSIÊ FDE, 2012).

Ao que indica as declarações dos produtores que trabalharam direta ou indiretamente com a rede de coletivos, o encantamento inicial pela proposta era imediato devido à falta de iniciativas com tal magnitude. Diante da aversão à produção pela via das leis de incentivo à cultura que destinavam a centralização de poucas regiões e só atendiam os grandes festivais de música entre outros projetos maiores. Após a criação da Associação Brasileira de Festivais Independentes – ABRAFIN, em 2005, houve uma rotatividade e o fluxo de possibilidades para que os produtores e músicos independentes concorressem aos editais para a concretização dos festivais em meio à competitividade deste ramo, além da criação e distribuição dos materiais criados pelos artistas. No entanto, a ABRAFIN tomou outros rumos após seu crescimento neste seguimento de produções culturais independentes.

Assim, podemos associar o empreendedorismo no sentido de ser apenas empregado ao modo do mercado. O que reforça ainda mais a ideia das diretrizes pautadas na lógica neoliberal. Ou seja, a mesma prática do mercado estava posta para os músicos independentes, que assim que entravam para a ABRAFIN e para o Fora do Eixo tinham que aderir ao processo e perdiam sua identidade. Malu lembra que:

Não tardou, o FDE era promessa de incentivo fiscal e patrocínio garantido a quem defendesse a marca. A presidência da Abrafin é dada ao FDE. Todos os festivais teriam a gestão do FDE. Os festivais independentes que não aceitavam a proposta de sociedade (40% do valor patrocinado para a captação, produção e comunicação do FDE e parceiros), foram ameaçados como festivais concorrentes. [...] Aqui em BH o FDE ainda se estruturava para a criação de um coletivo local e passaram todo o ano se encaixando politicamente em cargos de entidades. Ninguém tinha a experiência de tocar galinha e ostentavam cargos em presidência de tudo que tivesse apoio de verba pública (DOSSIÊ FDE, 2012, não paginado).

Segundo Malu havia uma guerra de poder diante de um nicho de mercado criado, à época. No seu relato é destacado que se tratava de uma disputa dos grandes festivais contra o Fora do Eixo e também uma batalha interna na ABRAFIN por patrocínios e verbas (DOSSIÊ FDE, 2012).

Porém, não pode ser desconsiderado que o cenário em que o Fora do Eixo chegou a Belo Horizonte era de um campo fértil para o desenvolvimento da música independente. Muitos artistas aceitaram entrar para o Fora do Eixo local e, segundo Malu, com poucos meses de criação, o coletivo FdE de BH conseguiu ter acesso ao incentivo financeiro municipal de 200 mil reais. Este valor seria, até então, algo inesperado tendo em vista que

nenhum grupo ou produtor alternativo de festivais da região tinha conseguido tal incentivo, sendo o máximo arrecadado no valor de 40 mil a 20 mil reais.

O incentivo dado ao coletivo FDE local não requeria esforço da captação. Era incentivo direto da prefeitura. O dinheiro estava em conta corrente. Por um lado, quem produzia há mais tempo, sabia que tinha coisa errada ali. As bandas novas, que não sabiam de nada, acharam que seriam contratadas e nunca se viu tanta banda *roadie*, produção e vendedora na banquinha FDE como naquele ano (DOSSIÊ FDE, 2012, não paginado).

Devido à sua postura de não entrar para a rede de coletivos, Malu relata ter sofrido retaliações com o Fora do Eixo, como, por exemplo, o agendamento dos festivais Fora do Eixo, na mesma data que o *BH Indie Music*.

Como o BH Indie Music não tinha patrocínios, é realizado com o apoio de espaços de shows de destaque em Belo Horizonte, com o capital próprio de cada banda que saiu de outra cidade, com uns 300, 400 reais de cartazes, então, competir com assessoria de imprensa paga, era um golpe sujo deles. O BH Indie Music já tinha determinado a sua conduta desde 2008. Pedi ao coletivo local que ‘tomasse vergonha’ e cuidasse melhor do calendário que isso não atrapalhava só o BH Indie Music em BH, mas todos os festivais estavam reclamando do mesmo problema em todo o país. Motivo este da saída de todos eles da Abrafin, pouco tempo depois (DOSSIÊ FDE, 2012, não paginado).

Malu detalhou neste depoimento como funciona a circulação independente dos materiais produzidos pelos artistas. Dentro da lógica do mercado neoliberal fica claro que não é tão simples dar sequência e permanecer independente. Permanecer nesse circuito alternativo pode ser um caminho já fadado a ter data para o fim.

Uma produção assim, dura cerca de dois anos. Compensamos o tempo em sofisticação da produção fonográfica. Então, você está com 3.000 cópias de um disco seu, autoral, pago com teu dinheiro e precisa distribuir. Você distribui pessoalmente, loja a loja. Mas, o autoral não é bem aceito. Depois de um tempo, você chega à loja e teu disco nem mais está lá. Depois do disco vem o show de lançamento, mais capital, depois o vídeo, mais capital. Você acaba competindo com a exigência do mercado da indústria. Resultado: você morre antes de cruzar a linha, ou entra no ritmo do mercado e abandona o autoral. Capital? Para abrir um negócio competitivo para uma gravadora, não menos que R\$200 mil (DOSSIÊ FDE, 2012, não paginado).

A idealizadora do *BH Indie Music*, Malu, afirma que o processo chega a ser ainda mais cruel quando se trata do Fora do Eixo, pois se tornaram um monopólio, à época, e exerceram no Brasil várias políticas questionáveis (DOSSIÊ FDE, 2012).

A declaração acima nos aponta para umas das premissas do neoliberalismo que é a competição. Segundo Dardot e Laval (2016), que analisaram o comportamento e movimentação do capitalismo e suas facetas que implicam o modo de vida em sociedade, podemos identificar no relato de Malu, as características postas pelo neoliberalismo que vem de encontro com a análise realizada no capítulo 3 desta dissertação. Com base nos autores Dardot e Laval (2016), conseguimos considerar esta nova racionalidade, sendo composta de um comportamento individual que orienta a massa. Esta racionalidade política e social está ligada à globalização e à financeirização do capitalismo, composta de quatro pontos que caracterizam esta fase: o primeiro trata-se da relação de apoio recíproco por meio das políticas neoliberais e as modificações do capitalismo que se juntam para dar condições “a grande virada”<sup>38</sup>. Sobre este último item a “grande virada”, os autores apontam dois temas importantes, como a crise do capitalismo que foi acompanhada por uma luta ideológica, que é referida como o segundo ponto estudado, que teve suas manifestações principalmente sobre a aversão à lógica do Estado de bem-estar. Não obstante, entramos no terceiro ponto em que podemos comparar ao relato acima citado com o comportamento competitivo imposto sobre os sujeitos, tendo em vista uma exacerbada valorização do capital. E, por fim, temos a progressiva ampliação das formas de disciplinar o sujeito, seja por via institucional codificada ou pelos governos para que se tenha um só pensamento individual (DARDOT; LAVAL, 2016). Com esta caracterização, podemos compreender melhor sobre esta competição da seguinte forma:

Se existe um novo sujeito, ele deve ser distinguido nas práticas discursivas e institucionais que, no fim do século XX, engendram a figura do homem-empresa ou “sujeito empresarial”, favorecendo a instauração de uma rede de sanções, estímulos e comprometimentos que tem o efeito de produzir funcionamentos psíquicos de um novo tipo. Alcançar o objetivo de reorganizar completamente a sociedade, as empresas e as instituições pela multiplicação e pela intensificação dos mecanismos, das relações e dos comportamentos de mercado implica necessariamente um devir-outro dos sujeitos. O homem bethaniano era o homem calculador do mercado e o homem produtivo das organizações industriais. O homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322).

Com a concepção de que a competitividade é uma das características do neoliberalismo, retomamos ao ponto sobre a desfiliação dos Festivais da ABRAFIN que foi bastante polêmica, pois enfatizaram ainda mais quais foram às intencionalidades do Fora do Eixo. Pretensões estas que não eram reveladas na aparência, mas que foram percebidas pelos

---

<sup>38</sup> Ver livro Dardot e Laval (2016).

sujeitos que passaram pelo circuito Fora do Eixo. Segundo o blog Rock em Geral<sup>39</sup>, treze festivais<sup>40</sup> decidiram sair da Associação durante o IV Congresso Fora do Eixo, em 2011. A notícia que o grupo se desfilaria da ABRAFIN foi anunciada durante o evento por meio de um documento assinado pelo “Grupo dos 13”.

O documento expôs a realidade daqueles que, até então, eram membros associados à ABRAFIN. As declarações foram sobre a falta de independência e um sentimento de desconfiança com a associação.

Goiânia Noise Festival, Abril Pro Rock, Casarão, Psycho Carnival, DemoSul, 53 HC, PMW, RecBeat, MADA, El Mapa de Todos, Campeonato Mineiro de Surf, Gig Rock e Tendencias são festivais afiliados à ABRAFIN (alguns deles membros-fundadores) que não se sentem à vontade com o atual estado de coisas. Discutindo os rumos tomados pela entidade nos últimos anos, estes festivais, apesar de sua diversidade, apresentam dois aspectos em comum: não pertencerem ao coletivo Fora do Eixo (ainda que praticamente todos eles possuam parcerias pontuais com este mesmo coletivo) e não se sentirem representados pela ABRAFIN. Com base nesta constatação, o conjunto de festivais em questão elaborou este documento apresentando suas perspectivas e anseios em relação à entidade (BLOG ROCK EM GERAL, 2011, não paginado).

A polêmica girou em torno da ABRAFIN e o Fora do Eixo, pois a alegação era de que, para os produtores independentes, a associação e a rede de coletivos havia se tornado uma coisa só.

**A ABRAFIN não é e jamais deverá ser Fora do Eixo.** Com erros e acertos, o Fora do Eixo é uma das diversas possibilidades no trabalho com a música independente brasileira. Não é a única. Infelizmente, nos últimos anos, houve uma indevida sobreposição entre as duas entidades. O fato desta reunião da ABRAFIN estar acontecendo dentro de um Congresso Fora do Eixo é prova irrefutável desta sobreposição. **A opinião pública, obviamente, tem sido incapaz de diferenciar ABRAFIN e Fora do Eixo. Cabe à ABRAFIN se desfazer deste erro e voltar a lidar com a multiplicidade de enfoques que existe em seu arcabouço** (BLOG ROCK EM GERAL, 2011, não paginado, grifos nossos).

Dentre as explicações e motivos da saída do “Grupo dos 13” foi mencionado algumas solicitações e sugestões no documento sobre a continuidade da ABRAFIN diante da saída de

---

<sup>39</sup> ROCK EM GERAL, 2011.

<sup>40</sup> O Rock em Geral obteve com exclusividade e em primeira mão o documento redigido e assinado pelos representantes dos 13 festivais: Goiânia Noise Festival, Abril Pro Rock (Recife), Casarão (Porto Velho), Psycho Carnival (Curitiba), DemoSul (Londrina), 53 HC (Belo Horizonte), PMW (Palmas), RecBeat (Recife), Mada (Natal), El Mapa de Todos (Brasília), Campeonato Mineiro de Surf (Belo Horizonte), Gig Rock (Porto Alegre) e Tendencias Rock (Palmas). O Mada já havia deixado a entidade desde agosto, mas só agora oficializou a saída (ROCK EM GERAL, 2011, não paginado).

tantos festivais. Dentre as solicitações foi citado a não alteração do estatuto da associação, que contém a essência da proposta de serem independentes e a sugestão de que se mantivessem os critérios para a associação de novos festivais.

Também foi levado em questão no documento um ponto muito importante para esta pesquisa, pois em se tratando de periodicidade histórica, o momento que se consolida a ABRAFIN e o Fora do Eixo é um momento extremamente propício para o PT, portanto, no documento há uma provocação sobre esta questão.

A ABRAFIN é uma entidade suprapartidária e superior a qualquer grupo que esteja sob sua alçada. A atuação política da ABRAFIN se dá pelo próprio caráter transformador e progressista da arte e da cultura. A ABRAFIN deve estar a serviço, única e exclusivamente, de seus afiliados e da cadeia produtiva que os cerca (BLOG ROCK EM GERAL, 2011, não paginado).

Ao fim do documento é declarada a desfiliação dos 13 festivais.

**Tal e qual foi explicitado no início deste documento, o conjunto de festivais que ora o redige não se sente mais representado pela ABRAFIN.** Por esta via Goiânia Noise Festival, Abril Pro Rock, Casarão, Psycho Carnival, DemoSul, 53 HC, PMW, RecBeat, MADA, El Mapa de Todos, Campeonato Mineiro de Surf, Gig Rock e Tendencias vêm respeitosamente solicitar sua desfiliação da Associação Brasileira dos Festivais Independentes. Todavia, o mesmo grupo entendeu por bem contribuir para o debate acerca da entidade compreendendo o importante papel que ela pode vir a cumprir na seara da produção cultural brasileira (BLOG ROCK EM GERAL, 2011, não paginado, grifos nossos).

Ainda sobre o Congresso Fora do Eixo, em 2011, outro momento que teve bastante repercussão foi a declaração de Pablo Capilé durante uma transmissão do debate pelo PÓS-TV, em que cita que Pernambuco é a “personificação do rancor”, ao referenciar à saída dos 13 festivais da ABRAFIN (RECIFE ROCK, 2011).

A declaração do representante do Fora do Eixo gerou repercussões negativas e a rede publicou uma nota esclarecendo o ocorrido e, em certa medida, pediu desculpas.

**No momento mais polêmico do evento, durante a transmissão ao vivo de um programa da pós-TV, uma afirmação de Pablo Capilé (um dos gestores do FdE) apontou que Pernambuco seria a “personificação do rancor” – referindo-se à forma como a cena do estado se relaciona com as movimentações musicais do resto do país.** [...] O Pernambuco que personifica o rancor não é o Pernambuco da infundável riqueza da cultura de raiz, nem dos levantes por autonomia popular, menos ainda o Pernambuco da produção incessante de inquietações estéticas que tem contribuído, e muito, para injetar novas ideias no universo pop brasileiro. Definitivamente, não é aí que o rancor encontra casa. O Pernambuco rancoroso diagnosticado enquanto que na fala de um dos gestores do FdE não é senão um

grupo determinado e sua visão de mundo: é um recorte – designado de um modo equivocadamente mas com a intenção de síntese que as *tags* imprimem ao texto no universo digital – que remete a um certo tipo de conduta que grassa não só nos arredores de Recife, mas de outras diversas capitais brasileiras. Como se a condição de “celeiro” musical justificasse a atitude de soberba de alguns frente a outros que tem tateado soluções de sustentabilidade nesse indefinido limbo entre o modelo de indústria fonográfica do século XX e as perspectivas que se abrem com o fenômeno da *cibercultura* e das redes colaborativas. O que de fato gerou uma má impressão sobre um debate que merece ser abordado com a profundidade e a meditação que o tema exige foi a infeliz confusão entre método e ambiente: a escolha da palavra Pernambuco para designar um certo tipo de conduta relativa a um grupo específico foi um equívoco, e reconhecemos isso. E o equívoco abriu um lamentável precedente para intervenções que não tem a mínima intenção de contribuir com a música brasileira, mas sim vê-la incendiar em manchetes apelativas de tabloides online. Se ainda não ficou claro, é necessário que fique de uma vez por todas: não há nada de errado com Pernambuco. O que há de errado em Pernambuco e algumas outras cidades brasileiras é que alguns poucos se valem de uma tradição de desbravadores da música independente para reivindicar um trono que já não encontra lugar nos dias de hoje. A conexão colaborativa entre diversos agentes da cena musical chega a ser vista com desdém por esses, que ao mesmo tempo pouco apresentam de palpável em termos de propostas para o período delicado do mercado cultural. Prova disso é o modo como alguns personagens do *showbusiness* pautam temas como remuneração, estrutura e logística de uma forma desvinculada das condições reais do circuito independente. É claro que o artista tem que receber cachê. Assim como é claro que toda a cadeia produtiva tem que receber também: *designers*, equipe de sonorização, produtores, *tour managers* etc. A pergunta é: e enquanto lidamos com a precariedade das condições, qual seria a saída? Estagnar? Desistir? Ou optar pelo estabelecimento de relações mais amplas e participativas que permitam visualizar a troca de serviços como uma alternativa e/ou complemento ao fôlego monetário dos pequenos empreendimentos? A nossa resposta a essas questões é pragmática, e aberta a sugestões construtivas (FORA DO EIXO, 2011, não paginado, grifos nossos).

Numa tentativa de reparar a situação, várias questões foram apontadas e nos chama atenção, pois se configuram como as relações de trabalho da rede. Em certa medida, o que foi exposto na citação do Capilé, nos parece uma tendência do Fora do Eixo. Somada as outras declarações realizadas pelos ex-integrantes ou participantes da rede de coletivos FdE presentes neste trabalho, a rede segue suas “diretrizes” com pouca cautela na mediação. Neste caso citado acima, custou a eles a saída desses festivais representantes da música independente da região de Pernambuco da associação de músicos independentes e outras regiões, bem como uma exposição sobre as condições que se encontrava com a aproximação do Fora do Eixo com a ABRAFIN.

Outro comportamento que apresentou repercussão não tanto quanto amistosa, foi outra declaração que o Pablo Capilé fez durante um programa de rádio que, em ocasião, ele cita o músico Flávio Augusto Câmara, mais conhecido como China. Em entrevista pela Rádio “Queijo Elétrico”, que foi compartilhada pelo perfil no *youtube* “Foraforo Auditoria já”,

Capilé comenta sobre o músico em relação a postura do Estado de Pernambuco, como já citamos acima.

Sei que tenho que ter responsabilidade de ter que dar conta de uma opinião que muitas vezes vai ser confundida com a opinião da rede toda, mas são consequências que eu tenho que assumir e eu tenho que me responsabilizar e tenho que deixar claro. A gente, dois três dias depois, escreveu uma carta, deixando claro que a Rede Fora do Eixo acreditava na relevância da produção cultural pernambucana, mas que tinha sido uma generalização. Acredito que dei brecha para essa generalização, mas mantenho minhas críticas com relação aos festivais. E com relação a uma parcela de artistas que em determinado momento, por terem sido muito incensados, acreditam que são muito maiores do que são, de fato, e não conseguem entender esse novo cenário da música independente. No caso de um China, por exemplo, que é um dos grandes críticos que a gente tem. Só que você não vê o China tocando em lugar nenhum do Brasil. O China cobra dez mil reais pra se apresentar e não leva cinquenta, sessenta pessoas, então é difícil. Não é que existe uma máfia para que o China não toque. Só que não dá. É inviável você conseguir colocar o China pra se apresentar num lugar onde ele vai custar dez mil reais e ele não vai levar sessenta pessoas (FORAFORO AUDITORIA JÁ, 2013, não paginado).

O músico China em resposta a esta fala do coordenador do Fora do Eixo, aponta elementos que são contrários à declaração exposta acima e rebate ao deixar claro que a proposta que o Fora do Eixo apresenta como inovadora já é algo que é realizado a mais de vinte anos pelos músicos independentes de Pernambuco.

Primeiro eu gostaria de dizer ao senhor Pablo Capilé que ontem eu toquei em Brasília e hoje eu fiz dois shows em Belo Horizonte e os cachês foram mais altos que dez mil reais. Tá. Só para o senhor saber das coisas. Sobre o que ele falou de Pernambuco, não é isso que me interessa. Natural, cada um tem a sua opinião, e eu respeito muito a dele sentir esse rancor da cena pernambucana. Na verdade, o Fora do Eixo nunca conseguiu entrar em Pernambuco, já começa daí. **Porque se você para pra pensar, foi o movimento Mangue que deu toda essa sacada para o que está acontecendo hoje em dia. Das bandas se juntarem e fazerem coisas juntos. Então, o modelo que o senhor Pablo Capilé quer implementar, não é nada mais do que a gente já faz há vinte anos.** Eu tenho quatorze anos de carreira. Já toquei de graça. A primeira vez que eu toquei de graça foi Abril de Rock, e sai de lá com uma gravadora e um empresário fodão e minha carreira deslanchou a partir daí. Eu ainda não vi isso acontecer dentro do Fora do Eixo. Eu não conheço nenhuma banda que deslanchou. Sei que tem bandas ótimas, Macaco Bong, inclusive, eu adoro. Já vi os caras tocando, mas eu vejo assim, eu critico, não é que eu sou contra o Fora do Eixo, que eu quero que o Fora do Eixo acabe, que Pablo capilé corte o cabelo e vá fazer outra coisa da vida. Mas que estão fazendo isso. Certo ou errado, mas eu critico. Só que os caras são muito xiitas é uma patrulha ideológica burra (FORAFORO AUDITORIA JÁ, 2013, não paginado, grifos nossos).

China, ainda neste programa “Queijo Elétrico”, acrescenta que a rede não pode ser avaliada como algo tão inusitado. Também ressalta sobre a rede desqualificar o trabalho dos artistas independentes, e ainda comenta um episódio que ocorreu com ele, o qual foi abordado

por integrantes da rede FdE e acusado de ter chamado a rede de *corrupta*. Nesta ocasião ele explicou que não disse a palavra *corrupto*. E na sequência dessa experiência vivida pelo artista pernambucano ele relata que fez algumas perguntas que sempre o intrigaram, pois nunca teve respostas.

Eu perguntei pros caras: **Da onde vem a grana das casas Fora do Eixo? É seu pai, sua mãe, é o governo, é uma herança da sua vó, são as bandas, qual é a boa? Os caras responderam. “Você tem que entender a ideologia”. Porra, “mermão”, sou músico [...]. Eu vivo disso. Eu tenho dois filhos pra criar. Eu não posso entrar numa onda de eu vou tocar de graça por amor a causa. Claro que tem alguma causa. Eu toco de graça em várias coisas. Pablo está viajando falando essas coisas de que eu não ponho cinquenta pessoas.** Ontem em Brasília, tinha pelo menos umas três mil pessoas. Hoje lá no negócio tinha menos gente, mas foi lindo. Eu prefiro trinta a quarenta pessoas ligadas no meu som, do que mil pessoas tomando só latão. Eu faço críticas porque é o seguinte, é dinheiro público, cara, e eu sou contribuinte, se eu não fosse músico era o meu dinheiro que estava entrando naquela porra ali de qualquer forma. **Então, pra onde vai essa grana? Por que essa planilha não é aberta?** [...] A única pergunta que eu faço ao senhor Pablo Capilé, caso ele volte aqui: [...] Se o governo mudar, com fica o Fora do Eixo? E a segunda pergunta é: Da onde vem o dinheiro da casa Fora do Eixo? Porque até agora eu não sei (FORAFORO AUDITORIA JÁ, 2013, não paginado, grifos nossos).

Esses questionamentos foram recorrentes sobre a rede de coletivos Fora do Eixo, pois, por mais que tenha sido exposto algumas planilhas<sup>41</sup>, ou divulgado os relatórios sobre os editais que o circuito pleiteou, restam ainda muitas dúvidas por estes documentos serem incompletos, o que dificulta a compreensão. Porém, com a declaração do músico China, nota-se a necessidade que um artista possui que é comum a qualquer ser social: garantir a subsistência e a reprodução da vida por meio do trabalho. Neste sentido, percebe-se que não houve a preocupação da rede de coletivo sobre como o sujeito irá ter uma estabilidade financeira para sobreviver e isto se assemelha com a lógica de precarização do trabalho vigente no sistema capitalista.

Após a virada dos anos 1990, a ascensão do neoliberalismo junto às transformações que ultrapassaram o campo do trabalho se estruturam com a concepção de que a subjetividade é o novo centro em questão, como já destacamos neste capítulo. O que confirma o relato acima pelo músico e cabe aqui a avaliação deste sujeito neoliberal que é conduzido a formação diante de condições de trabalho de um modelo de homem “hipermoderno, impreciso, flexível, precário, fluido, sem gravidade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 321).

Trata-se, então, de uma nova modelagem que consideram que o sujeito deve se adaptar a suportar essas condições que são impostas e ser responsabilizado totalmente pelo sucesso ou

---

<sup>41</sup> As planilhas podem ser encontradas no site do Fora do Eixo.

o fracasso de sua vida. Este estímulo se fortalece no discurso que mira à produção do “sujeito empreendedor” e promove uma “reação em cadeia” deste novo modo de viver. Esta concepção somente contribui para o reforço da competição e da padronização das condições precárias de trabalho, sendo cada vez mais duras e punitivas (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329).

Após entendermos este processo da saída dos festivais da ABRAFIN, retomamos a declaração da Malu, que destaca o diálogo com os trabalhadores do Fora do Eixo, sobre o *BH Indie Music* não ter participado do circuito. Ela menciona, portanto, que os integrantes do Fora do Eixo alegaram da seguinte forma as retaliações ocorridas: “*Obedecemos a uma regra maior das diretrizes do FdE, não é nada pessoal*” (DOSSIÊ FDE, 2012, não paginado). Com isto, destacamos que o discurso dos integrantes e participantes diretos do FdE, sobre seguirem as suas diretrizes, se trata, na verdade, das diretrizes da economia solidária, como já citamos no capítulo 2.

Outra declaração de Malu ressalta ainda mais a desconfiança com o Fora do Eixo.

Por que vocês só chamam artistas dos selos de Goiânia? Por que não interagem com a produção local das cidades? **Resposta do gestor do FDE: As bandas, a música, não são nossa prioridade, Malu. Os festivais e as bandas estão levando o projeto pra um propósito muito maior** (DOSSIÊ FDE, 2012, não paginado, grifos nossos).

Com este relato nos cabe os seguintes questionamentos: Qual seria este propósito maior, tendo em vista que esta abundância que O Fora do Eixo tanto declara não chega a outros trabalhadores envolvidos? Sobre a capacitação de patrocínios, Malu também declara que sem o patrocínio não tem como pagar os cachês. Mas ao mesmo tempo, quem consegue patrocinadores não paga as bandas e também não querem bandas independentes sem público, como é o caso do Fora do Eixo. Mesmo sabendo que o artista independente sem a possibilidade de realizar shows, não forma seu público (DOSSIÊ FDE, 2012). É interessante perceber que os relatos se encaixam com a mesma contextualização, sendo Malu de Belo Horizonte e China de Olinda em Pernambuco. E as críticas às Leis de Incentivo à Cultura permanecem a mesma sobre a questão da distribuição dos editais dentre os recursos financeiros.

As Leis de Incentivo já são problema para a criação autoral, bem antes da chegada do FDE. Mudá-la é questão de urgência, mas vem sendo mantida em banho-maria pelos eventos institucionais (criados pelos departamentos de *marketing* das próprias empresas patrocinadoras), que já tiraram o artista criador de suas planilhas há muito mais tempo. Ser independente é questão de sobrevivência. Bancar seus próprios

shows é a saída para encontrar seu público. Reunir mais bandas, ajudar na produção e na aglutinação e compartilhamento de público. De toda a galera que eu conheço com uma história legal de carreira, ninguém ficou parado esperando a ‘oportunidade’. Todo mundo corre atrás [...] (DOSSIÊ FDE, 2012, não paginado).

Com já explicamos no capítulo 2, a proposta do Fora do Eixo não consegue superar o capitalismo e ainda contribui para uma transferência de valor das pequenas empresas para as grandes empresas. Este processo ocorre com a venda de seus produtos com os preços inferiores ao do mercado. Sendo assim, no caso do Fora do Eixo, o que é barateado em si é o trabalho de toda a equipe que coloca em movimento a produção de cultura proposta por eles. Para a Malu, idealizadora do *BH Indie Music*, o Fora do Eixo se configura como nocivo ao novo mercado de música independente.

[...] **Desinformou a cena, destruiu o mercado oferecendo mercadoria de graça, explorou a produção artística para arrecadação de verba pública, criou a ideia de que artista bom é artista solidário e disse para as bandas que a música que elas criam não vale nem o *download*, nem a execução.** Para desbancar o FDE aprendemos aqui que é melhor ignorá-los. Eles próprios se meteram numa torre de babel linguística de políticas socioculturais digitais e midiáticas cada vez mais difíceis de ouvir. O esquema está sendo investigado em SP pelo Ministério Público Federal (olha aonde chegou o tamanho da brincadeira). O dinheiro secou (essa é a melhor parte). Já provaram que a produção de artistas deles não dá em nada” (DOSSIÊ FDE, 2012, não paginado, grifos nossos).

Segundo Malu, após as experiências não tão bem sucedidas em Belo Horizonte, o “Fora do Eixo” Rio de Janeiro e São Paulo, retoma à capital São Paulo, e volta ao eixo dentro da lógica do capital. Estabelece-se com o que é mais oportuno para a sua sobrevivência a partir da ideologia que precariza o trabalho de músicos e outras profissões como designer, jornalistas, produtores, etc. Com isto, Malu cita que eles voltam para São Paulo após não conseguirem se estabelecer em BH.

Alô, alô, São Paulo – o Brasil inteiro já se livrou dessa roda empenada. Só tá faltando vocês. E se livrou quando se ocupou mais das bandas que dos bandos. Quando começou a ouvir a música que se cria, mais que a missa que se prega. Hoje, a cena nacional independente já cresceu e já desbanca o FDE, a hora que ela quiser. Basta se organizar. Como artista independente, nunca vai te faltar estrada pra correr. Estrada que não acaba nunca e um monte de banda querendo tocar aí na sua cidade, em troca de você tocar na dele. **Se você é artista, aprenda com isso tudo: nunca mais dependa de ninguém pra ser artista independente** (DOSSIÊ FDE, 2012, não paginado, grifos nossos).

Neste sentido, outra denúncia sobre o oportunismo do Fora do Eixo está relacionado aos relatos que diz respeito ao circuito se apropriar de mobilizações organizadas por movimentos sociais que possuem uma finalidade de luta contra todos os cortes de direitos sociais. Este depoimento foi publicado na página no blog “Dossiê do Fora do Eixo” que apresenta como ocorreu este processo chamado de “sequestro do #12M”<sup>42</sup>.

Agora foi a vez da mobilização global de 12 de maio, conhecida como #12M. No início se dava de forma velada, entrando com a grana e com equipamentos. Não faziam esforços para divulgar a marca “fora do eixo”. Passou o tempo, eles foram entrando nos movimentos sociais como ervas daninhas, utilizando-se da mobilização para atrair interessados e despolitizando os espaços. Contam com recursos e podem enviar mensageiros ao exterior. Se articulam de forma hierárquica e autoritária e se trajam de pele de cordeiro. Chegam como bons amigos e sequestram “a rede”. Monopolizam o saber e mantêm os movimentos sociais reféns de seu capital tecnológico. Tiram fotos lindas, organizam campanhas, fazem cartazes e o famoso *streaming*. Nunca postados em nome do movimento, sempre em: Fora do Eixo. A organização do chamado do #12M no Brasil se deu de forma horizontal e auto-gestionada. Organizados em assembleias, dezenas de pessoas tinham voz para contribuir com o que podiam. E não praticavam a exploração 2.0. O Fora do Eixo buscou reunir, em uma reunião a portas fechadas, as “lideranças” de grupos de que eles queriam se aproximar para cooptar a mobilização do 12M. Em São Paulo procurou os coletivos Ocupa Sampa e outros assim como pessoas que eles consideram chave na mobilização. A tentativa? Articular uma aproximação. Não encontraram eco. Estes movimentos possuem uma trajetória e uma postura politizada. Não se deixarão cooptar. Ou pelo menos resistem para que isto não ocorra. No Rio de Janeiro o movimento decidiu pela ocupação da Praça Méier (DOSSIÊ FORA DO EIXO, 2012, não paginado).

Na ocasião, em 2012, o Fora do Eixo criou um evento com o nome de “#12Mais” patrocinado pela Petrobrás. A “mobilização” foi divulgada por um evento criado no *Facebook*, não pela rede de coletivos, mas sim, por um perfil pessoal<sup>43</sup> de um integrante do FdE, nomeado de “#12MaisLapa #12M Rio de Janeiro”.

Sinceramente não acho que sejam garotos e garotas mal intencionados, mas vítimas, nem tão passivas, de um articulador mór: Pablo Capilé. Que sabe, muito bem, como representar a bruxa de João e Maria. Esta nova geração quer se mobilizar, quer participar, quer produzir cultura. E a Casa Fora do Eixo acolhe isso. **Só não acolhe opiniões divergentes, só não acolhe a horizontalidade, só não acolhe a politização. Mas acolhe muito bem a formação de lideranças, acolhe o investimento governamental e empresarial.** E isto acolhe muito bem! Os movimentos como 15M e 12M têm no seu cerne o grito: “Não somos mercadoria na

---

<sup>42</sup> “Mais de 40 países farão do dia 12 ao dia 15 de maio um protesto internacional denominado “Ocupa, Acampa – 12M#15M”. Sintonizados com o espírito de indignação e transformação social, grupos, redes, movimentos sociais e ativistas estão organizando através das redes sociais e de assembleias diversas atividades culturais conectadas com as manifestações internacionais, mas pautadas em temas nacionais” (NETO, 2012).

<sup>43</sup> DEZAN, 2012.

mão de políticos e banqueiros”. **Amplio isto quando afirmo que estes movimentos também gritam um basta às empresas que só fazem reinar a ditadura do capital.** Contra estes o Fora do Eixo não late, nem ladra. Talvez por que nem tenha dentes (DOSSIÊ FORA DO EIXO, 2012, não paginado).

Portanto, com essas declarações podemos perceber que a rede de coletivos Fora do Eixo apresentou uma proposta que não era tão inovadora no que diz respeito a produção cultural artística no país, como os artistas independentes relatam acima. Além disso, podemos ter uma clareza de que o uso do discurso acompanhado a um modelo “alternativo” de trabalho, não passa do campo abstrato e, com isto, a concretização deste projeto apresenta algumas problemáticas que impactam a vida dos trabalhadores. No que tange a produção realizada pelo coletivo, nós podemos identificar também um modelo que está alicerçado ao capitalismo que é o *just-in-time*. Com o corte de gastos dentro da lógica deste modelo de produção, os festivais e todo o material produzido apresenta uma produção por demanda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*É o “canto” que leva o trabalhador a abandonar as lutas coletivas, a desconsiderar o desemprego, os direitos trabalhistas e os baixos salários, que não são mais vistos como questões estruturais, oriundos das contradições entre o capital e trabalho, mas como consequências das suas próprias condições e capacidades pessoais. O herói da epopeia é aqui transformado numa vítima desamparada.*

(MONTAÑO, 2014, p. 187)

Ao final deste percurso, destacamos que não temos a intenção de medir os impactos causados pela movimentação cultural realizada pela rede de coletivos Fora do Eixo, pois consideramos que a rede ofereceu uma possibilidade de ampliação à cultura, principalmente quando se trata do campo da música independente. No entanto, mantemos as questões que nortearam esta pesquisa, que diz respeito sobre: se as relações de trabalho do Fora do Eixo se configuram como relações próprias da economia solidária? Se com base neste discurso a respeito da economia solidária a rede está submetida ao modo de produção capitalista? Se o discurso da economia solidária, utilizado pelo Fora do Eixo, condiz com a realidade? Desta forma, considera-se a análise de documentos não tão recentes para a compreensão destas questões. Porém, neste trabalho, não temos a intenção de esgotar o debate com as verificações realizadas.

Dito isto, notou-se que há uma atratividade pela proposta da rede de coletivos Fora do Eixo, tendo em vista a condição de escassez que se encontrava a produção de cultura no Brasil, pois não havia uma distribuição igualada dos incentivos financeiros nas regiões do país. Devido às transformações do mundo do trabalho junto à queda da indústria fonográfica, encontrou-se um ambiente favorável para o surgimento da rede de coletivos, principalmente pelo crescimento de crenças baseadas na ideia de Felicidade-Interno-Bruta (FIB), com a inserção do trabalho *on-line* e digital.

A busca em ultrapassar o eixo da cultura brasileira demandou a sistematização do tipo de trocas de serviços para a concretização do projeto “Fora do Eixo”. Este modelo, que foi denominado de “Cubo Card” e inspirado no clube de trocas, facilitou a construção da proposta mediante o momento de crises que se passava a indústria fonográfica.

Promovida a parte financeira, chamada de relação com o dinheiro “desmonetarizado”, a rede consolidou-se apoiada no discurso da economia solidária que apresenta uma proposta baseada na solidariedade.

No entanto, na medida em que buscávamos compreender este modelo utilizado pela rede, identificamos que a relação financeira do FdE não ocorria somente por meio de trocas de serviços, mas que a moeda real também circulava entre a rede de coletivos por meio de patrocínios diretos ou pela via de editais de incentivo à cultura. Também notamos que a rede apresentou uma similaridade com a estrutura do Programa Cultura Viva. Tendo em vista que, a composição de ambas, além de ter sido criada num período muito próximo, apresenta ações e propostas bastante parecidas. Desta forma, tal discurso revela uma negação ao capital, mas ao mesmo tempo estabelece uma relação bastante sólida com as empresas públicas e privadas e com a capitação de editais de incentivo à cultura.

O Fora do Eixo baseia-se com as premissas de cooperação e voluntariado que representa baixo custo com os trabalhadores da rede por não haver remunerações fixas. Podemos considerar que a remuneração se trata, portanto, de um salário por peça ou por produtividade (GUANAIS, 2010), porém este pagamento de salários é efetuado pelo sistema “Cubo Card”. A tendência era que houvesse o compartilhamento de todos os bens necessários para garantir a sobrevivência, ou seja, a alimentação, vestuário e também meios para a manutenção de bens materiais que foram cedidos para o uso comunitário.

A relação de trabalho da rede de coletivos pode ser verificada dentro da lógica do capital destrutivo e contribui pra a queda de empregos regularizados com a garantia de direitos trabalhistas. O discurso do Circuito Fora do Eixo, que está pautado pelos princípios da economia solidária, se configura muito propício diante da lógica do capitalismo. Podemos identificar que esta dinâmica de produção da rede se alinha com as premissas do modelo *just-in-time*, ou seja, somente produzem de acordo com a demanda. Também observa-se que a manutenção da mão de obra contribui para mascarar a essência do processo de trabalho, o que implica o rebaixamento das formas de pagamento pela força de trabalho dos integrantes ou dos artistas que passavam pelo circuito. A moeda utilizada, de acordo com a pesquisa empírica, não supre a subsistência, pois não era aceita em todos os estabelecimentos comerciais havendo um valor incomensurável das perdas e ganhos.

Com o discurso da economia solidária, a rede de coletivos motivou o sentimento de solidariedade para que os integrantes do circuito conhecessem o “caminho” que pudesse levar a “revolução”. No entanto, findamos, com base na pesquisa teórica e empírica, que este

discurso apresenta um caráter ideológico. Ratificamos que o fetichismo está posto na relação de trabalho e que é reforçado para os integrantes da rede de coletivos com o conceito de que eles estavam construindo “*algo maior para o futuro da cultura no país*”.

Dardengo (2013) nos apontou que os “empreendimentos econômicos solidários” estão sob a lógica de mercado e diante desta condicionalidade não podem fugir da teoria valor, sendo que mediante a esta desvalorização do trabalho imposta pelo modelo do Fora do Eixo, a transferência de valor é inevitável. Em contraponto, para Paul Singer (2012) não há exploração do trabalho com a mudança do regime de propriedade e gestão. Enquanto para Wellen (2012), os “empreendimentos econômicos solidários” de fato focam numa dinâmica de produção do valor de uso e não de troca. Então, podemos identificar que a exploração não some neste processo, muito menos a produção de excedente.

O neoliberalismo oferece muitas condições para que as propostas como a economia solidária se instale com sutileza, com o intuito de promover uma solução concreta para o desemprego. A formação de sujeitos neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016) caminha entranhada na população, pelo pensamento individualista fazer parte do cotidiano de cada ser social. Com isto, a dificuldade para perceber a essência de propostas como a da rede de coletivos Fora do Eixo, perpassa o imaginário de que todos que participam contribuem para a construção de um futuro melhor para a produção cultural brasileira. No entanto, não há emancipação humana e de novos projetos societários sem existir uma mudança radical do sistema vigente.

Neste sentido, com base no levantamento de dados e dos relatos de experiências dos profissionais ligados à área da cultura, por meio de sites e redes sociais, identificamos este fenômeno e analisamos que as declarações a respeito da rede são muito parecidas e com o mesmo enfoque, e considera-se o fato de muitos deles serem de regiões distantes. Notamos nas declarações que havia um anseio em relatar a essência das relações de trabalho, pois estes sujeitos se sentiram prejudicados de alguma forma por esta dinâmica. E isto vai de encontro ao levantamento sobre o Fora do Eixo e suas cartilhas, que comprovaram documentalmente o que as entrevistas e a análise teórica já apontavam: que a rede de coletivos Fora do Eixo apresenta apenas no discurso a utilização da economia solidária e que, na realidade, sua prática não se confere para além do capitalismo como proposta alternativa.

Por fim, conferimos que a rede de coletivos Fora do Eixo está pautada na economia solidária apenas no discurso e não como relações concretas. E, com base nos dados levantados, compreendemos que a economia solidária enquanto projeto social, que teve um

crescimento exponencial, na década de 1990, no Brasil, trata-se de um mecanismo de gerenciamento da população que se encontra enquanto exército industrial de reserva, a qual nasce junto ao neoliberalismo no país. Portanto, não apresenta condições concretas para se consolidar como projeto que altera o modo de produção e a reprodução das relações sociais. Neste sentido, a leitura realizada pelos teóricos da economia solidária se configura como uma análise fetichizada ao sistema capitalista. Além disso, rompe com as possibilidades de unificação da classe trabalhadora, com o perfil de um sujeito individualizado e, de tal modo, se faz obscurecer os caminhos para uma possível transformação social.

Não podemos deixar de destacar que neste percurso houve alguns limites para a construção desta dissertação, principalmente sobre o entendimento de como se configurava a rede de coletivos Fora do Eixo. O esforço maior foi deixar explícita as instâncias que perpassam a rede de coletivos. Neste sentido, sugerimos para os futuros estudos a realização da pesquisa de campo, entre outras formas de investigação, com a intenção de ampliar o conhecimento da essência da rede de coletivos, ainda que aqui já tenhamos apresentado apontamentos e dados bastante representativos. E, portanto, pretendemos retornar para a população os resultados desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização do trabalho**: subsunção real da viração. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2017/02/110685/>>. Acesso em: 20 de mar. 2019.

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **O fetichismo na música e a regressão da audição**. Trad. De Roberto Schwaz. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund, & HORKHEIMER, Max. **A Indústria Cultural: O Iluminismo como Mistificação de Massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **A indústria cultural**. In: COHN, Gabriel. Comunicação e indústria cultural. 5 ed. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1987.

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1947.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001**. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/WDR/Poroverv.pdf>>. Acesso em 12 de mai. de 2018.

BARBOSA, Rosangela Nair Carvalho. **A Economia Solidária como Política Pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOG DO ROVAI. **Torturra e Beatriz Seigner**: textos de uma polêmica em rede sobre o Fora do Eixo. Não paginado. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/bblogdorovai-torturra-e-beatriz-seigner-textos-de-uma-polemica-em-rede-sobre-o-fora-do-eixo/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BLOG ROCK EM GERAL. **Racha na ABRAFIN**: festivais ‘não se sentiam representados’. Não paginado. Disponível em: <<http://www.rockemgeral.com.br/2011/12/14/abrafin-festivais-sairam-porque-nao-se-sentiam-representados/>>. Acesso em: 30 de abr. de 2019.

BOCCHINI, Lino.; LOCATELLI, Piero. **Ex-integrantes da entidade controladora do Mídia Ninja falam com exclusividade para Carta Capital e condenam práticas da organização.** Carta Capital, em 16/08/2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/fora-do-eixo-6321.html>>. Acesso em: 27 de jun. de 2015.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005.** Brasília, presidência da república, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc48.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/emendas/emc/emc48.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BUSTAMANTE, Enrique. **Indústrias Criativas: ameaças sobre a cultura digital.** Barcelona: Gedisa, 2011.

\_\_\_\_\_. **De las Industrias culturales al entretenimiento.** Artículo en Revista académica de la federación latinoamericana de comunicación, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 4685/2012.** 2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>>. Acesso em: 20 de jul. de 2017.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência.** Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARVALHO, Ivy. **O fetiche do “Empoderamento”:** do conceito ideológico ao projeto econômico-político. In: MONTAÑO, Carlos (Org). **O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”.** São Paulo: Cortez, 2014.

CASTRO, Carlos Henrique.; PESCALI, Maria Julia; PRIMAVERA Heloísa.; WHITAKER, Stella. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** O Clube de Trocas de São Paulo. São Paulo: Contexto, 2000.

CATTANI, David Antonio (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CHESNAIS. François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CONEXÕES UNIVERSIDADE. **Conexões Universidade - Pablo Capilé.** 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hhM4uyqKw2w>>. Acesso em: 26 jun. de 2018.

CONFEBRAS. **Economia Solidária por meio do crédito acessível.** Disponível em: <<http://www.confefbras.coop.br/revitaliza/2017/12/15/economia-solidaria-por-meio-do-credito-acessivel/>>. Acesso em: dez. de 2017.

CONGRESSO FORA DO EIXO. **CONGRESSO FORA DO EIXO 2010.** Disponível em: <<http://congresso.foradoeixo.org.br/historico/congresso-fora-do-eixo-2010/>>. Acesso em: 26 de jun. de 2018.

CORRÊA, Marcos Barreto. **Do Marketing ao Desenvolvimento Cultural: relacionamento entre empresa e cultura e experiências.** Belo Horizonte, 2004.

DARDENGO, André Moulin. **A Panaceia Econômico-Solidária**: uma sistematização dos discursos apologéticos e críticos da economia solidária no Brasil. 2013.146 f. Dissertação (Mestrado em Política Social)- Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade Neoliberal. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECIA, Patrícia. **Mudança na Lei Rouanet divide opiniões**. Folha de São Paulo, 24/05/1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq240530.htm>>. Acesso em: 15 de mai. de 2018.

DEZAN, Thiago. **#12 Mais**. Rio de Janeiro. Dia 12 de Maio vamos ocupar a Lapa. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/307393716005603/>>. Acesso em: 25 de mar. 2019.

DIAS, Marcia Tosta. **Os donos das vozes**: Indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura. São Paulo: Boitempo, 2000.

DOSSIÊ FDE. **Dossiê Fora do Eixo pq noix faz também**. 2012. Disponível em: <<https://dossiefde.wordpress.com/>>. Acesso em: 23 de jun. de 2019.

DRUCK, Graça. **Trabalho, Precarização e Resistências**: novos e velhos desafios. Caderno CRH, Salvador, v. 27, nº 70, pg.37-57, 2011.

DUARTE, Rodrigo. **Adorno/Horkheimer e a Dialética do Esclarecimento**. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

DUARTE, Rodrigo. **Indústria Cultural**: uma introdução. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FEMININAS PELA CULTURA. **Manifesto Fora do Eixo e uma reflexão das mulheres contra o patriarcalismo**. Blog Feministas pela Cultura, em 26/08/2013. Disponível em: <<https://feministaspelacultura.noblogs.org/post/2013/08/26/manifesto-fora-do-eixo-machismo/>>. Acesso em 10 abr. 2018.

FILHO LIMA, Adinael P. **Cartografia Conceitual de Economia Criativa para o Jornalismo**. 2015. 66 f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa. **Análise de Conteúdo**. In: Barros, A. Duarte, J. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2006.

FONSECA, André A. **O valor do “egocard”**: atividade e vivência simbólica na rede Fora do Eixo. Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 22, nº 1, jan./mar., 2015. Fora do Eixo é Confundir”. Disponível em: <<http://foradoeixo.org.br/2013/08/05/fora-do-eixo-e-confundir>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

FORAFOR AUDITORIA JÁ. **A resposta de China para o coordenador do FORA DO EIXO, Pablo Capilé.** Publicado em 20 de ago. de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jt3otJXSVw8&t=2s>>. Acesso em 20 de mar. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO PELOS DIREITOS CULTURAIS. **Lei Rouanet: conheça esse sistema de incentivo à cultura.** 2016.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de.; LAVILLE, Jean-louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GAIGER, Luiz Inácio. **Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários.** Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, n. 13, 2001.

GALHARDO, Ricardo. **Ministério da Cultura autorizou Fora do Eixo a captar R\$ 8,8 milhões desde 2009.** Último Segundo, em 12/08/2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-08-12/ministerio-da-cultura-autorizou-fora-do-eixo-a-captar-r-88-milhoes-desde-2009.html>>. Acesso em: 27 de jun. de 2015.

GORZ, Andre. **O Imaterial: conhecimento, valor e capital.** São Paulo: Annablume, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea.** São Paulo: Atlas, 7ª ed. 2009.

GRITO ROCK. **Festival chega na sua 13ª edição em 2019 adotando novo nome e reafirmando seu compromisso com o momento da música e da cultura no Brasil e no Mundo.** Disponível em: <<https://gritofestival.org/o-grito/>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

GUANAIS, Juliana Biondi. **No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis – SP.** 222 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2010.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HUWS, U, E. **Vida, Trabalho e Valor no século XXI: desfazendo o nó.** Caderno CRH, Salvador, v. 27, nº 70, pg. 13-20, jan/abril, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez: 1998.

IPEA. **Entidades de apoio e fomento à economia solidária no Brasil: uma análise exploratória.** Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7316/1/bmt61\\_entidades.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7316/1/bmt61_entidades.pdf)>. Acesso em: 24 de mar. de 2019.

IPEA. **Financiamento Cultural: uma visão de princípios.** Frederico Barbosa, Roberto Freitas Filho. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2083.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2083.pdf)>. Acesso em: 12 de mai. de 2018.

IPEA. **Repositório do Conhecimento do IPEA**. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

IPEA. **Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil**: apontamentos iniciais para o debate. 2014. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3757/1/bmt57\\_novosdados.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3757/1/bmt57_novosdados.pdf)>. Acesso em: 20 jun. de 2018.

LACERDA, Antônio Corrêa de.; BOCCHI, João Iidebrando.; REGO, José Márcio.; BORGES, Maria Angélica.; MARQUES, Rosa Maria. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2006.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho Imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAISONAVVE, Fabiano. **Grupo Fora do Eixo é chamado de “seita” por ex-integrantes**. Folha, em 10/08/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1324584-grupo-midia-ninja-e-chamado-de-seita-por-ex-integrante.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MARCHI, Leonardo de. **Indústria fonográfica e a Nova Produção Independente**: O Futuro da Música Brasileira? 2006. Disponível em: <[file:///C:/Users/user/Downloads/76-80-1-PB%20\(1\)%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/76-80-1-PB%20(1)%20(1).pdf)>. Acesso em: 10 out. de 2018.

MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade**. 2º Ed. Paz e Terra: São Paulo, 2006.

MARQUES, Maria Rosa; FERREIRA, Jansen Ribeiro Mariana. **O Brasil sob a nova ordem**: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. 18. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. (Livro I, v. I).

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1984.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: o processo de produção do capital. Livro I. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda., 1996.

MELO, Hildet Pereira.; SABABATO, Alberto. **O Feminino no mundo rural**: um olhar pela Pnad/IBGE. Rio de Janeiro, 2000.

MÍDIA NINJA. **Roda Viva**. São Paulo: TV Cultura, 5 ago. 2013. Programa de Televisão. Disponível em: [https://tvcultura.com.br/playlists/52\\_roda-viva-diversos\\_kmvgDn-lpNQ.html](https://tvcultura.com.br/playlists/52_roda-viva-diversos_kmvgDn-lpNQ.html). Acesso em: 23 dez. 2018.

MÍDIA NINJA. **Roda Viva. São Paulo**: TV Cultura, 5 ago. 2013. Programa de Televisão. Disponível em: [https://tvcultura.com.br/playlists/52\\_roda-viva-diversos\\_kmvgDn-lpNQ.html](https://tvcultura.com.br/playlists/52_roda-viva-diversos_kmvgDn-lpNQ.html). Acesso em: 23 dez. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 13º Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo**. 2013. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset\\_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883](http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883)>. Acesso em: 15 de mai. de 2018.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Lei Rouanet**. Disponível em: <<http://rouanet.cultura.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa Arte Cultura e Cidadania - Cultura Viva**. Disponível em: <[www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/](http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/)>. Acesso em: 19 mar. 2018.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Relatório da 1ª Conferência Nacional de Cultura**. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset\\_publisher/waaE236Oves2/content/relatorio-da-1%C2%AA-conferencia-nacional-de-cultura/10883](http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/relatorio-da-1%C2%AA-conferencia-nacional-de-cultura/10883)>. Acesso em: 19 mar. 2018.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura Viva: Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária**. 2005.

MONTAÑO, C. **O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.

MORAES, Livia de Cássia Godoi. **A atualidade da teoria do Fetichismo em tempos de acumulação predominantemente financeira: impactos sobre a classe trabalhadora**. In: RANIERI, Jesus (Org.). *Além do véu de névoa: leituras e reflexões em torno de O Capital, de Karl Marx*. Campinas, SP: Unicamp/IFCH, 2018.

MOSCO, V. **Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral**. Comunicação e Sociedade I: Cadernos do Noroeste, Braga, v. 12, n.1/2, 97-120, 1999.

NAKATANI, Paulo; CARCANHOLO, Reinaldo, A. **O Capital Especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**. In: GOMES, Helder. (Org.). *Especulação e Lucros Fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

NÉRI, Felipe. **PSDB quer informações sobre verba federal repassada ao Fora do Eixo**. G1, em 15/08/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/08/psdb-quer-informacoes-sobre-verba-federal-repassada-ao-fora-do-eixo.html>>. Acesso em: 19 mar. de 2018.

NETO, J. **Movimento “12M 15M” ocupará espaços públicos em todo o mundo**. Brasil de Fato, em 15/05/2012. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/9530/>>. Acesso em: 19 de jun. de 2019.

ORTH, Gláucia; CANTÓIA, Danuta; TORRES, Luiz. Categorias “Estado” e “políticas públicas” em artigos A2/B2 na área interdisciplinar. **Revista Sociais e Humanas**, Vol. 30 / nº2, 2017, p. 152-168.

PARRA, Henrique, Z. M.; ORTELLADO, Pablo; RHATTO, Sílvio. **Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia**. São Paulo, 2013.

PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do trabalho no século XX**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PORTAL TRANSPARÊNCIA FORA DO EIXO. **Carta de Princípios**. 2009. Disponível em: <<http://foradoeixo.org.br/historico/carta-de-principios/>>. Acesso em: 25 de jun. de 2015.

PORTAL TRANSPARÊNCIA FORA DO EIXO. **Cartilha Monte sua Moeda**. Disponível em: <<http://foradoeixo.org.br/files/2013/08/Cartilha-Monte-sua-moeda.pdf>>. Acesso em: 25 de mar. 2015.

PORTAL TRANSPARÊNCIA FORA DO EIXO. Modo de Organização Estrutural. 2013. Disponível em: <<http://foradoeixo.org.br/historico/modos-de-organizacao-2/>>. Acesso em mar. de 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei de Incentivo à Cultura Sarney**. Brasília, 1986.

RECIFE ROCK. **Porque Pernambuco não tem mais festivais na ABRAFIM?** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5xxVl3DA8mg>>. Acesso em: 24 de mar. de 2019.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. **Produção/reprodução do capital no mundo contemporâneo da cultura**. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (Org.). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PASSA PALAVRA. **O pós-rancor e o velho Estado**: uma crítica amorosa à política do Fora do Eixo. 2012. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2012/02/51886/>>. Acesso em mar. de 2018.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais: governo Lula**. Salvador: EDUFA, 2010.

SANTOS, Vinícius de Oliveira. **Trabalho Imaterial e a Teoria do Valor em Marx**: semelhanças ocultas e nexos necessários. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAVAZONI, Rodrigo. **Os Novos Bárbaros**: a aventura política do Fora do Eixo. 1 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SCHUMPETER, Joseph. **"O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico"**. In: *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.

SENADO. **Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2011**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/101225>>. Acesso em jun. de 2018.

SILVA, Angelo; PIRES, Manoel. Dívida pública, poupança em conta corrente do governo e superávit primário: uma análise de sustentabilidade. **Revista Economia Política**, vol. 28, nº 4 (112), p.p. 612-630, 2008.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_, Paul. **Mercado e Cooperação**: um caminho para o socialismo. In. HADDAD, F. (Org.). **Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais de esquerda**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, Paul.; SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996

SOLLA, Mariangela Da Cunha. **Dentro ou fora do eixo?** Uma cartografia das controvérsias sobre a produção cultural no Brasil. 2014. 176 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2014.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. O trabalho do jornalista e suas contradições. *Revista Matrizes* v. 11, nº 3, São Paulo, set/dez, 2017.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

TREMBLAY, Gaetan. **Criatividade e pensamento crítico**. Intercom – Revista Brasileira de Ciências de Comunicação, 2011.

TAVARES, Maria da Conceição. **Destruição não Criadora**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VALETIM, Caio Costa.; STREY, Diogo Fantecelle.; FERREIRA, Esteffany Menezes; MACEDO, Rose.; DESSOTTI, Vinicius. Adaptação do índice “Felicidade Interna Bruta” e avaliação entre os estudantes da Unicamp. **Revista Ciências do Ambiente On-line**. Vol. 10, nº 2, dez., 2014.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **Em torno do conceito de política social**: notas introdutórias. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

VICENTE, Eduardo.; MARCHI, Leonardo de. **Por uma história da indústria fonográfica no Brasil 1900-2010**: uma contribuição desde a Comunicação Social. *Música Popular em Revista*, Campinas, ano 3, v. 1, p. 7-36, jul.-dez. 2014.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da “economia solidária”**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 239 p.

ZANINI, Fábio. **FHC fez da cultura “balcão de negócios”**, diz PT. Folha de São Paulo, 11/02/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1102201011.htm>>. Acesso em: 18 de mai. de 2018.